

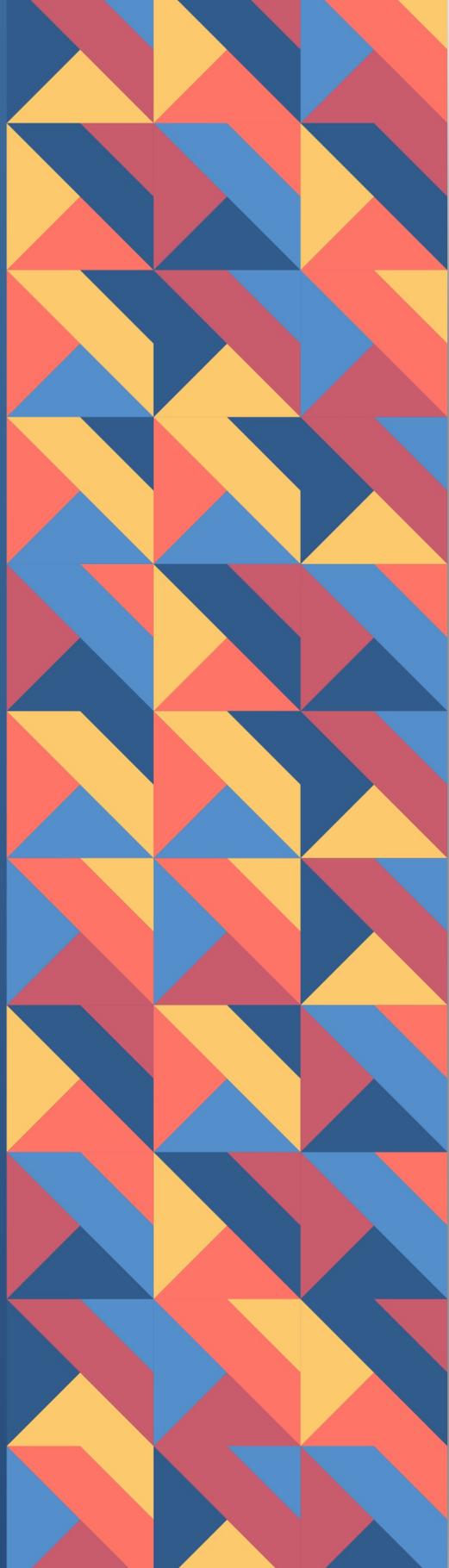
GEO-GRAFIAS NOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA

DINÂMICAS E CONFLITOS

ORGANIZAÇÃO
BRUNO FERREIRA CAMPOS
MARISTELA FERRARI
DJONI ROOS



GEOGRAFIAS
NAS FRONTEIRAS



GEO-GRAFIAS NOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA

Dinâmicas e Conflitos



GEOGRAFIAS NAS FRONTEIRAS

Coordenação Editorial

Prof. Dr. Djoni Roos

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

aran duká

www.aranduka.com.br

contato@aranduka.com.br

Caixa Postal 185 , Avenida Iguatemi, 99
Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil
CEP 79.950-970

Editora

Amanda Ferraz da Silveira

Conselho Editorial

Alma Guadalupe Melgarito Rocha

Amanda Ferraz da Silveira

Anibal Alejandro Rojas Hernandez

Antônio Carlos Diegues

Antônio Carlos Wolkmer

Bartomeu Melià SJ (*in memoriam*)

Bruna Balbi Gonçalves

Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Carmen Alice Cohene Mercado

Clovis Antonio Brighenti

Daniel Sandoval Cervantes

Djoni Roos

Edson Damas da Silveira

Heline Sivini Ferreira

Horacio Machado Araújo

Joaquim Shiraishi Neto

Jorge Ramón Montenegro Gomez

Juan Pablo Neri

Juliana Santilli (*in memoriam*)

Katya Izaguirre Torres

Levi Marques Pereira

Luis Tapia Mealla

Magali Vianca Copa Pabón

Marcelo Bogado

Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Maria Inês Ladeira

Patrícia Albornoaz Guzmán

Pedro Pachaguaya Yujra

René Kuppe

Rosa Sebastiana Colmán

Tiago Resende Botelho

Walter Antillón Montealegre

organização
Bruno Ferreira Campos
Maristela Ferrari
Djoni Roos

GEO-GRAFIAS NOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA

Dinâmicas e Conflitos



Realizado o depósito legal obrigatório na Biblioteca Nacional
Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004

Obra avaliada por pares. Financiada com recursos da CAPES por meio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos (Portaria 155/2022 PDPG/CAPES)

DOI: [10.5281/zenodo.13922171](https://doi.org/10.5281/zenodo.13922171)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geo-grafias nos espaços de fronteira : dinâmicas e conflitos / organização Bruno Ferreira Campos, Maristela Ferrari, Djoni Roos. -- 1. ed. -- Marechal Cândido Rondon, PR : Geografias na(s) Fronteira(s), 2024.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-983400-6-3

1. Áreas rurais 2. Agricultura 3. Campesinato - Brasil 4. Fronteiras 5. Fronteiras - Aspectos sociais - Brasil 6. Geopolítica 7. Território nacional - Brasil I. Campos, Bruno Ferreira. II. Ferrari, Maristela. III. Roos, Djoni.

24-229771

CDD-320.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Fronteiras : Geopolítica 320.12

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Realização _____

Apoio _____



Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e à CAPES que, por meio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos (Portaria 155/2022 PDPG/CAPES), oportunizou a publicação da presente obra.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: “As fronteiras de onde se fala” Bruno Ferreira Campos, Maristela Ferrari e Djoni Roos	9
FLUXOS RETICULARES TRANSFRONTEIRIÇOS ENTRE BRASIL E PARAGUAI A PARTIR DE GUAÍRA E SALTO DEL GUAIRÁ Ana Paula Azevedo da Rocha e Maristela Ferrari	15
GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS Nayra Caroline Steffen e Edson dos Santos Dias	35
REDES ILEGAIS: O CONTRABANDO DE CIGARROS NUM SEGMENTO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI Alan Diogo Schons e Maristela Ferrari	55
SUJEIÇÃO E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA DO CAMPESINATO INTEGRADO À SERICICULTURA EM DIAMANTE DO SUL/PR Vanessa Bueno Arruda e Djoni Roos	73
A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES NO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO Rodrigo José de Campos	91
IDEOLOGIA E MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS: AS DISPUTAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO OESTE PARANAENSE Edson Luiz Zanchetti da Luz e Djoni Roos	111
FÉ NA FRONTEIRA: O CASO DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS NO ESTADO DO PARANÁ Evandro Del Negro da Silva e Tarcísio Vanderlinde	137
HISTÓRICO DO LITÍGIO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CHOPINZINHO E SÃO JOÃO, SUDOESTE DO PARANÁ: O CASO DE ALTO MIRIM Roseli Teresinha Lorenzetti Faria e Tarcísio Vanderlinde	157
Sobre as(os) autoras(es)	177
Índice remissivo	183

APRESENTAÇÃO

As fronteiras de onde se fala

Bruno Ferreira Campos
Maristela Ferrari
Djoni Roos

Geo-grafias nos Espaços de Fronteira: Dinâmicas e Conflitos é uma obra que reúne um conjunto de trabalhos que integram pesquisas de dissertações de mestrado, concluídas entre 2021 e 2024 no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon (PR). É, também, o resultado do diálogo coletivo de docentes e discentes vinculados a linha de pesquisa Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaço de Fronteira, que somaram esforços para dinamizar esta coletânea. Os trabalhos aqui reunidos, mesmo afetos a linha de pesquisa Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaço de Fronteira, lançam distintos olhares geográficos com diferentes focos de interesse disciplinar, precisamente, numa região de fronteira que envolve o Oeste e Sudoeste do Paraná, o Leste do Paraguai e o Nordeste da Província Misiones - Argentina.

Embora PPGGeo esteja localizado numa região de fronteira com Paraguai e Argentina e que convida a produção de pesquisas sobre uma gama de problemas ligados, particularmente, a fronteira (interações transfronteiriças, políticas públicas, migrações, questões urbanas, problemas ambientais, questões agrárias, conflitos sociais, violências de ordens diversas, atividades ilegais, questões indígenas ligadas a demarcação do território, controles territoriais, conflitos entre escalas de poder, dentre outras), acreditamos que a diversidade de enfoques e objetos presente nas contribuições que compõem este livro seja um aspecto positivo, pois considera a liberdade dos pesquisadores que fazem geografia(s), ainda que dentro de uma região de fronteira. Nesse sentido, os trabalhos reunidos nesta coletânea, versam sobre uma diversidade de temas desenvolvidos no PPGGeo. A obra é constituída de oito capítulos os quais permitem refletir e compreender as geografias produzidas na região de fronteira onde se situa o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo).

O PPGGeo foi implantado em 2011 com o curso de Mestrado em Geografia e, em 2023, teve o seu curso de Doutorado aprovado, tendo suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2024, com o ingresso da 1ª turma. Ao longo deste período, o Programa tem contribuído para o avanço do processo de pesquisa científica e da produção acadêmica, com demandas pertinentes de análise e garantindo, sobretudo, o fomento de profissionais qualificados nas escalas local, regional, nacional e internacional.

Assim sendo, este livro reúne uma diversidade de possibilidades sub-temáticas que se desvelam ao estabelecer o olhar para “**Dinâmicas territoriais e conflitos sociais em espaços de fronteira**”. Diversidade tanto em termos temáticos, como também, sobretudo, no sentido de perspectivas teórico-metodológicas dos pesquisadores em questão. Nesse sentido, os textos apresentados neste livro, versam sobre uma diversidade de temas, processos e dinâmicas nos espaços de fronteira, conforme segue:

Ana Paula Azevedo da Rocha e Maristela Ferrari apresentam em seu capítulo “**Fluxos reticulares transfronteiriços entre Brasil e Paraguai a partir de Guairá e Salto Del Guairá**”, os resultados das investigações acerca dos fatores responsáveis pela emergência de redes de interações transfronteiriças cotidianas entre Guairá e Salto Del Guairá. As autoras inferem que obras de infraestrutura na região, como a construção do reservatório

de Itaipu e a construção da Ponte Nacional Ayrton Senna sobre o Rio Paraná, entre Mato Grosso do Sul e Paraná, interferiram nas relações transfronteiriças e que a densidade e duração destas depende fundamentalmente dos diferenciais cambiais e das assimetrias socioespaciais e especializações de serviços num e noutro lado da fronteira entre Brasil e Paraguai.

Nayra Caroline Steffen e Edson dos Santos Dias, no texto “**Grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos socioambientais**”, problematizam e refletem sobre o próprio conceito de “desenvolvimento”. Apresentam análises referentes à implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs), com destaque para as Usinas Hidrelétricas e suas consequências sobre as reconfigurações sócio territoriais onde são implantadas.

Alan Diogo Schons e Maristela Ferrari, no texto “**Redes ilegais: o contrabando de cigarros num segmento da fronteira Brasil-Paraguai**”, localizado entre os Departamentos de Alto Paraná (PY) e Canindeyú (PY) e região oeste do Estado do Paraná (BR), voltaram análise para os fatores que contribuem com o próspero contrabando de cigarros e como esta atividade transfronteiriça está estruturada numa organização reticular. Os autores trazem um conjunto de fatores aos quais atribuem a efetividade desta rede, como por exemplo a alta tributação brasileira sobre o tabaco; a constituição do contrabando como rede capilarizada e mobilizadora de vínculos sociais, a multicapilaridade, expertise, e lucratividade desta atividade.

Já Vanessa Bueno Arruda e Djoni Roos tratam da “**Sujeição e estratégias de existência do campesinato integrado à sericultura em Diamante do Sul/PR**”, abordando a complexidade da relação em que os sericultores estão inseridos. Considerando o contexto da produção familiar do bicho-da-seda defronte às regras pré-determinadas pela indústria, os autores abordam as contradições, resistências e enfrentamentos realizados pelos camponeses para a construção das condições de sua existência.

Rodrigo José de Campos traz em “**A importância das áreas verdes no espaço urbano contemporâneo**” uma discussão sobre a qualidade de vida urbana, enfatizando o papel das áreas verdes públicas na melhoria do ambiente urbano e no bem-estar da população. Para tratar do papel das áreas verdes no ambiente urbano, suas contribuições para a qualidade ambiental das cidades e o impacto na qualidade de vida da população, o autor realiza uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, onde, na medida da necessidade, traz casos concretos de Cascavel/PR, Parque Ecológico Paulo Gorski, que se enquadra nessas condições para a população da cidade e articula também com o caso do Parque Barigui, na capital do estado Curitiba/PR. Apresenta ainda reflexões sobre a importância do planejamento urbano municipal e de políticas públicas para a construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

No texto “**Ideologia e monopolização do território camponês: as disputas no**

espaço agrário do oeste paranaense”, Edson Luiz Zanchetti da Luz e Djoni Roos, abordam a interação dos agricultores com as cooperativas e empresas avícolas na mesorregião Oeste do Paraná. Partindo do pressuposto de que a subordinação da classe camponesa resulta de uma construção ideológica que contribuiu para o controle e desenvolvimento capitalista sobre o campo, os autores voltaram a construção metodológica para análise com base em casos concretos de Marechal Candido Rondon/PR, Matelândia/PR e São Miguel do Iguaçu/PR.

Evandro Del Negro da Silva e Tarcísio Vanderlinde analisam a formação religiosa em **“Fé na fronteira: o caso dos municípios fronteiriços no Estado do Paraná”**, lançando olhar por sobre municípios fronteiriços do estado do Paraná. Deste modo, evidenciam a diversidade nas territorialidades religiosas presentes nas regiões Oeste e Sudoeste Paranaense. Salta ao olhar neste estudo a constatação de uma descentralização do catolicismo nos casos analisados, como por exemplo, Foz do Iguaçu, ao possuir a maior comunidade islâmica no Brasil e o luteranismo em Marechal Cândido Rondon.

Em **“Histórico do litígio territorial entre os municípios de Chopinzinho e São João, sudoeste do Paraná: o caso de Alto Mirim”**, Roseli Teresinha Lorenzett Faria, em texto escrito junto com Tarcísio Vanderlinde, ao considerarem o contexto de instabilidade territorial no Estado do Paraná, a partir de novos limites político-administrativos, abertos com emancipações de municípios no sudoeste paranaense, investigam os litígios territoriais que decorreram do descontentamento da população. Tratam, em específico, dos casos de emancipação do município de São João/PR, que foi desmembrado de Chopinzinho, onde teve início um caso de litígio territorial. Assim, neste texto apresentam uma sistematização dos fatos referentes ao litígio territorial entre os municípios de Chopinzinho/PR e São João/PR, envolvendo a comunidade de Alto Mirim.

Nós, do programa de pós-graduação em Geografia de Marechal Cândido Rondon e, de modo especial, membros da linha de pesquisa Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaço de Fronteira, recomendamos a todos e todas que aproveitem esta obra científica com diversas contribuições para melhor compreender a realidade de territorialidades geográficas vividas e sentidas. Desejamos que essa obra alcance seu objetivo, qual seja, contribuir para a ampliação de novas pesquisas e outras perspectivas geográficas, aprofundar o diálogo entre pesquisadores e acadêmicos, e, sobretudo, dando, também, um retorno a comunidade local e regional ante as necessidades e as urgências dos habitantes desta região de fronteira.

**Fluxos reticulares transfronteiriços
entre Brasil e Paraguai a partir
de Guáira e Salto del Guairá**

Ana Paula Azevedo da Rocha
Maristela Ferrari

INTRODUÇÃO

Em estudos relacionados à problemática de fronteira, é bastante comum observar pesquisas que tratem de interações transfronteiriças entre países justapostos. O surgimento de interações em zonas de fronteira pode ocorrer por diversos motivos e ordens, podendo ser tanto legais quanto ilegais, bem como articular a escala local ou escalas mais distantes do limite internacional. O fato acerca das interações transfronteiriças é que elas estão muito associadas às diferenças cambiais entre dois ou mais sistemas territoriais limítrofes. Assim, pela diferença de preços e na ausência de um produto ou serviço especializado num dos lados da fronteira e a oferta no outro, induz habitantes fronteiriços a buscá-los no outro lado, criando fluxos reticulares. Tais elementos são suficientes para gerar interações transfronteiriças. Portanto, nos arredores do limite internacional, mais especificamente na zona de fronteira, as interações podem ser mais constantes, pela proximidade geográfica e pela facilidade de acesso. Diante disso, tem-se a noção de “**zona de fronteira**”, que de acordo com Ferrari (2014) é:

[...] espaço que emerge do limite institucionalizado; ela se encontra na confluência entre dois territórios nacionais, porém, ao invés da ideia clássica de divisão entre dois grupos que se constrói na relação da identidade/alteridade, a zona de fronteira remete à ideia de ligação entre os territórios, e para apreendê-la é necessário abandonar o conceito clássico de território e considerar o conjunto territorial de ambos os lados do limite, pois se trata de outra territorialidade que submetida à fronteira linha vai re-configurar o espaço territorial dividido (Ferrari, 2014, p. 22).

A zona de fronteira é uma concepção interessante para os estudos fronteiriços por envolver as áreas próximas à fronteira, noção que teórica e metodologicamente permite analisar as interações cotidianas da escala local. Não se trata de uma área rigidamente definida, como a Faixa de Fronteira - onde muitas vezes as interações nem ocorrem – mas de uma região de delimitação mais flexível, porém de interações constantes. Acredita-se que a amplitude da zona ou região de fronteira irá variar conforme a complexidade dos produtos e serviços ofertados em cada país e será capaz de se modificar, em resposta às alterações na dinâmica socioeconômica dos países. Diante de toda essa relação, considera-se que o estudo das fronteiras não pode ser realizado de maneira isolada, pois é preciso conhecer aquilo que está estabelecido sobre o território. Afinal, os limites são parte integrante do território, como ensina Raffestin (1993), e não é possível conhecer a parte sem entender o todo.

Tendo clareza da noção de **zona de fronteira** e compreendendo que a mobilidade transfronteiriça se dá por meio de fluxos reticulares, outro conceito aqui mobilizado é o de rede. A rede conceito utilizado em diferentes disciplinas como apontam Dias (2005), Musso (2004) e Videira (2017). Na leitura desses autores é possível observar que, além de ser conceito muito utilizado em diferentes disciplinas, apresentou ao longo da história

concepções diversas. Nesse sentido, Santos (2014) questiona: o que é a rede? O autor responde afirmando que: “as definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social”. (Santos, 2014, p. 262). Logo em seguida, ao falar das redes, que são caras a este trabalho, o referido autor explica que: “[...] a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração. [...]” (Santos, 2014, p. 262).

Diante da polissemia do conceito de rede e diante do que sugere Santos (2014), cumpre explicitar ainda mais o entendimento do conceito, pois ao ser mobilizado em determinada pesquisa, deve refletir o entendimento do motivo de sua utilização em dado trabalho. O conceito de rede aqui mobilizado é o de **redes geográficas**. Corrêa (2012) define redes geográficas como sendo “redes sociais espacializadas”. Segundo ele, “são redes sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida” (Corrêa, 2012, p.200). Considerando a definição do autor, para que a rede seja geográfica é necessário que ela seja espacializada e tenha natureza social. Se ela não for elemento da ação humana, não será uma rede geográfica, por mais que esteja espacializada num território. Corrêa (2001) explica ainda sobre as dimensões de análise das redes geográficas. Para ele, “as dimensões podem ser organizacional, espacial e temporal, com interlocução entre si” (Corrêa, 2001, p. 109).

Tendo em vista tais dimensões de análise das redes geográficas e a dinâmica observada nos diversos segmentos de fronteira do Brasil com os países vizinhos, como apontam os trabalhos de Machado (2000 e 2011, por exemplo) sobre drogas, Fiorotti (2015) sobre relações de trabalho, Rabossi (2004) sobre consumo e Ferrari (2015) sobre saúde, é possível observar que as redes de interações transfronteiriças são de naturezas diversas e ocorrem por diferentes motivos. Podem, também, envolver atores e escalas distintas e variar no curso do tempo. Desta forma, analisar estas redes é sempre trabalho minucioso já que diversos fatores estão envolvidos. No debate sobre redes geográficas Raffestin (1993) também auxilia argumentando que a rede não é pronta e acabada, ela sofre adaptação e mudanças. Para ele,

[...] a rede aparece, [...], como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta as variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. [...] (Raffestin, 1993, p. 204).

A plasticidade da rede pode ser observada em campo, já que se acredita que as

transformações ocorridas ao longo dos anos, no segmento fronteiriço analisado, mudaram as redes de interações transfronteiriças entre as duas cidades. De forma mais ampla, as alterações das interações socioespaciais são resultantes das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Retomando as contribuições de Corrêa (2012) observamos explicação semelhante na seguinte afirmativa:

[...] as redes sociais são historicamente contextualizadas, portanto, mutáveis, das quais são exemplos, a rede de parentesco, englobando os membros de uma grande família, ou a de um grupo de pessoas que se organizam em torno de um interesse comum (Corrêa, 2012, p.201).

Tais explicações evidenciam a dinâmica das relações territoriais em decorrência de políticas públicas e ações que podem ser diferentes ao longo dos anos, conforme a política de cada governo do Estado Nacional. Por conta disso, a análise das redes, tendo como base os padrões que Corrêa (2001) estabelece, precisa ser detalhada, ainda mais em regiões de fronteira, que reúnem a complexidade das particularidades de dois territórios nacionais, existindo a possibilidade de políticas governamentais diferentes e do grande peso exercido pelas flutuações cambiais.

Assim, as redes serão ainda mais inacabadas e mutáveis, respondendo aos diversos estímulos que podem ser verificados nos seus pontos de origem e de destino. Em zona de fronteira, os elementos econômicos, sociais e políticos que já são complexos em si mesmos, tornam-se duplamente complexos, já que articulam territórios diferentes. É a partir desta distinção territorial, que o estudo de problemáticas que envolvem fronteiras por meio da rede torna-se relevante, já que como estabelece Videira: “[...] A base da noção de rede se assenta no caráter de diversidade e heterogeneidade territorial e distribuição de pontos de produção e consumo de bens e serviços. [...]” (Videira, 2017, p. 375). Além disso, é preciso considerar o que nos ensina Santos (2014) quando afirma que “[...] não existe homogeneidade do espaço, como também não existe homogeneidade das redes[...]” (Santos, 2014, p.267).

Deste modo, entende-se que a distinção dos espaços leva à construção de redes geográficas diferenciadas, já que produtos e serviços variados e até inexistentes em determinado local podem ser motivo para estabelecimento de uma rede que vá até outro local. Nos espaços fronteiriços, as assimetrias são inúmeras, logo o desenvolvimento das redes pode apresentar objetivos variados. Por exemplo, as constantes e por vezes densas redes de consumo que se originam no Brasil em direção a cidade paraguaia de Salto Del Guairá, ajudam na construção do espaço urbano, na organização do território e das territorialidades daquela cidade. A heterogeneidade do espaço geográfico é fato nas diversas análises feitas pela geografia. Logo, é provável que as diferenças também possam ser verificadas no território construído pelas redes que se desenvolvem no recorte espacial analisado. É

possível que as diferenças sejam mais significativas que os elementos homogêneos, mas só a análise ampla da problemática permitirá identificar e compreender tais relações.

Neste trabalho¹ nosso olhar se volta para um segmento de fronteira constituído por Guaíra (Paraná) e Salto Del Guairá (Canindeyu) que formam um conjunto de cidades pares da zona de fronteira brasileiro-paraguaia, as cidades estão situadas às margens do Rio Paraná, também chamado de reservatório de águas ou lago da Usina Hidrelétrica binacional de Itaipu. Até o começo de 1980 aquelas pequenas cidades mantinham fracas interações transfronteiriças entre elas, mas, a partir das duas últimas décadas do século XX, profundas mudanças na região tornariam as redes de interações mais densas e cotidianas. Este artigo objetiva analisar quais os fatores responsáveis pela emergência de redes de interações transfronteiriças cotidianas entre Guaíra e Salto Del Guairá e identificar a tipologia de tais redes. A metodologia consistiu em leituras teóricas e trabalho de campo realizado nas cidades de Guaíra e Salto Del Guairá. O trabalho foi organizado em duas partes: a primeira faz uma retrospectiva geo-histórica que permite compreender os fatores que contribuíram para a emergência de redes transfronteiriças cotidianas; a segunda evidencia a tipologia das redes e os fatores que as determinaram. Para finalizar realizamos algumas considerações que permitem inferir que obras de infraestruturas na região, como a construção do reservatório de água da Itaipu e a construção da Ponte nacional Ayrton Sena ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul, foram, em parte, responsáveis pela cotidianidade das interações transfronteiriças, mas, a densidade e duração das mesmas depende fundamentalmente dos diferenciais cambiais e das assimetrias socioespaciais e especializações de serviços num e noutro lado da fronteira entre Brasil e o Paraguai.

REFLEXÕES GEO-HISTÓRICAS SOBRE FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A COTIDIANIDADE DE INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE GUAÍRA E SALTO DEL GUAIRÁ

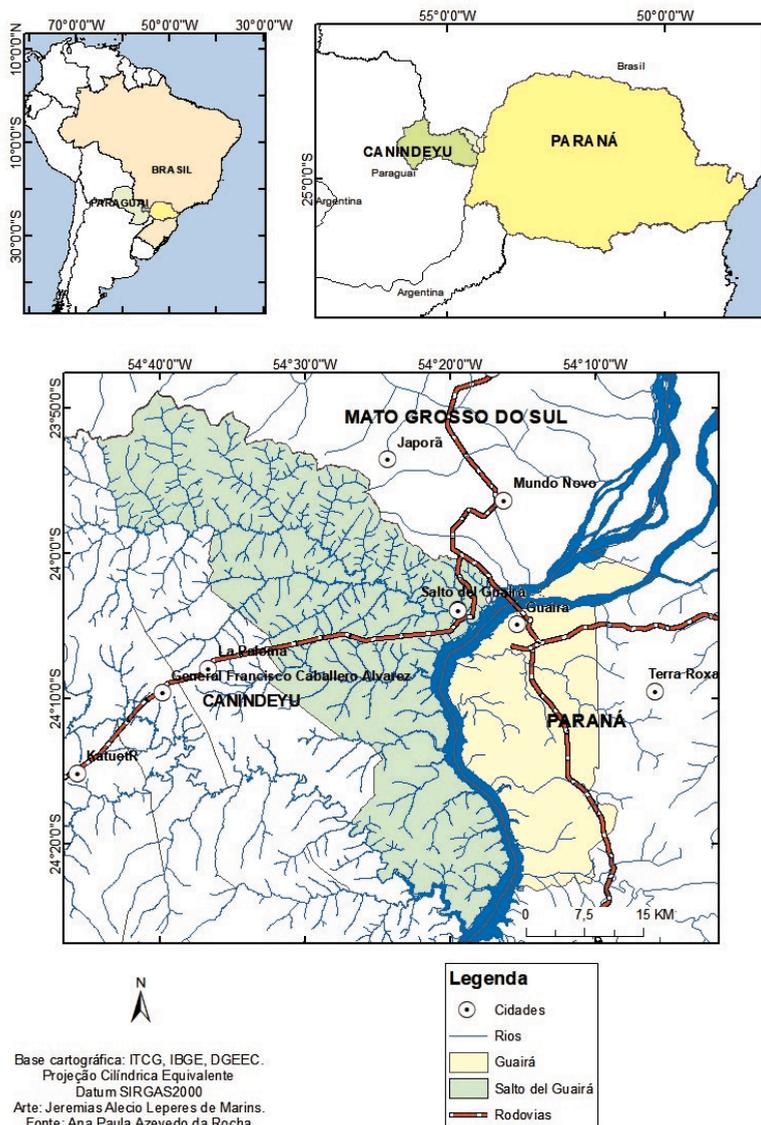
Guaíra (Paraná) e Salto Del Guairá (Canindeyu) situam-se as margens do rio Paraná, cujo rio define ali parte do limite internacional entre Brasil e Paraguai, limite que também divide as cidades (**Figura 1**). A designação Guaíra/Guairá está relacionada, em parte, ao nome de um antigo cacique guarani que habitava a região, portanto, o nome Guaíra/Salto Del Guairá² já figurava na história do bandeirismo e das reduções jesuíticas. As duas cidades estão instaladas hoje, em território da imaginada República Guarani, entre 1754

1 Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado intitulada Redes de consumo entre Brasil e Paraguai no segmento de fronteira formado por Guaíra (estado do Paraná) e *Salto Del Guairá* (departamento de Canindeyu) a partir de 1980 desenvolvida com o auxílio de bolsa da CAPES e defendida em julho de 2019 na UNIOESTE – *Campus* Marechal Cândido Rondon (PR), sob orientação da Prof^a Dr^a Maristela Ferrari.

2 O nome da cidade paraguaia foi acrescido de termo da língua espanhola “Salto” que traduzido para o português significa cataratas, ou seja, Salto = Cataratas. A junção do nome Salto + o nome do cacique Guarani Guairá é = *Salto Del Guairá*.

e 1768, o que mostra elementos comuns de uma história regional muito mais antiga e revela que a atual zona de fronteira brasileiro-paraguaia não era “espaço vazio”. Mas, ao longo do século XX, no processo de ocupação produtiva (extrativismo e agricultura), a história das cidades mostra elementos distintos e fracas interações transfronteiriças e pouca comunicação.

Figura 1: Localização das cidades de Guaíra e Salto Del Guairá



Fonte: Organizado pela autora, 2017.

Guaira (PR) surge como vila, em 1902, por conta do ciclo econômico extrativo da erva-mate, pela instalação de trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira (Gregory, 2008). Já Salto Del Guairá (Canindeyu) surgiu, em 1959, quando a Colonizadora chamada Salto Del Guairá deu início ao processo colonização com inserção de elementos humanos voltados a ocupação produtiva (extrativismo e pequena agricultura de subsistência). A vila de Guaira foi elevada a categoria de cidade em 1951, Salto Del Guairá, por sua vez, adquire a categoria de cidade em 1972 e em 1974 torna-se capital do Departamento de Canindeyú, (Departamento criado em 1973 pelo governo nacional). Além das atividades de pequeno comércio que atendiam a população local, as duas cidades foram sendo organizadas para atender outras funções, dentre elas, o turismo natural, pela presença das Sete Quedas do rio Paraná. Nas décadas de 1960 e 1970, o turismo adquire extrema importância na região, sobretudo para Guaira que fez dele sua principal função, atraindo fluxos de turistas, tanto da escala nacional quanto internacional, que visitavam as Sete Quedas do rio Paraná.

A cidade brasileira passou a ser organizada para atender o crescente fluxo de turismo, com a presença de várias lojas de grandes redes de comércio nacional (Hermes, Kodak, Pernambucanas, dentre outras), além de inúmeros restaurantes e uma rede de hotéis. O turismo gerava muitos empregos diretos e indiretos e a cidade passou a exercer posição de centralidade frente à pequena cidade paraguaia, oferecendo produtos e serviços diversos. Já a pequena cidade paraguaia, embora atraísse fluxos de turismo e obtivesse benefícios como comércio e postos de trabalho formal e informal, nas décadas de 1960 e 1970 possuía como base econômica o setor primário da economia. Além disso, contava com um pequeno centro comercial que atendia majoritariamente a população local. As interações transfronteiriças entre as duas cidades eram esporádicas ou quase inexistentes, pois a presença das Sete Quedas do rio Paraná constituía-se em obstáculo físico natural e dificultava a travessia de um país ao outro.

Contudo, a partir da década de 1970, nova ordem de questões políticas, econômicas e sociais transformou profundamente a organização das cidades e da região fronteira brasileiro-paraguaia, principalmente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Usina Binacional entre Brasil e Paraguai. O projeto de aproveitamento das águas do rio Paraná para a produção de energia elétrica já vinha sendo discutido no governo de Juscelino Kubitschek (1956), mas começou a ser posto em prática na década de 1970 (Gregory, 2008). A obra foi conduzida pelos governos militares de ambos os países entre os anos de 1975 e 1982. Os impactos da construção da Usina Binacional de Itaipu foram profundos e ainda hoje produzem efeitos na região, dentre eles crimes ambientais, desterritorialização de populações indígenas e não indígenas, também produziu efeitos econômicos negativos sobre produção agrícola, além de conflitos sócio-territoriais, dentre outros. Não obstante,

a construção da Usina hidrelétrica de Itaipu demandou a construção de um reservatório de águas que ocupa uma extensão de 170 km sobre o rio Paraná, extensão que envolve Guaíra e Salto Del Guairá chegando até Foz do Iguaçu e Ciudad Del Leste.

A construção do reservatório ou lago da Itaipu gerou o desaparecimento das Sete Quedas do rio Paraná e impactou profundamente as cidades de Guaíra e Salto Del Guairá. Com o desaparecimento das Sete Quedas do rio Paraná desaparece também o turismo e Guaíra perde sua principal função e a centralidade que até então exercia frente à cidade paraguaia. Por outro lado, o desaparecimento das Sete Quedas e a construção do reservatório de águas da Itaipu favoreceu a navegação fluvial e facilitou a travessia entre os dois lados da fronteira brasileiro-paraguaia. Esse foi sem dúvida um dos fatores que contribuíram para o estabelecimento de redes de interações transfronteiriças cotidianas entre as populações de Guaíra e Salto Del Guairá, é também a partir daquele evento que as populações passam a explorar o diferencial cambial produzido pelo limite internacional. Como consequência emergem fluxos transfronteiriços cotidianos entre as duas cidades.

A pequena cidade paraguaia, até então voltada para um comércio mais local, também passaria por profundas mudanças, principalmente com a instalação de inúmeras lojas. Aquela cidade transformou-se em centro de compras de produtos importados, para onde vão inúmeros brasileiros de todas as regiões do Paraná. Para dar uma ideia sobre as profundas mudanças lá ocorridas, em 2012, Salto Del Guairá possuía aproximadamente 2500 lojas. Outro fator que contribuiu para fluxos reticulares cotidianos entre as duas cidades foi à construção da Ponte Nacional Ayrton Senna (1998) ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul.

A ponte foi inicialmente projetada como base da barragem da usina hidrelétrica de Ilha Grande, que seria construída a montante de Guaíra. A obra da usina foi iniciada em 1980, mas em 1991 foi abandonada, em 1994 foram retomadas as obras, mas com o objetivo de construir a ponte, e em 1998 a ponte foi inaugurada ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul (Guaíra, 2018). Tal ponte facilitou ainda mais a circulação de pessoas de um lado ao outro do limite internacional, agora com uso de veículos, contribuindo assim, para o aumento de fluxos reticulares tanto legais quanto ilegais. Pode-se dizer que tanto o reservatório de águas da Itaipu binacional quanto a ponte nacional Ayrton Senna foram fatores responsáveis pela emergência de redes de interações transfronteiriças cotidianas entre Guaíra e Salto Del Guairá. Esses dois fatores foram responsáveis também pela exploração do diferencial cambial gerado pelo limite internacional. Mas qual a tipologia das redes de interações cotidianas entre as duas cidades? É o que veremos a seguir.

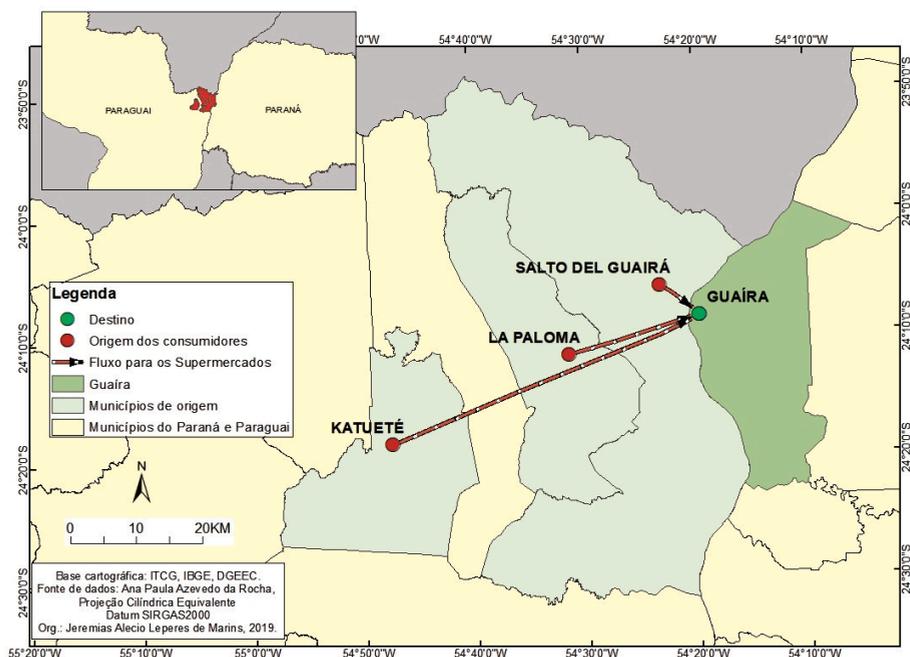
TIPOLOGIA DAS REDES DE INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS COTIDIANAS E FATORES QUE AS ORIGINAM

Do Paraguai para o Brasil, existem redes diversas, uma delas é a de consumo de produtos correntes, que é realizada nos supermercados. A presença de consumidores paraguaios nos supermercados de Guaíra é frequente, em um dos supermercados da cidade foi informado que aproximadamente 10% das vendas do mercado destinam-se a consumidores paraguaios. Essas redes são constantes e o principal motivo dos paraguaios realizarem suas compras nos supermercados brasileiros é o preço menor que se verifica pelo diferencial cambial existente entre os dois países.

Esse diferencial está atrelado ao limite internacional que faz com que haja características sociais, políticas e econômicas diferentes em cada um dos países, e por consequência, variações cambiais que podem favorecer a população. Outro fator que motiva as compras dos paraguaios nos supermercados brasileiros é a revenda dos produtos no Paraguai. Estes produtos são levados nos próprios carros, em táxis e até mesmo em veículos fretados. Os produtos adquiridos para a revenda nos estabelecimentos paraguaios, em sua maioria, são açúcar, óleo, cerveja, frutas e verduras, carne suína e costela bovina.

Os consumidores não são apenas de Salto Del Guairá, vêm também de La Paloma e Katueté, cidades mais distantes do limite internacional. A **figura 2** indica a origem dos consumidores paraguaios que compram em supermercados de Guaíra. Sobre a fiscalização no território paraguaio, a maioria dos entrevistados afirmou que nunca enfrentou problemas e que normalmente os fiscais não se preocupam com compras de consumo corrente, como doméstico, fiscalizam apenas aquelas que caracterizam compras em atacado para serem revendidas no Paraguai.

Figura 2: Cidade de origem dos consumidores que compram nos supermercados de Guaíra



Fonte: Organizado pela autora a partir do trabalho de campo, 2017 e 2018.

Outra rede que se estrutura do Paraguai em direção ao Brasil é a de serviços médico-hospitalares, os paraguaios buscam médicos no lado brasileiro do limite internacional porque nas cidades paraguaias onde residem não existem as especialidades que precisam, como dermatologista e cardiologista, por exemplo. Médicos com essas especialidades só atendem em Ciudad Del Este e em Assunción, que estão bem mais distantes para os paraguaios entrevistados do que a cidade de Guaíra.

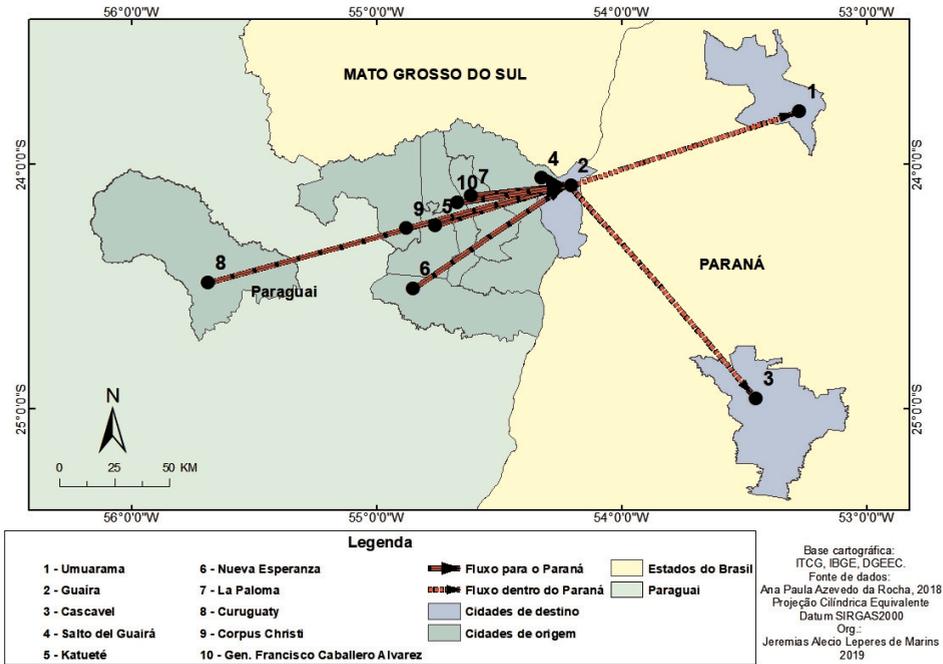
Por conta da falta de médicos especialistas na cidade em que residem e da maior facilidade de buscar atendimento no Brasil, do que nas cidades paraguaias que oferecem estes serviços, é que os paraguaios estabelecem uma mobilidade frequente para o Brasil. E esta mobilidade ocorre apesar do preço das consultas no Brasil ser maior do que as consultas em território paraguaio.

É interessante observar que o destino dos paraguaios no Brasil quando eles vêm em busca de atendimento médico não se restringe à cidade de Guaíra. Muitos deles vão até Cascavel e Umuarama. Em um dos relatos, verificou-se a busca de serviços médico-hospitalares até nas cidades de Maringá e São Paulo, o que evidencia, em parte, que a procura por tais serviços extrapola a escala da zona de fronteira. O fato de existirem

muitos brasileiros nas cidades paraguaias colaboram para que as redes de saúde sejam estabelecidas, isso porque muitos brasileiros que residem no Paraguai ainda consideram que a qualidade dos atendimentos médico-hospitalares do Brasil possui qualidade superior se comparados aos atendimentos que ocorrem no Paraguai.

A mobilidade de paraguaios para o Brasil em busca de atendimento médico é muito comum. Foi possível observar que moradores das cidades de Corpus Christi, Katueté, Nueva Esperanza, Salto Del Guairá, Katueté, La Paloma, Curuguay, General Francisco Caballero Álvarez buscam atendimento médico no Brasil. A localização da origem dos paraguaios que buscam atendimento médico em Guaíra pode ser observada na **figura 3**.

Figura 3: Cidade de origem dos paraguaios que buscam atendimento médico no Brasil e as cidades onde buscam esse atendimento



Fonte: Organizado pela autora a partir do trabalho de campo, 2017 e 2018.

Na saúde pública observou-se que muitos paraguaios que estão enfrentando situação de emergência vão até Guaíra para buscar atendimento médico, a porta de entrada é a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, uma vez atendidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS o tratamento tem que continuar, mesmo para os cidadãos paraguaios. Segundo as informações obtidas na Secretaria de Saúde de Guaíra, o único local em que os paraguaios podem ser atendidos de forma legal, é na UPA, já que é lá que são feitos os

atendimentos de emergência, independentemente do local de moradia da pessoa atendida. Os paraguaios só conseguem ter acesso a outros pontos de saúde se burlarem os requisitos de atendimento, como por exemplo, conseguindo documentos brasileiros.

Todos esses fluxos de paraguaios que buscam atendimento no Brasil, pelo que pôde ser percebido nas entrevistas, está associado às características da saúde pública paraguaia. Estas características puderam ser observadas a partir da entrevista realizada no hospital regional de Salto Del Guairá, que se trata de um hospital de média complexidade, não conta com serviços muito especializados, estes estão centralizados em Assunción, Encarnación e Ciudad Del Este.

O hospital de Salto Del Guairá possui apenas as especialidades de cirurgia geral, ginecologia, obstetrícia, traumatologia e pediatria, apesar de ser um hospital localizado na capital do departamento. Especialidades como cardiologia, nefrologia e oncologia só estão disponíveis em Assunción, não estão nos hospitais regionais. O atendimento das especialidades é feito nos hospitais públicos, de forma centralizada, mas gratuita. No entanto, se houver a necessidade de algum material ou medicamento para o tratamento é necessário comprá-los, como materiais para cateterismo, por exemplo.

Sobre a educação, foi possível observar que nos últimos anos, a presença de alunos paraguaios em escolas da cidade brasileira de Guaíra é constante. O número de alunos varia de ano para ano, em uma escola privada, por exemplo, chegou a existir um total de dez alunos, mas no ano de 2018, tinha apenas três alunos. Os alunos frequentam a escola da educação infantil ao ensino fundamental e não encontram problema com o idioma. O local de origem dos estudantes sempre é Salto Del Guairá, e eles vão para a escola utilizando transporte particular, que é feito por meio de van que sai do Paraguai em direção ao Brasil para transportar alunos que estudam em escolas brasileiras. Na rede pública de ensino também existem estudantes paraguaios, tanto na educação regular como na educação de jovens e adultos.

Existem também a mobilidade de estudantes que saem do Paraguai para cursar algum curso superior no Brasil. Apesar de existir a Universidad Nacional de Canindeyú - UNICAN em Salto Del Guairá e essa universidade possuir cursos gratuitos e de qualidade, existem alguns cursos superiores que estão concentrados apenas em Ciudad Del Este e Assunción, e morar nestas cidades tornaria os estudos mais caros do que estudar no Brasil. Os estudantes que fazem mobilidade pendular para estudar são todos de Salto Del Guairá, os que moram em outras cidades optam por mudarem-se para Guaíra.

A cidade de Guaíra viveu tempos de grande desenvolvimento econômico no passado, mas atualmente não conta com esse dinamismo, pelo contrário, a cidade apresenta baixa oferta de empregos. Isso gera uma situação problemática para a população em idade produtiva que precisa trabalhar, em consequência disso é possível verificar trabalhadores

guaiarenses no centro comercial de Salto Del Guairá.

Observou-se que, parece ser mais vantajoso trabalhar na cidade paraguaia do que em Guaíra, já que os salários são melhores e porque em Guaíra a oferta de emprego é baixa, e os trabalhos seriam pesados. Em alguns estabelecimentos há uma preferência pela contratação de brasileiros, por conta da grande presença de brasileiros consumidores em Salto Del Guairá, em outros locais essa preferência não existe. Em alguns locais pode haver também uma diferença salarial, sendo os brasileiros a terem salários maiores. Os direitos trabalhistas não são assegurados, mas mesmo assim os brasileiros preferem trabalhar em Salto Del Guairá a Guaíra.

GUAÍRA E SALTO DEL GUAIRÁ: AS FUNÇÕES ATUAIS DAS CIDADES

O fato de as cidades próximas ao limite internacional apresentarem diferenciais entre si é fundamental para que existam interações entre elas. Salto Del Guairá possui um dinâmico centro de compras, capaz de atrair brasileiros de diversas partes do país e em número intenso, motivados pelo consumo, e isso cria uma significativa demanda por trabalhadores que possam atender esses fluxos.

Pela maioria dos consumidores serem de brasileiros, é muito oportuno que os trabalhadores do comércio sejam brasileiros para atender de forma satisfatória os consumidores, já que o que importa de forma significativa nesta relação é o processo de consumo e de acumulação de capital. Sendo assim, a rede cotidiana que se estabelece em direção ao Paraguai, em específico para a cidade de Salto Del Guairá, é a rede dos trabalhadores.

Quando a análise é centrada em Guaíra, a situação muda. Esta cidade apesar de todo o passado dinâmico que apresentou, como já foi discutido, não possui tanta relevância na hierarquia da rede urbana de cidades brasileiras, nem mesmo na rede urbana paranaense – isso pode ser verificado quando se observa a Região de Influência das Cidades - REGIC do IBGE (2007), no qual Guaíra aparece como centro de zona B. E mesmo assim exerce forte influência para a cidade de Salto Del Guairá, e para algumas outras que estão próximas do limite internacional, como pôde ser observado nas **figuras 2 e 3**. Esta situação demonstra a acentuada ausência de serviços na cidade de Salto Del Guairá que, apesar de ser capital do departamento de Canindeyú e já possuir anos de história, não é capaz de polarizar fluxos. O único fluxo cotidiano que esta cidade consegue mobilizar é o de trabalhadores, tanto de brasileiros como de paraguaios.

A cidade de Guaíra tem apresentado na atualidade uma relevância significativa para os paraguaios, por ser o centro que concentra os fluxos das redes com origem no Paraguai, mas também apresenta importância para os fluxos de consumidores que se originam em diversas partes do Brasil, e têm como destino o centro de compras de Salto Del

Guairá. Essa importância se dá por meio de serviços de alimentação, como restaurantes, e principalmente por meio dos hotéis. Os hotéis de Guairá estão organizados para receber o turista brasileiro que irá para Salto Del Guairá realizar suas compras, como pode ser observado na **figura 4**, que indica o horário brasileiro e paraguaio por meio de dois relógios na recepção do hotel.

A relação entre o movimento dos hotéis de Guairá e o turismo de compras no Paraguai é bem sólida, são as compras do Paraguai que movimentam os hotéis de Guairá. Em um dos hotéis verificou-se que entre 80 e 90% dos hóspedes são consumidores que visitam Salto Del Guairá, e essas pessoas são oriundas do interior do Paraná: Maringá, Londrina, Ponta Grossa; Curitiba, interior de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina.

Figura 4: Relógios em hotel indicando a hora do Brasil e do Paraguai



Fonte: A autora, 2018.

Em outros setores, como o de saúde e educação, Salto Del Guairá não apresenta praticamente nenhuma centralidade. No entanto, esta situação não se restringe apenas à cidade que está sendo estudada, essa desarticulação das cidades paraguaias em uma rede urbana aparenta ser uma característica da organização política, econômica e social do país. Os produtos e serviços mais especializados estão concentrados em cidades importantes do país: Assunción e Ciudad Del Este. A rede urbana é muito frágil, não foi possível observar uma centralidade de serviços e produtos em uma única cidade, fato que normalmente ocorrem em cidades brasileiras, em especial nas capitais dos estados.

Diante desta falta de articulação em rede das cidades paraguaias, da ausência de

serviços especializados em Salto Del Guairá é que as redes cotidianas se estabelecem do Paraguai em direção ao Brasil. É interessante observar que as redes não têm como origem apenas a cidade de Salto Del Guairá, elas originam-se, também, em outras cidades do departamento de Canindeyú, o que leva a considerar que a influência do limite internacional não fica restrita apenas aos municípios e núcleos urbanos que estão muito próximos ao limite, e sim à uma região mais abrangente, o que caracteriza uma zona de fronteira maior e mais dinâmica do lado Paraguaio. Acredita-se que esta zona de fronteira é capaz de atingir boa parte da zona alta do departamento de Canindeyú.

Já em lado brasileiro a zona de fronteira não se estabelece pelas mesmas motivações da zona de fronteira do lado paraguaio. Enquanto os municípios paraguaios que se articulam com o Brasil estão motivados por serviços e produtos de necessidade cotidiana, como foi exposto anteriormente, a zona de fronteira em lado brasileiro se forma por conta das redes de consumo. A única rede cotidiana que se origina no Brasil e vai para Salto Del Guairá é a rede de trabalho e esta rede, pelo que pôde ser observado durante os trabalhos de campo, só envolve a cidade de Guaíra e Salto Del Guairá. O que motiva a mobilização de brasileiros que estão mais distantes do limite internacional a dirigirem-se ao Paraguai é apenas o consumo.

Apesar do trabalho não ter este objetivo, acredita-se que seja possível afirmar que exista o esboço de uma rede urbana transfronteiriça na qual Guaíra exerce papel de centralidade, atraindo redes cotidianas de consumo de produtos de uso corrente, redes de educação e de saúde. Considera-se que esta rede urbana está se estruturando pelo fato de as cidades paraguaias serem bastante frágeis na oferta de serviços. A rede urbana paraguaia aparenta ser organizada de forma diferente da que se observa no Brasil, então há uma grande concentração de serviços em Assunción, e nas demais cidades eles estão escassos. Estando Guaíra muito mais próxima para os distritos da chamada zona alta do departamento de Canindeyú, há uma constante motivação para que a rede urbana se forme. Entende-se que esta rede urbana se estrutura de forma contínua e crescente porque parte das redes que se estabelecem por este segmento de fronteira não sofrem influência direta das taxas de câmbio – caso da rede de saúde e de educação – logo, é possível que a intensidade e a frequência das redes aumentem, caracterizando, paulatinamente, a articulação entre parte do departamento de Canindeyú e a cidade de Guaíra em uma rede urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as transformações ao longo do tempo das cidades que compõem o recorte espacial foi possível observar como as interações transfronteiriças que se desenvolvem no momento presente estão associadas com os fatos que foram desenvolvendo-se ao longo

da história. As ações dos Estados Nacionais, brasileiro e paraguaio, foram fundamentais para que as interações observadas neste segmento de fronteira ocorram. A ação conjunta dos dois países por meio da criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu é o ponto inicial desta atuação estatal, depois tem-se a atuação do Estado brasileiro, por meio da construção da ponte nacional Ayrton Senna, que foi um elemento fundamental para que as interações entre Brasil e Paraguai apresentassem intensidade maior. Outro fato fundamental para a existência das interações é a postura do Estado paraguaio de permitir que brasileiros acessem o centro comercial de Salto Del Guairá sem a necessidade de tramites burocráticos.

Do exposto, pode-se inferir que as transformações pelas quais as cidades de Guaíra e Salto Del Guairá foram passando ao longo do tempo foram fundamentais para que as cidades chegassem às características socioeconômicas atuais. As medidas dos governos brasileiro e paraguaio foram fundamentais para que a estrutura econômica atual das duas cidades se verificasse. Foi a partir da construção do lago da usina hidrelétrica de Itaipu, e principalmente, da ponte nacional Ayrton Senna que as interações entre Brasil e Paraguai se tornaram frequentes nesse segmento de fronteira, levando as cidades a terem suas características atuais. Analisando a história das cidades percebe-se que o papel do Estado Nacional foi fundamental para a existência das interações neste segmento de fronteira. É óbvio que o limite internacional cria diferenciais e torna as interações entre Brasil e Paraguai atrativas, no entanto, antes da obra de infraestrutura, a articulação por meio deste segmento de fronteira não era viável.

Analisando todas as informações apresentadas é possível verificar que as redes de interações transfronteiriças verificadas no segmento de fronteira de Guaíra e Salto Del Guairá têm como motivo os diferenciais econômicos, políticos, sociais e monetários que existem entre o Brasil e o Paraguai. Tais diferenciais são criados graças às normas específicas de cada território nacional. Essas diferenças beneficiam a população que reside nos municípios de fronteira e aquela oriunda de cidades próximas à fronteira.

REFERÊNCIAS

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. O processo que resultou na construção de Itaipu e as consequências para os Ava-Guarani. *In*: XIV SIMPÓSIO DE PROCESSOS CIVILIZADORES. **Anais...** Londrina/PR Universidade Estadual de Londrina, 2012. p. 1-11. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais14/arquivos/textos/Poster/Trabalhos_Completos/Luiz_Barros.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, v. 9, n. 16, 2012.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In*: DIAS, Leila Christina; DA SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

FERRARI, Maristela. Redes da Migração Brasileira no Nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). *In*: VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (Org.). **Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

FIOROTTI, Cíntia. **História de trabalhadores e do trabalho na Fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)**. 2015. 287f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GUAÍRA, Município de. **Ponte Ayrton Senna completa 20 anos**. Disponível em: <http://www.guaira.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=4375>.

GREGORY, Valdir. **Guaira: um mundo de águas e histórias**. Editora Germânica, 2008.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, n. 8, p. 9-29, 2000.

MACHADO, Lia Osório. Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica de segurança. *In* **Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos)**, Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

MAZZAROLO, Juvêncio. Holocausto Ecológico. *In*: **A taipa da injustiça: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. São Paulo/SP: Editora Loyola, 2003. Cap. 14, p.173-182.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Região de Influência das cidades**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2007. 201p.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. *In*: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, p. 17-38, 2004.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad Del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira**. 2004. 334f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REFIONAL DE CASTILA Y LEÓN. **Anais...** 1998, p. 1561-1581. Disponível em: http://www.jcyl.es/jcyl/cee/dgeae/congresos_ecoreg/CERCL/1561.PDF. Acesso em: 13 abr 2019.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do Concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel/PR: Edunioeste, 2002, 116p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. Redes geográficas. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Glosário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

**Grandes projetos de
desenvolvimento e seus
impactos socioambientais**

Nayra Caroline Steffen
Edson dos Santos Dias

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, os intitulados megaprojetos de infraestrutura são apresentados como o melhor caminho para acelerar o que se convencionou chamar de **desenvolvimento econômico** e **progresso nacional**. Entretanto, esses (mega)empreendimentos implicam em novas configurações territoriais, com consequências socioambientais proporcionalmente de grandes dimensões também. Problematizando e refletindo sobre o próprio conceito de “desenvolvimento”, no presente texto são apresentadas análises referentes à implantação de **Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs)**, com destaque para as Usinas Hidrelétricas e suas consequências sobre as reconfigurações sócio territoriais onde são implantadas.

Inicialmente faz-se a análise das concepções de desenvolvimento que emergiram com maior relevância a partir da Segunda Guerra Mundial, com o questionamento sobre o que é e para quem serve esse “desenvolvimento” que se expandiu pelo mundo e influenciou o pensamento da sociedade moderna. Na segunda parte, centramos nossa atenção aos Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) que são instalados no Brasil por meio deste processo de “desenvolver” o país. Dentro da diversidade do conjunto de empreendimentos que podem ser associados aos GPDs, foi destacada a análise do processo de expansão das usinas hidrelétricas e os problemas socioambientais e as reconfigurações territoriais decorrentes.

Trata-se de um estudo¹ bibliográfico e de levantamento documental sobre a questão, a partir da consulta a um conjunto de documentos oficiais (Tratados, Acordos, Regulamentações), trabalhos acadêmicos e demais bibliografias específicas sobre o assunto.

O QUE É “DESENVOLVIMENTO” E PARA QUEM SERVE?

O conceito (no plano das ideias) de desenvolvimento e sua implementação no mundo concreto, está em constante transformação e não pode ser considerado homogêneo, isento ou uma unanimidade livre de polêmicas. Autores das mais diversas áreas do conhecimento e matizes ideológicos teorizam e defendem suas ideias sobre o desenvolvimento e as discussões sobre o assunto tornaram-se mais acirradas após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Oliveira (2002, p. 38-39), diante do contexto em que se encontravam as nações no pós-guerra, ocorreu uma preocupação por parte dos governos de vários países em assegurar melhor qualidade de vida para suas populações e essas intenções foram reafirmadas na “Carta do Atlântico” de 1941², bem como, na “Carta das Nações

¹ O presente texto é resultado da reformulação e aperfeiçoamento de parte da dissertação “Criação do Parque Nacional de Sete Quedas (PR) e sua extinção a partir da implantação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional”, defendida junto ao PPG em Geografia (UNIOESTE/Câmpus de M. C. Rondon), por Nayra C. Steffen, sob orientação do prof. Edson S. Dias, em 24 de junho de 2022.

² A Carta do Atlântico de 1941 pode ser acessada em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>.

Unidas” de 1945³, considerada esta última o documento de maior importância a respeito da questão de desenvolvimento. Além disso, neste mesmo ano de 1945 ocorreu a criação da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, composta inicialmente por 51 países.

Neste contexto, as primeiras reflexões tratavam como sinônimos “desenvolvimento” e “crescimento econômico”. Para os clássicos da economia política, de acordo com Corrêa et al (2019, p. 05), a base do desenvolvimento de uma nação estaria representada pelo nível de seu crescimento econômico que poderia ser medido pelo PIB (soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano) e/ou renda per capita (média obtida através da divisão do Produto Nacional Bruto (PNB) pelo número total de habitantes). Nesta perspectiva, acreditava-se que ao investir na industrialização, processo esse que foi disseminado como essencial para que as nações obtivessem o crescimento econômico, determinado país passaria a seguir no rumo certo para se tornar uma “nação desenvolvida”, nos moldes dos países centrais do capitalismo contemporâneo.

Silva (2015, p. 16) discorre que a era do desenvolvimento pode caracterizar-se como um período específico que se iniciou no pós-guerra, quando Harry S. Truman (presidente dos EUA – gestão 1945 a 1953), em seu discurso de posse, se referiu pela primeira vez ao hemisfério Sul como “áreas subdesenvolvidas”. No ocidente, o conceito e a aplicação de desenvolvimento passam a ser configurados conforme os padrões estadunidenses e orientados pela lógica do capital. A partir disso, o subdesenvolvimento foi tratado como uma fase transitória que teria de ser superada pelas nações mundiais, em seu processo linear, rumo ao reconhecimento internacional de nação desenvolvida conforme padrões pré-estabelecidos de forma hegemônica.

A supremacia do modelo norte-americano está guiada pela lógica capitalista, que a tudo dá valor de troca, que expropria para acumular, que fomenta as necessidades de consumo, que transforma e remodela os padrões de consumo e que, para tanto, modifica a matriz produtiva, exigindo produtividade, que pressupõe incremento tecnológico, que segue os padrões desenvolvimentistas sem medir consequências (Luzzardi et al., 2009, p. 44).

O desenvolvimento ganha forma ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista progride. Como aponta Silva (2011, p. 04) acreditava-se que o processo para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos ocorreria mais rápido, pois passariam pelo mesmo caminho já percorrido pelas nações ricas. Esse processo, chamado pelo autor de “queimar etapas”, ocorreria através da atuação do poder do Estado juntamente com empréstimos internacionais.

Furtado (1974) em sua obra “**O mito do desenvolvimento econômico**” faz

3 A Carta das Nações Unidas de 1945 pode acessada em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>.

questionamentos a esse modelo de desenvolvimento que passa a ser adotado em escala global.

Como admitir que um modelo baseado na observação do comportamento histórico das atuais economias industrializadas e na presente estrutura destas possa servir para projetar as tendências a longo prazo do processo de industrialização em escala planetária? Com efeito: a estrutura do modelo se funda na estrita observação do bloco de economias que lideraram o processo de industrialização, que puderam utilizar os recursos naturais de mais fácil acesso e que lograram o controle de grande parte dos recursos não-renováveis que se encontram nos países subdesenvolvidos (Furtado, 1974, p. 19).

Até as primeiras décadas do século XX, a economia brasileira era baseada na exportação de *commodities* agrícolas, essencialmente o café. A estruturação de indústrias de base aconteceu somente em meados da década de 1950. Ademais, os países que tiveram sua industrialização tardia necessitaram de financiamentos e investimentos estrangeiros, resultando em dívidas e dependência dos países considerados desenvolvidos.

A partir do momento em que o capital encontra barreiras que limitam sua expansão, ocorre a busca por novos mercados, ou seja, por mão de obra e recursos que podem ser encontrados em outros territórios em troca de capital (Silveira; Silveira, 2015, p. 06). A inclusão dos países periféricos neste modelo que induz na busca pelo desenvolvimento que é baseado no crescimento econômico, torna-se totalmente satisfatório para as nações centrais, uma vez que alguns países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil, dispõem de muitos recursos naturais.

Ao abordar o desenvolvimento enquanto crescimento econômico, Veiga (2008) faz a análise deste como mito ou ilusão na sociedade atual. Em sua obra “**Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**”, o autor faz referência a Rivero (2002) que destaca o que chama de “gurus do desenvolvimento” - esses “pensadores” possuem uma visão sobre o assunto de desenvolvimento totalmente quantitativa, não avaliando os processos “[...] qualitativos históricos-culturais, o progresso não-linear da sociedade, as abordagens éticas, e até prescindem dos impactos ecológicos. Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres” (Rivero, 2002 *apud* Veiga, 2008, p. 22-23). Essa concepção desenvolvimentista extremamente atrelada ao crescimento da **renda per capita** dos países, desconsidera todos os processos essenciais que movimentam a vida das pessoas.

Com o campo de visão da realidade delimitado por essa idéia diretora [de desenvolvimento econômico], os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelúquia existente fora de qualquer contexto social (Furtado, 1974, p. 14).

A concepção de desenvolvimento foi exclusivamente atrelada ao viés econômico por muito tempo e, ainda hoje, apresenta-se predominante nos círculos liberais e conservadores. Contudo, os questionamentos críticos acerca dessa concepção aumentaram ao longo do séc. XX, apesar de ainda se constituir em tendência muito restrita ao meio acadêmico e de movimentos sociais. A crítica se baseia, entre outras questões, pela não abordagem de fatores sociais e ambientais, principalmente após a divulgação do primeiro **Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)**. Em 1990 quando surge o primeiro RDH “o crescimento da economia passara a ser entendido por muitos analistas como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios”. Ou seja, até esse momento o crescimento econômico estava atrelado apenas ao progresso material (Veiga, 2008, p. 32). E assim ficou evidente a importância de analisar realmente o que se almejava com a concepção de desenvolvimento.

Ao considerar que o crescimento econômico não é capaz de medir sozinho o desenvolvimento de cada nação, surgiu, em 1990, o primeiro RDH idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e o indiano Amartya Sen (1933), que tem como intuito informar sobre as questões de desenvolvimento humano, abordando a qualidade de vida e as características socioeconômicas de cada nação. Assim, desenvolvimento humano refere-se à qualidade de vida, capacidades e oportunidades que cada pessoa possui (PNUD, 2021).

A partir disso, foram propostos índices capazes de medir o desenvolvimento humano com base em fatores socioeconômicos, além de servir como um contraponto ao Produto Interno Bruto – PIB que considera somente o crescimento econômico. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁴ mede o progresso de cada nação a partir de três dimensões: educação, saúde e renda; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM avalia o desenvolvimento dos municípios a partir de três dimensões: longevidade, educação e renda (PNUD, 2021). Essas informações podem ser mensuradas e analisadas para a criação ou reformulação de políticas públicas.

Apesar dos progressos técnicos e científicos alcançados até o momento atual, existe uma parcela da população mundial que se encontra alienada e até mesmo desconhece esses avanços. Ou, de maneira cada vez mais comum, é incorporada ao uso dessas novas tecnologias exclusivamente como consumidores precários. Além disso, fatores como desemprego e desigualdades socioeconômicas são crescentes em vários países. De acordo com Veiga (2008, p. 80), se a distribuição de renda e riqueza, até mesmo em países considerados desenvolvidos, sempre foi desigual a partir da lógica capitalista de apropriação, na sociedade atual essa desigualdade se amplia muito, associada à manutenção da pobreza

⁴ O IDH possui como indicadores complementares o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) (PNUD, 2021).

extrema e diversos problemas sociais e ambientais.

Neste processo de desenvolvimento das nações, de acordo com Furtado (1974, p. 14), os problemas que surgiram não foram tratados com a devida atenção, como: o ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos e os impactos ao meio físico. Nesta mesma perspectiva, Veiga (2008, p. 33-34) expõe que problemas novos e antigos convivem e mudam a vida de milhares de pessoas no mundo, como a pobreza, fome, violação de direitos humanos (liberdades formais básicas e políticas). Nessa última questão pode-se colocar a agenda de reivindicações específicas na qual diversas pessoas não se sentem contempladas nessa concepção de progresso e desenvolvimento que possui uma dimensão econômica excludente (no sentido macro), e é realçada socialmente a partir de sua condição enquanto sujeito (no sentido cotidiano), a partir da cor da pele, etnia, gênero, entre outras especificidades.

É necessário compreender a maneira como o desenvolvimento foi orientado e executado no mundo, intensificando as desigualdades sociais e ambientais. Desta forma, podemos considerar um desenvolvimento eficaz aquele que assegure acesso à saúde, cultura, educação e ambiente equilibrado, lazer, segurança, alimentação, habitação, distribuição de renda e riqueza mais igualitária, bem como, às liberdades sociais, civis e políticas, entre outros fatores associados a uma melhor qualidade de vida. Além disso, dentro do desafio ambiental abordado por Gonçalves (2012, p. 72-73) demandam-se elementos como “[...] solidariedade, generosidade, equidade, liberdade e democracia de alta intensidade”.

Portanto, podemos considerar a concepção de desenvolvimento como uma construção social e ideológica da burguesia para satisfazer as necessidades da produção e circulação do modelo capitalista. Enquanto o capital for o principal meio de tomada de decisões na sociedade, estaremos longe de gerar desenvolvimento para todos. É importante orientar o pensamento em prol do bem coletivo, através de investimentos públicos nas áreas que envolvem toda a população.

A reflexão sobre desenvolvimento feita até aqui teve o objetivo de subsidiar o entendimento da implementação dos chamados GPDs, que são os Grandes Projetos de Desenvolvimento, disseminados por todo o Brasil, com destaque para os projetos das usinas hidrelétricas. Desta forma, passamos a averiguar quais os argumentos favoráveis para a construção desses empreendimentos, bem como as consequências socioambientais ocasionadas após e durante as suas implementações e suas (re)configurações territoriais.

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Os GPDs⁵ podem ser entendidos como empreendimentos de atividades econômicas de significativa proporção em termos monetários, dimensão e consequências. No Brasil, esses grandes projetos foram implementados, entre outras razões a serem verificadas, pela imensa disponibilidade de recursos naturais existentes em sua extensão territorial. Alentejano e Tavares (2019, p. 194) destacam algumas atuações desses empreendimentos em “[...] mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoeletricas, portos, barragens, etc), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc)”.

O discurso que enfatiza noções como progresso e desenvolvimento é predominante para justificar a construção dos grandes projetos. Como aponta Cruz e Silva, (2010, p. 183) em termos puramente econômicos esses grandes projetos podem até acarretar, em determinadas situações, um certo “desenvolvimento” conforme as expectativas de seus planejadores e gestores. Entretanto, conforme indica Vainer e Araújo (1992, p. 34) o produto resultante desses empreendimentos é consumido em outros lugares ou países. Além disso, o enunciado progresso e modernidade utilizado para a construção desses locais raramente ultrapassam a própria obra e trazem resultados concretos de melhoria de vida para as populações locais no longo prazo.

Conforme Alentejano e Tavares (2019, p. 195) a ideia inspiradora para a implantação dos GPDs no Brasil foi orientada pela noção de **polo de crescimento** criada por François Perroux. O economista formulou a teoria em 1950, tendo por base o desenvolvimento regional da França no pós-guerra. Suas ideias foram influenciadas pelo economista John M. Keynes (1883 – 1946), na qual o desenvolvimento era induzido pelos grandes investimentos.

[...] o principal desdobramento do pensamento de Perroux no Brasil se materializou durante Ditadura empresarial-militar implantada no país após o Golpe de 1964, quando inúmeros polos industriais e/ou minerais foram implementados, como indutores do crescimento regional, sob o argumento da necessidade de impulsionar as regiões mais atrasadas (Alentejano; Tavares, 2019, p. 197).

Como indicado pelos autores acima, os projetos dos governos militares naquele período eram divulgados com o objetivo de mitigar as desigualdades entre as regiões brasileiras, visto que o país possui um território extenso e sua economia, em especial a indústria, estava concentrada sobretudo na região sudeste até aquele momento. Esse modelo, intitulado como polo de crescimento, foi um instrumento utilizado pelo Estado brasileiro com a finalidade de desenvolvimento regional, para então “corrigir” as desigualdades existentes entre as suas regiões. Nesse contexto, os GPDs eram apresentados

⁵ Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs) também são denominados pela literatura sobre o assunto como megaprojetos ou grandes projetos de investimentos (GPIs).

pelos governos de plantão como indutores do desenvolvimento regional ancorado na modernidade e no progresso.

Analisar os arranjos e rearranjos espaciais organizados sobre determinado território onde será implantado um GPD, como é o caso das usinas hidrelétricas, exige abordar como ocorrem as relações de poder. Nesse processo destacamos três agentes sociais envolvidos: capital privado (materializado pelas empresas que planejam, executam e gestionam o empreendimento), Estado e população atingida pelo projeto. Parte-se da premissa que o poder comparado entre esses agentes é totalmente desproporcional. O Estado cria condições favoráveis para que a grande empresa responsável pelo empreendimento tenha acesso e possa realizar a exploração do recurso (no caso, a água utilizada para a geração de energia em hidrelétricas) presente no território. A população que será atingida não tem participação ativa nas decisões tomadas por esses agentes (capital privado e Estado), o que as torna de certa forma invisíveis nesse processo.

Vainer e Araújo (1992) abordam o deslocamento de grandes contingentes para trabalharem nas obras desses megaprojetos. Inicialmente esses empreendimentos geram muitos postos de trabalho, mas, após o término da obra, eles implicam em desemprego em massa. Ao mesmo tempo, como consequência, os núcleos urbanos começam a enfrentar novos problemas oriundos do aumento populacional no momento de execução da obra, e do desemprego, após a sua conclusão. De acordo com Vainer e Araújo (1992, p. 37) surgem complicações como: favelização, marginalização, mendicância, prostituição, criminalidade, bem como acumulam-se necessidades em habitação, saneamento básico, transporte, educação, segurança, atendimento de saúde, serviços básicos e infraestrutura em geral.

Além disso, os GPDs geram enclaves do ponto de vista político, pois a situação dos poderes locais é totalmente transformada com a chegada de um empreendimento de grande porte. Conforme Vainer e Araújo (1992, p. 38) “[...] o GPI vai geralmente implicar uma redução da esfera e da capacidade de decisão e ação dos poderes locais e regionais”. Através da construção desses grandes projetos, o território passa a ser configurado a partir dos empreendimentos e as autoridades locais perdem força em questões de decisões, sendo assim desarticuladas.

Ademais, mesmo com a existência de agências governamentais responsáveis por realizarem os planejamentos referentes ao desenvolvimento regional, fica claro que quem toma as decisões e desenham os territórios regionais brasileiros, como afirma Vainer (2007a, p. 11), são as empresas construtoras privadas e as companhias dos setores elétrico, mineiro-metalúrgico, petroquímico e siderúrgicas que podem ser totalmente privadas ou com alguma participação do setor público. O autor ainda reflete a forma como esses projetos são originados sem serem debatidos publicamente com a população. Os processos decisórios

para a implantação desses empreendimentos se estruturaram através de interesses de indivíduos e empresas que possuem influência frente ao poder público, além de destacar o surgimento de coalizações políticas nesses processos de decisão.

No contexto dos GPDs, que incluem grandes empresas do setor metalúrgico, de mineração, entre outras atividades, interessa-nos destacar as usinas hidrelétricas, pois a geração de energia é essencial para o funcionamento de todas as demais atividades econômicas e demandas sociais na contemporaneidade, o que resulta na ampliação crescente da produção energética.

USINAS HIDRELÉTRICAS DE GRANDE PORTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E AMBIENTAIS

Há diferentes modalidades de hidrelétricas, conforme sua capacidade de produção, como a Central Geradora Hidrelétrica (com capacidade instalada de até 5 MW), a Pequena Central Hidrelétrica (hidrelétricas com capacidade instalada acima de 5 MW até 30 MW) e as Usinas Hidrelétricas (responsáveis pela maior parte da matriz energética brasileira, caracterizadas por grandes reservatórios de água e com capacidade instalada acima de 30 MW). Estas últimas são consideradas grandes empreendimentos (GPDs), pois movimentam vultosos montantes de recursos financeiros, mão de obra e infraestrutura, além de fazerem uso de uma imensa disponibilidade de recursos naturais, neste caso a água. Geralmente, a implantação desses empreendimentos é favorecida pelo Estado, que tem papel decisivo pela opção de implementar ou não esses projetos. No caso do Estado brasileiro, à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) compete o planejamento e regulação do setor elétrico no país, assim como a concessão dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia.

A partir da década de 1950, iniciaram-se no Brasil a construção de algumas usinas hidrelétricas de grande porte durante o segundo momento do governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), nesta ocasião reconduzido por eleições diretas. Dentre alguns dos objetivos do então presidente, estava a criação de uma empresa estatal que “[...]seria responsável pela realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas, linhas de transmissão e distribuição de eletricidade, a Eletrobrás (Centrais Elétricas do Brasil), incorporada a um Plano Nacional de Eletrificação (PNE)” (Oliveira, 2018, p. 330). Entretanto, ainda conforme Oliveira (2018), mesmo com o aumento de empresas de eletricidade do setor público, a Eletrobrás e a PNE não foram aprovadas devido a oposições de setores privatistas que defendiam que o capital privado tivesse participação decisiva no setor elétrico.

Em 1956, através do ciclo de expansão industrial promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) de desenvolver o país “50 anos em 5”, cinco setores da

economia passaram a receber mais investimentos públicos e privados: **energia**, transporte, indústrias de base, alimentação e educação; entre esses, os três primeiros obtiveram mais atenção e recursos (FGV, 2020). Em 1960 é criado o Ministério de Minas e Energia que ficou responsável pelo setor elétrico brasileiro, que até então fazia parte do Ministério da Agricultura. Durante o governo de JK, a participação das empresas públicas no setor elétrico tornou-se marcante. Conforme Oliveira (2018, p. 332) foram construídas neste período duas grandes usinas hidrelétricas estatais: Furnas, pela companhia federal Furnas, e Três Marias, pela estadual Cemig, bem como, prosseguiram as obras de ampliação da barragem de Paulo Afonso, pela Chesf.

Somente em 1961, no governo de João Goulart (1961 – 1964), após ser ignorada por muito tempo, a Eletrobrás é promulgada para coordenar as empresas do ramo de energia elétrica. A finalidade da empresa sob controle do governo federal seria de realizar “estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica” conforme consta no Art. 2, Lei nº3.890-A/1961.

Com a instauração da ditadura militar brasileira (1964 – 1985) a Eletrobrás passa a ser amplamente utilizada para a expansão das hidrelétricas no Brasil. Conforme Oliveira (2018, p. 334) “durante a ditadura, houve a construção de 61 grandes barragens hidrelétricas que aumentaram a capacidade instalada de 4.894 MW a 37.437 MW entre 1964 e 1985 [...]”. Nesta época, o pensamento desenvolvimentista se intensificou e as hidrelétricas foram apresentadas como necessárias para que o País alcançasse o desenvolvimento.

Entre os anos de 1968 e 1973, o País passou pelo período denominado de “milagre econômico”, quando várias grandes obras foram construídas com o financiamento público, sendo as mais conhecidas a ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica e a usina hidrelétrica de Itaipu. O discurso utilizado pelos militares na época era de que esses empreendimentos levariam “progresso, desenvolvimento e modernidade” aos territórios em que seriam instalados. Entretanto, diversas consequências foram geradas ao meio ambiente e à população atingida. Importante ressaltar que naquela conjuntura social e política as reivindicações ou questionamentos não eram permitidos devido ao regime autoritário instaurado no país pelo governo militar.

Além disso, um fator importante que possibilitou a intensificação da construção de hidrelétricas foi a realização de diversos estudos de levantamento do potencial hidrelétrico realizados após a década de 1960. Essas pesquisas tinham por finalidade avaliar o potencial das bacias hidrográficas de todo o território nacional. Conforme Oliveira (2018, p. 334-335) Esses estudos servem de base até os dias de hoje e são denominados de Canambra – região Sudeste, realizado em 1960, Enersul – região Sul, em 1969, Eneram – região Amazônia, em 1972 e Enenorde – região Nordeste, em 1973.

Como contraponto às iniciativas de construção de grandes hidrelétricas, é

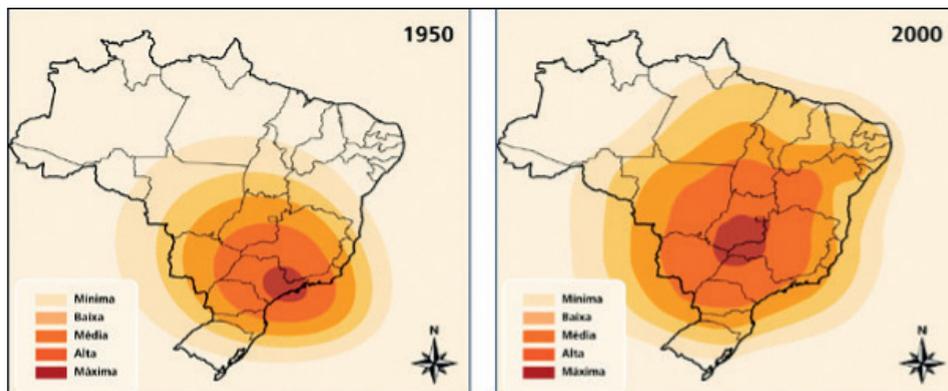
apresentado por Gonçalves (2018, p. 15), o movimento ecológico no Brasil que emergiu na década de 1970, e as instituições criadas pelo Estado para regular ações que envolviam o meio ambiente surgiram a partir de pressões para obter investimentos estrangeiros, pois no cenário internacional a preocupação ambiental estava em pauta.

Em 1986, após o fim do período ditatorial (1964 – 1985), segundo Vainer (2007b, p. 119), com a criação do Conselho Consultivo de Meio Ambiente (CCMA) da Eletrobrás, foram produzidos alguns documentos voltados a questão ambiental, como o Manual de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos e o Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico. Neste mesmo ano, o **Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)** por meio da resolução 01/86 estabeleceu a obrigatoriedade dos estudos de **Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA)**.

Observa-se que as normas e leis criadas favorecem a construção dos empreendimentos hidrelétricos, mesmo cientes que os impactos que as obras causam aos territórios são potencialmente consideráveis. Os estudos de impactos servem para que as empresas apresentem medidas mitigadoras pelos efeitos gerados. Desta forma, deixa-se claro que o critério essencial é a geração de energia elétrica, tratando água e energia como mercadorias, bem como a população e o meio ambiente como empecilhos a serem manejados.

Após os anos 2000 – durante os governos petistas de Lula e Dilma – foi retomado o planejamento para construções de empreendimentos hidrelétricos de grande escala, principalmente voltados para a região amazônica. Durante a década de 1950 as usinas estavam concentradas em sua maioria na região Sudeste e, no decorrer dos anos, elas passaram a ser orientadas para a região Sul, Nordeste e Centro-Oeste, como pode-se observar pela **Figura 1**. O grande problema é a reorientação desses empreendimentos para a região Amazônica, internacionalmente conhecida por ser detentora de grande biodiversidade e com várias unidades de conservação implantadas ou em fase de implantação. Além disso, a floresta e os rios possuem um papel essencial para a sobrevivência direta dos povos indígenas e ribeirinhos, entre outros habitantes que vivem nessa região, assim como a conservação (ou deprecação) da Amazônia encontra uma visibilidade e interesse no plano internacional.

Figura 1 - Concentração de Usinas Hidrelétricas nas regiões do Brasil (1950 - 2000).



Fonte: ANEEL (2003).

Castilho (2019) em seu estudo “**Hidrelétricas na Amazônia brasileira: da expansão à espoliação**” considera a **Amazônia como a nova fronteira hidrelétrica do Brasil**, além de destacar que a implantação de novas hidrelétricas na região Centro-Oeste é estratégica, principalmente pelo fato de servir como ponto de encontro entre a Região Norte e a Região Sudeste, principal consumidora de energia do país. De acordo com estudos contratados pela Aneel, o maior potencial hidrelétrico⁶ estimado está na bacia amazônica (Figura 2), o que faz da região o ponto central para a construção desses empreendimentos atualmente.

Figura 2 - Potencial hidrelétrico por bacia hidrográfica no Brasil em 2007 (MW).

Bacia	Total	%
Amazonas	106.149	42,2
Paraná	57.801	23,0
Tocantins/Araguaia	28.035	11,2
São Francisco	17.757	7,1
Atlântico Sudeste	14.728	5,9
Uruguai	12.816	5,1
Atlântico Sul	5.437	2,2
Atlântico Leste	4.087	1,6
Paraguai	3.102	1,2
Parnaíba	1.044	0,4
Atlântico NE Oc.	376	0,1
Atlântico NE Or.	158	<0,1
Total	251.490	100,0

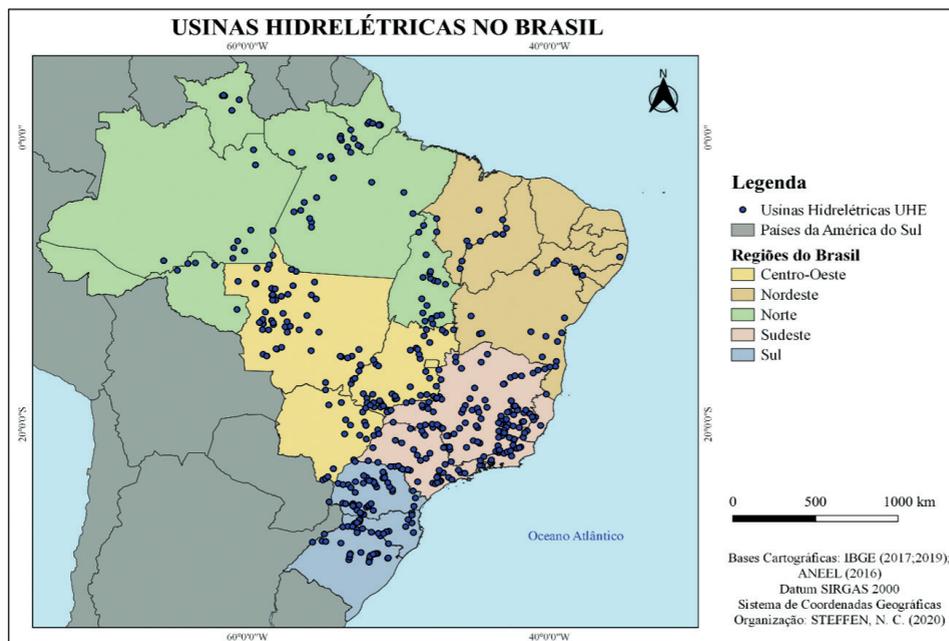
Fonte: ANEEL, 2008, p. 36.

⁶ O potencial hidrelétrico é a capacidade de geração de energia de uma bacia hidrográfica ou de um rio.

Até o final do século XX, a Região Norte não era priorizada para a implantação das hidrelétricas devido a alguns fatores como “[...] o relevo predominante da região (planícies), à sua grande diversidade biológica e à distância dos principais centros consumidores de energia” (ANEEL, 2003). Além disso, a ampla divulgação dos impactos negativos resultantes da construção das usinas de Balbina e Tucuruí geraram posicionamentos contrários à construção de outras hidrelétricas naquele momento na região amazônica (Moretto et al., 2012, p. 152).

As UHE identificadas na **Figura 3** são aquelas consideradas com o maior potencial instalado, ou seja, apresentam proporções de GPDs. Optou-se pela construção desses empreendimentos que aproveitam o uso da água para a geração de energia no Brasil através de alguns argumentos denominados de “vantagens comparativas” como seria o caso da capacidade instalada dessas usinas (Bermann, 2007, p. 139 – 140).

Figura 3 - Distribuição das Usinas Hidrelétricas pelas regiões do Brasil - 2016.



Fonte: ANEEL (2016). Organização: STEFFEN, N. C. (2022).

Os discursos utilizados para a construção de hidrelétricas sempre estiveram atrelados a concepção de “desenvolvimento”, a tendência natural para a sua utilização de forma ampla em razão do alto potencial hídrico brasileiro, além de serem consideradas fontes “limpas, baratas e renováveis”, que fizeram das hidrelétricas uma opção prioritária. O fato de uma usina hidráulica ser apontada como “renovável”, conforme Zhou e Oliveira (2007, p.

120) contribui para o convencimento, junto à sociedade brasileira, de que o país caminha para o “desenvolvimento sustentável”.

A natureza e lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de eletricidade. Tudo o que contraria ou escapa a esse fim aparece como obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica custos (Vainer e Araújo, 1992, p. 41).

A principal justificativa utilizada para implantação de usinas hidrelétricas em território brasileiro e para a expansão desse setor para a região Norte, refere-se a alta demanda de energia elétrica. Conforme Castilho (2019, p. 68) “[...] o que tem atraído o capital privado (sobretudo estrangeiro) a este setor no Brasil é o fato dele ter se tornado um grande negócio por se constituir como vetor de acumulação via espoliação e meio de incorporação territorial e de exploração de recursos naturais”.

De acordo com Bermann (2007) as consequências geradas pela construção de uma hidrelétrica ao território são muitas. Historicamente a construção das usinas no Brasil promove a desapropriação da população, acompanhado pelo pagamento ou não de indenizações irrisórias, ou por reassentamentos que não asseguram as mesmas condições de vida anteriormente existentes. Além disso, conforme Cruz e Silva (2010) as populações locais ficam fora do processo de decisão e são obrigadas a deixar o território.

Cruz e Silva (2010, p. 183) exploram os conceitos de atingidos e inundados que se referem à população afetada pelos empreendimentos hidrelétricos. Assim, de acordo com os autores, os termos representam mais do que dimensões econômicas e financeiras, pois além dos proprietários que perdem suas terras para que a área seja alagada pelo reservatório, existem aqueles que não possuem a posse da terra, mas necessitam dela para sobreviver. Desta forma, os empreendimentos hidrelétricos transformam a vida de muitas pessoas, modificando as estruturas políticas, culturais, atividades econômicas e as relações sociais que estavam estabelecidas no território antes de sua construção.

Além das consequências causadas após a formação do reservatório, a construção de uma usina modifica completamente a paisagem de um território, afetando a fauna e flora. Diversas pesquisas dedicadas ao tema apresentam os inúmeros impactos causados pelas hidrelétricas. Contudo, no Brasil, ainda é anunciado que essas usinas são fontes limpas e renováveis.

Nas últimas décadas, com o avanço das concepções neoliberais como norteadoras das políticas públicas por parte do Estado, outro elemento que dificulta nos processos de decisão e de questionamento sobre a construção de hidrelétricas se refere às privatizações do setor elétrico que, de acordo com Vainer (2007b), apresenta-se como mais uma dificuldade a ser somada a limitação da participação social nos processos de decisão que

envolvem a construção de empreendimentos de grande escala.

Ao privatizar sem critérios empresas de geração e distribuição de energia elétrica, ao favorecer de maneira atabalhoada a concessão de direitos de exploração de potenciais hidrelétricos a grupos privados, a reestruturação não apenas rompeu com o processo anterior, como colocou em risco muito do que havia sido conquistado em termos sociais e ambientais (Vainer, 2007b, p. 121).

Através das privatizações⁷, o setor público repassa suas empresas de energia ao setor privado. Com isso, os questionamentos e, principalmente, a participação da população atingida em qualquer momento decisório para a construção dos empreendimentos hidrelétricos ficam cada vez mais difíceis.

Mas as últimas décadas também foram marcadas pela resistência e denúncia pública diante das situações flagrantes de injustiça social. Ao longo dos anos de 1980, como aborda Vainer (2007b, p. 119), emergiram inúmeros movimentos ambientais e sociais acompanhando o processo de democratização no Brasil que conduziram o setor elétrico a elaborar normas que abordassem as questões sociais e ambientais. Devido a essas pressões por parte da sociedade civil, entre as décadas de 1980 e 1990 ocorrem importantes avanços no Brasil em termos de legislações referentes ao processo de construção dos empreendimentos hidrelétricos.

Entre as iniciativas de organização diante das empresas e do Estado, temos a configuração do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. Conforme definição apresentada pela própria organização:

O MAB é definido como um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução. Somos uma organização com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis. Nosso objetivo é organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos) (MAB, 2020).

Com o acúmulo de ações, reivindicações e denúncias de diversos movimentos sociais, além do próprio MAB, com o apoio do Ministério Público em diversas situações e algum respaldo político institucional junto a setores mais progressistas do espectro político do País, a proposição da construção de novas usinas hidrelétricas encontra mais resistência atualmente.

Um indicativo interessante das mudanças em curso é a divulgação recente, pela Aneel, da ampliação de capacidade instalada centralizada na matriz elétrica para uso de toda a população conectada ao Sistema Interligado Nacional, que registrou em março

⁷ Por exemplo, em 2022, a ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), sob governo de Bolsonaro, foi privatizada a partir da diminuição da participação acionária do governo e do BNDES na empresa.

de 2023 a marca histórica de 190 gigawatts (GW). Esse aumento veio acompanhado de uma diminuição da participação das usinas hidrelétricas diante de outras fontes geradoras. Conforme a Agência, em março de 2023, um total de 23,4 mil unidades geradoras ofereciam juntas uma potência fiscalizada de 190,79 GW, sendo 103,2 GW (53,58% do total) de usinas hidrelétricas de grande porte, 46,15 GW (24,70%) de termelétricas e 24,92 GW (13,12%) de usinas eólicas (ANEEL, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de desenvolvimento passou a ser reforçada constantemente pelas nações mais industrializadas do mundo, influenciando o pensamento da sociedade moderna. O processo de industrialização tardia e em ritmo acelerado dos países da América Latina resultou em diversos problemas sociais e ambientais. Ao mesmo tempo em que foram criadas indústrias, gerando postos de trabalho, a população automaticamente necessitou de mais moradias, alimentação, saneamento básico, escolas, hospitais, isso considerando as condições básicas para a vida. Além disso, as nações tardiamente industrializadas sofrem até hoje com a degradação ambiental e social das condições de trabalho.

Apesar da busca pelo desenvolvimento econômico nos padrões hegemônicos estabelecidos, constata-se que até os dias atuais, muitos países considerados subdesenvolvidos (em alguns casos chamados de emergentes, ou ainda em desenvolvimento), estão longe de alcançar uma condição que os posicione no centro do sistema capitalista no plano mundial. Diante desse quadro de problemas sociais e ambientais que afetam as populações, torna-se importante deixar de lado a ideia de desenvolvimento atrelado exclusivamente ao crescimento econômico ou, no mínimo, reconhecer que, se em um passado não distante havia um consenso sobre essa concepção/ideia, hoje ela vem adquirindo um conteúdo controverso e suas contradições são mais explicitadas.

Concepções generalizantes de progresso e desenvolvimento sempre foram, e ainda são atualmente, utilizadas para justificar a implementação de GPDs pelo território nacional brasileiro. Inclusive, a cooptação da mídia é estratégica, considerando os impactos sociais e ambientais que acompanham a instalação de projetos dessa magnitude sobre o território.

Ao tratarmos sobre os grandes projetos, esses transformam o território onde são instalados ao construírem seu empreendimento, ao extrair o recurso natural existente e ao mudar completamente a vida da população local atingida. Além de associar o território ao poder, é importante lembrar que ele é a base em que os seres humanos vivem, por isso torna-se um conceito que detém significação para os homens, uma vez que construímos através das relações sociais um vínculo afetivo com o território em que habitamos.

No contexto político militar brasileiro, que teve início em 1964 e estendeu-se até

o ano de 1984, esses empreendimentos foram protagonistas e assim foram construídos por todo o território nacional. Um caso concreto exemplar das reflexões apresentadas nesse texto é o da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, construída durante o referido contexto político e que, diante de suas características, pode ser considerada como um grande projeto de investimento.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 34, vol. 1, n. 52, p. 190 – 233, 2019.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol.21, n.59, p. 139 – 153, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a10v2159.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Brasil ultrapassa os 190 GW em capacidade de geração de energia elétrica**. Publicado em 07/03/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2023/brasil-ultrapassa-os-190-gw-em-capacidade-de-geracao-de-energia-eletrica> Acesso em ago. 2023.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do brasil**. 3 ed. Brasília, 2008, 236 p.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil - 2ª Edição**, 2003. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_5.htm. Acesso em: jan. 2022.

CARVALHO, A. M. P. de C. Radicalizar a democracia: o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 08, p. 07-21, 2004.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 15, v. 7, Edição Especial, Taubaté, p. 3 – 15, dez/2019.

CRUZ, C. B.; SILVA, V. de P. da. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia/MG, vol. 22, n.1, p. 181 – 190, abr. 2010.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A era Vargas: dos anos 20 a 1945**. 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EstadoEconomia/ConselhoAguaEnergia>. Acesso em: fev. 2022.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GONÇALVES, C. W. P. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LUZZARDI, R. et al. A panaceia do desenvolvimento: subdesenvolvimento enquanto causa. **Revista Faz Ciência**, v. 11, n. 14, p. 39 – 54, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7578>. Acesso em: maio 2023.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. *Quem somos*. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/#> Acesso em: maio 2022.

MORETTO, E. M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XV, n. 3, p. 141 – 164, set/dez. 2012.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37 – 48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, N. C. C. de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104=87752018000200315-&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: jan. 2022.

SILVA, G. M. da. A história do conceito de desenvolvimento e a ascensão das associações civis. **XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro/RJ, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/APB2562.pdf. Acesso em: maio 2023.

SILVEIRA, D. C. da; SILVEIRA, R. L. L. A expansão capitalista nos territórios: uma reflexão a partir do modelo de oferta ilimitada de mão de obra. **Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**, Pará, v. 4, n. 9, p. 01 - 29, set/2015.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p. 9 – 23, maio 2007a.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 21, n. 59, p. 119 – 137, 2007b.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2008.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul/dez 2007.

**Redes ilegais: o contrabando
de cigarros num segmento da
fronteira Brasil-Paraguai**

Alan Diogo Schons
Maristela Ferrari

INTRODUÇÃO

No segmento da fronteira Brasil-Paraguai, situado entre os Departamentos Alto Paraná (PY), Canindeyú (PY) e Oeste do estado do Paraná (BR) (**Figura 1**), um dos fenômenos que mais chama a atenção nos últimos tempos tem sido o crescente comércio ilegal de cigarros. Desde a década de 1990, quando indústrias de produção de cigarros e centros de distribuição desse produto começaram a ser instalados nos Departamentos paraguaios de Alto Paraná e Canindeyú, o cigarro tornou-se uma das mercadorias que mais tem ingressado ilegalmente no Brasil, notadamente, pela região Oeste do Paraná. Esse problema vem gerando efeitos econômicos e sociais tanto na região quanto no país. Dentre produtos e mercadorias comumente adquiridos no Paraguai e que entram ilegalmente no país, o cigarro tem assumido papel de destaque a ponto de, no senso comum, a região fronteira ser nomeada como “fronteira do cigarro”. Embora seja difícil indicar dados quantitativos, por se tratar de atividade ilegal, organismos de segurança nacional como a Polícia Federal brasileira e o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), atuantes na região, estimam que o Brasil deixe de arrecadar aproximadamente 130 bilhões de reais por ano devido ao ingresso ilegal de cigarro paraguaio no país.

O presente trabalho¹ objetiva, portanto, analisar que fatores contribuíram e contribuem com o próspero contrabando de cigarros e como esta atividade transfronteiriça está estruturada. A metodologia, com abordagem qualitativa, é composta de levantamento teórico-bibliográfico e pesquisa de campo na fronteira Brasil-Paraguai. O texto foi dividido em duas partes: a primeira apresenta elementos que permitem refletir sobre a organização reticular do contrabando de cigarro; a segunda traz um exemplo de rede do contrabando de cigarros atuante no segmento da fronteira Brasil-Paraguai localizado entre os Departamentos de Alto Paraná (PY) e Canindeyú (PY) e região Oeste do estado do Paraná (BR) e sua organização na escala local. Como resultado, identificou-se que o contrabando de cigarros está relacionado, dentre outras, às seguintes variáveis: alta tributação brasileira sobre o tabaco; a constituição do contrabando como rede capilarizada e mobilizadora de vínculos sociais, conectando cidades e com fluxos de circulação transfronteiriços; à capacidade do comércio ilegal de cigarros em promover conexões, multicapilaridade, expertise, lucratividade e lealdade, formando uma teia de ação coercitiva. Neste trabalho, não fazemos juízo de valor sobre ações da organização ilegal; pretendemos, apenas, trazer à luz elementos que comprovam a composição destas redes ilegais transfronteiriças, apontando articulação de atores brasileiros e paraguaios de diversos níveis sociais e políticos. Nesse sentido, rede é, portanto, conceito e instrumento de análise central para a compreensão do comércio ilícito de cigarros.

¹ Este capítulo, com algumas alterações, integra um trabalho mais amplo, que é a Dissertação de Mestrado defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTES do Campus de Marechal Cândido Rondon (PR) sob a orientação da Prof^ª Dra. Maristela Ferrari.

Ao mobilizar o conceito de rede, numa problemática de fronteira, é também aceitar a sugestão de Machado (1998, p. 45), para quem “a palavra rede é empregada hoje em numerosos campos de investigação”. A autora acrescenta que “as redes ajudam a compreender a relação entre território e a ação à distância [...] esclarecem igualmente o próprio conceito de território” (Machado, 1998, p. 45). Portanto, parte-se da ideia de que “rede” serve tanto como instrumento teórico de pesquisa quanto como método analítico para explicar atividades econômicas ilegais transfronteiriças, (Raffestin, 1993; Machado, 1998; Musso, 2001; Dias, 2005; Haesbaert, 2014).

Figura 1 – Localização: segmento da fronteira Brasil-Paraguai: Departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Oeste do estado do Paraná, 2020



Fonte: Autores, 2020

FATORES QUE PERMITEM A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA REDE DO CONTRABANDO DE CIGARROS

Desde a década de 1990, o contínuo aumento do contrabando de cigarros na fronteira Brasil-Paraguai pode ser explicado, em parte, pela presença de indústrias de produção de cigarros, notadamente no Departamento Alto Paraná, onde foram se instalando, ao longo das quatro últimas décadas, várias indústrias de beneficiamento de tabaco, dentre as quais a Tabacalera Hernandarias, a Tabacalera del Este S. A. e a Tabacalera Palermo S. A., dentre outras. Para se ter uma ideia, em 1993 havia apenas três tabacaleras no Paraguai; já no ano de 1998, o número aumentou para 17. Nos anos seguintes o crescimento foi contínuo, chegando em 2004 com 33 tabacaleras.

Assim, de 1993 para 2004 a instalação de tabacaleras cresceu, em média, 1.100%, em sua maioria, instaladas na região de fronteira. Juntas as tabacaleras produzem aproximadamente sete bilhões de maços de cigarros por ano. Desse total, estima-se que 5% da produção seja direcionada para o mercado interno, outros 5% sejam exportados legalmente para outros países, parecendo o restante (6.300.000.000) desaparecer sem deixar vestígios. Podemos argumentar, com certa cautela, que o restante da produção de cigarros pode estar sendo contrabandeado para os países da América do Sul, notadamente o Brasil. Na região fronteiriça, além das indústrias de cigarro, instalaram-se centros de distribuição do produto, sobretudo nas proximidades do limite internacional com o Brasil (Silvero, 2004).

Pode-se pensar que a formação do reservatório de águas da usina hidrelétrica Itaipu binacional, na década de 1980, tenha contribuído, em parte, para a instalação de *tabacaleras* paraguaias e centros de distribuição do cigarro na região fronteiriça do Paraguai com o Brasil. A formação do reservatório de águas da Itaipu binacional transformou o rio Paraná, até então encachoeirado, num lago navegável, tornando a fronteira mais permeável entre os Departamentos Alto Paraná, Canindeyú e Oeste do Paraná. Essa condição tem, atualmente, facilitado o trânsito de embarcações com produtos e mercadorias ilegais de um país para o outro – em inumeráveis pontos da extensão do lago de Itaipu – favorecendo o sucesso do contrabando de cigarros e a organização de outras redes ilegais transfronteiriças.

Assim, no controle dos territórios, quando a fiscalização tenta reprimir o contrabando em dado ponto do lago de Itaipu, os atores envolvidos em atividades ilegais rapidamente mudam de lugar sem que a atividade cesse. Controle e fiscalização dos territórios nacionais são quase impossíveis na fronteira Brasil-Paraguai (Machado, 2011) devido à articulação de atores envolvidos em redes ilegais. Embora os organismos de segurança nacionais dos dois países venham tentando coibir cada vez mais as atividades econômicas ilegais (Silvero, 2004), a porosidade da fronteira dificulta a repressão efetiva do contrabando. Por exemplo, segundo informações da Receita Federal, de 2010 a 2016, organismos

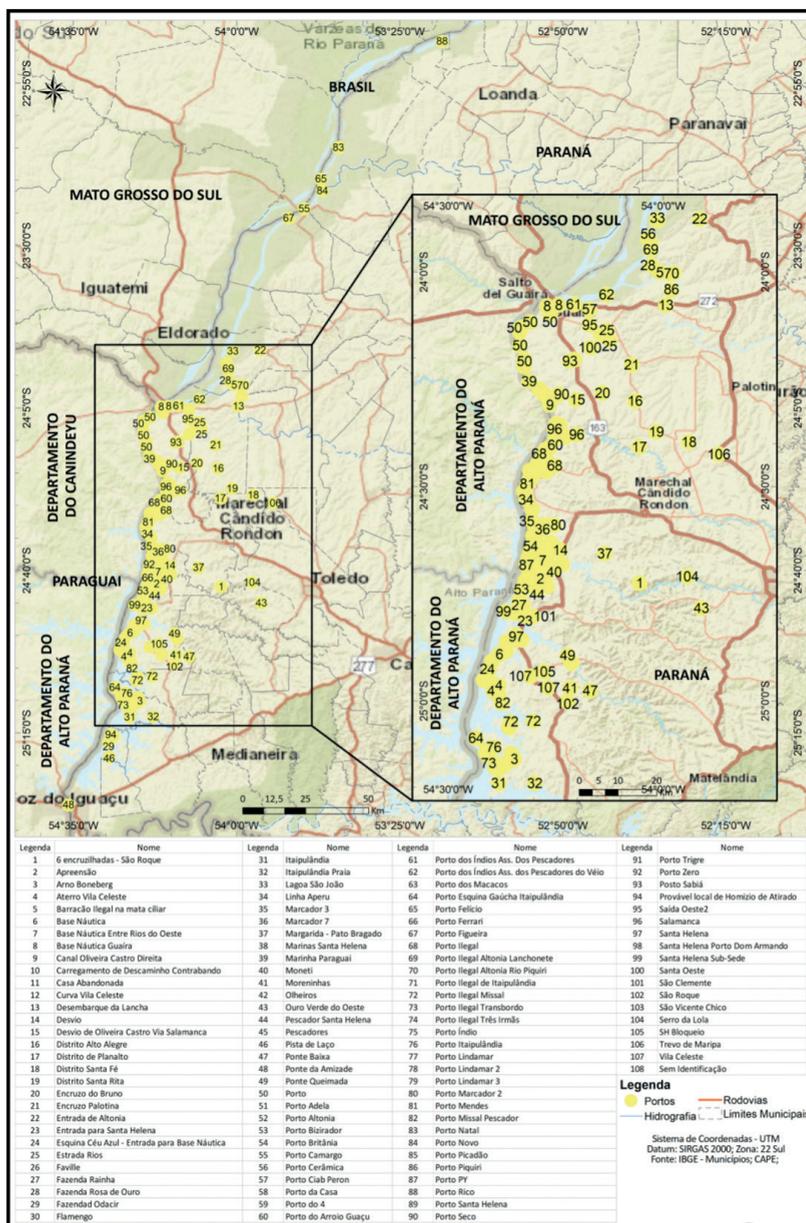
de controle da fronteira brasileira realizaram apreensões de 1.186.048.000 (um bi) maços de cigarros paraguaios. No ano de 2017, a quantidade de maços de cigarros apreendida foi superior a 221 milhões, um aumento de 11,16% em relação ao ano de 2016, quando foram apreendidos 199,67 milhões de maços.

Mesmo que tenham sido realizadas grandes apreensões, estima-se que, somente no ano de 2017, o contrabando de cigarros tenha causado perdas de aproximadamente 12,3 bilhões de reais para o setor brasileiro. É importante lembrar que as apreensões realizadas não apresentam a quantidade real de cigarros paraguaios que tem entrado ilegalmente no Brasil. Por ser atividade ilegal, torna-se muito difícil quantificar ou até mesmo fazer estimativas. A **Figura 2** é uma amostra da porosidade da fronteira e dos inumeráveis pontos ou “portos clandestinos” por onde os fluxos reticulares de produtos e mercadorias saem de um país e ingressam ilegalmente no outro. Contudo, o grande fator que explica o ingresso ilegal de cigarros paraguaios no país é, sem dúvida, o diferencial de preços praticados entre os dois países. Na lógica econômica, são os impostos que explicam a continuidade e o gradativo aumento do contrabando. Enquanto no Paraguai a tributação é de aproximadamente 16% sobre o tabaco, no Brasil, por exemplo, a tributação chega a 80%, uma diferença que se reflete no valor final do produto consumido. Diante disso, o cigarro paraguaio tem ingressado ilegalmente no país e tem sido vendido de forma livre pelos ambulantes e comerciantes – em geral, em todo o Brasil – e, comumente, tem sido comercializado hoje por menos de 1/4 do preço do cigarro tributado, sendo responsável por, aproximadamente, 60% do consumo dos brasileiros nas classes C, D e E. Ao longo das últimas quatro décadas, os consumidores finais no Brasil, sensíveis ao preço, foram gerando demanda maior do cigarro paraguaio.

Diante da crescente demanda, o contrabando de cigarro aumentou significativamente, tornando-se uma atividade que revela, hoje, componentes de uma organização em rede transfronteiriça. Portanto, ponderar sobre o contrabando de cigarros do Paraguai para o Brasil significa, ao mesmo tempo, compreender como se organiza tal atividade. O contrabando de cigarros, para obter sucesso, requer organização entre atores, desde a sua aquisição no Paraguai e travessia do produto de um país ao outro, até o próprio transporte para regiões e cidades do distribuidor e consumidor final. Assim, com raras exceções, o contrabando se faz, mormente, por meio de redes transfronteiriças, uma atividade que mobiliza diversos atores, os quais não são apenas habitantes fronteiriços dedicados ao trabalho de atravessar o produto na fronteira, mas que envolve, também, transportadores (motoristas de cargas) e compradores (distribuidores do produto ao consumidor final), atores fora da escala da fronteira. Como se percebe, o contrabando de cigarros na fronteira Brasil-Paraguai gera mobilidade de pessoas, fluxos de circulação do produto e comunicação na escala transfronteiriça. Circulação e comunicação são elementos que estão sempre

presentes nas redes (Raffestin, 1993; Machado, 1998; Santos, 1999).

Figura 2 – Localização: Extremo-Oeste do Paraná e Extremo-Leste dos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú: Pontos de passagem ilegais entre Brasil e Paraguai, 2020



Fonte: Autores, 2020

Toda rede pressupõe também vínculos, conecta pessoas e lugares (Dias, 2005). Logo, se uma das propriedades da rede é a conectividade de pessoas e lugares, o contrabando de cigarros estabelece ligações entre brasileiros (compradores) de distintos lugares do país e paraguaios vendedores do produto nos Departamentos Alto Paraná e Canindeyú, (**Figura 2**) o que nos remete à ideia de Santos (2017) segundo a qual a rede é, antes de tudo, social, pois ela é pensada, desenhada e modificada por pessoas e suas conexões. Tal pensamento pode ser associado ao comércio de cigarro que, a princípio, é uma transação comercial legal (compra e venda) que só se torna ilegal quando ingressa no Brasil sem pagamento de impostos, daí o sentido de contrabando (Werner, 2009).

Portanto, o contrabando de cigarros necessita de pessoas que pensem em estratégias para circulação dos fluxos, operadores de esquemas que planejem a travessia do produto de um país ao outro e que pensem no envio do produto para fora da escala fronteiriça onde, normalmente, se encontram o distribuidor do cigarro ao consumidor final. Deste modo, pode-se afirmar que, para obter sucesso, o contrabando de cigarro na fronteira brasileiro-paraguaia dispõe de/conta com uma organização reticular que envolve atores em distintas escalas, podendo cada nível escalar revelar uma lógica de organização diferente, devido às próprias estratégias dos atores envolvidos.

Na escala fronteiriça, os habitantes são atores importantes para o contrabando de cigarros, pois conhecem os caminhos e descaminhos para driblar a fiscalização territorial e ajudam no carregamento e descarregamento do cigarro. O sucesso do contrabando também se faz por meio das redes de telefonia móvel, redes de *WhatsApp* e *internet*, meios que facilitam muito a comunicação entre os atores para a organização de esquemas na travessia da fronteira e internalização do produto no lado brasileiro. Segundo pesquisa de campo, o contrabando de cigarros mobiliza redes sociais (atores brasileiros e paraguaios), redes de infraestrutura técnica (pontes, hidrovias, rodovias, etc.) e redes geográficas (que conectam diferentes escalas espaciais/lugares), compondo o *modus operandi* de atores nacionais e internacionais na prática de atividades ilegais. Nota-se, portanto, que as redes ilegais transfronteiriças possuem ampla articulação e múltipla capilaridade, como será evidenciado no próximo item.

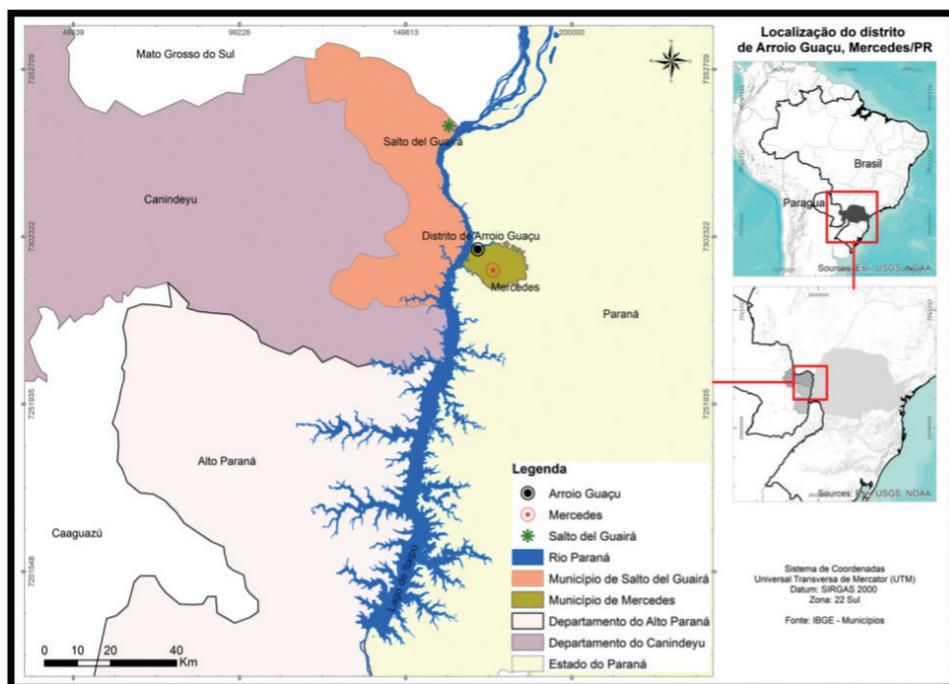
UMA REDE DE CONTRABANDO DE CIGARROS

Diante das inúmeras redes ilegais transfronteiriças, estabelecidas por atores sociais na fronteira entre Brasil e Paraguai, optamos por explicitar apenas um exemplo da rede do contrabando de cigarros: a rede estruturada pelo Distrito de Arroio Guaçu, município de Mercedes², limítrofe a Salto Del Guairá, (Canindeyú - Paraguai), (**Figura 3**). Segundo a

² Município do Extremo-Oeste paranaense situado às margens do lago de Itaipu. Faz limite internacional com o

pesquisa de campo, pode-se dizer que essa rede foi sendo estruturada por atores brasileiros e paraguaios, a partir de meados do ano de 1997. Inicialmente, era uma rede simples que ligava uma família de brasileiros residentes no Distrito de Arroio Guaçu, a qual passou a adquirir cigarros de tabacaleras paraguaias para atender a demanda de consumidores da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde tinha laços de parentesco e amizades.

Figura 3 – Distrito de Arroio Guaçu entre Mercedes (Paraná) e Salto Del Guairá (Canindeyú), 2020



Fonte: Autores, 2020

Pela proximidade geográfica com tabacaleras paraguaias, os atores do Distrito de Arroio Guaçu (Mercedes) passaram a atender a demanda do produto de parentes, amigos e conhecidos do noroeste do Rio Grande do Sul. Tais elos favoreceram a estruturação da rede do contrabando de cigarros paraguaios. É importante lembrar que havia, naquele período, grande facilidade de internação do produto em território nacional, devido à fraca fiscalização. Além disso, a entrada de cigarros paraguaios no Brasil era vista com

Departamento de Canindeyú (Paraguai) e limite municipal com as cidades paranaenses de Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Terra Roxa e Nova Santa Rosa. Possui população estimada em menos de seis mil habitantes e está a cerca de 600 quilômetros da capital do estado.

certa normalidade, praticamente não havia repressão por parte do Estado brasileiro, o que também favoreceu a formação da rede transfronteiriça do contrabando de cigarros.

Segundo a pesquisa de campo, conforme foi aumentando a demanda do cigarro paraguaio no noroeste do Rio Grande do Sul, fortaleciam-se também os vínculos e elos de confiança entre ator/comprador (brasileiro) e atores/empresários paraguaios interessados em vender o produto. Tal atividade gerava fluxos de circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias e conectava lugares - Distrito de Arroio Guaçu a Salto Del Guairá; e Distrito de Arroio Guaçu ao noroeste do Rio Grande do Sul. Trata-se, portanto, de uma rede que passou a emitir fluxos³ de circulação não apenas transfronteiriços⁴, como também para fora da escala da fronteira. Pode-se dizer que, inicialmente, era uma rede simples, sem grandes tramas e com poucos fluxos de mercadorias, mas ganharia expressividade já no começo do século XXI.

Com efeito, neste período, os consumidores brasileiros, sensíveis ao diferencial de preços dos cigarros praticados entre os dois países, passaram a demandar mais cigarro paraguaio. Em decorrência disso, mais cargas do produto começaram a ser enviadas à região consumidora. Tal fato vai também se refletir na lucratividade dos atores envolvidos no contrabando do cigarro e, com o passar do tempo, novas linhas foram sendo estabelecidas, articulando novos lugares, designadamente cidades da região centro sul-do Paraná, com forte conexão com Guarapuava e região leste do Paraná, especialmente a cidade de Curitiba.

Inicialmente era uma rede transfronteiriça simples, com poucos atores e sem grandes tramas. No entanto, com o passar dos anos, a rede do contrabando de cigarros estabelecida via Distrito de Arroio Guaçu foi sendo ampliada e tornou-se melhor estruturada, com novos atores fronteiriços sendo integrados à rede. Além disso, com o alargamento das conexões e frente ao aumento da demanda do produto na escala nacional brasileira, os atores principais residentes no Distrito Arroio Guaçu passaram a adquirir, no Paraguai, terras limítrofes a uma propriedade rural brasileira de um dos principais atores do contrabando de cigarros, o que, de certa forma, indica o controle do território para atividades ilegais (Souza, 2017), por onde o produto saía do Paraguai e ingressava ilegalmente no Brasil. Posteriormente, da propriedade rural em lado brasileiro, as cargas de cigarros eram enviadas ao seu destino final.

Segundo as entrevistas de campo, frente à crescente demanda do produto paraguaio em território brasileiro, o contrabando foi exigindo maior organização. Além da compra de terras em lado paraguaio, foram sendo incorporadas ao patrimônio do ator principal

3 Ver mais sobre Fluxos em Santos (1999).

4 Por redes transfronteiriças entenda-se, aqui, aquelas estabelecidas por atores fronteiriços, ou seja, que habitam regiões ou zonas de fronteira.

daquela rede ilegal embarcações para a travessia do produto, utilizadas para navegação internacional, ou seja, no lago da Itaipu binacional. Também foram sendo incorporados caminhões de carga para o transporte do produto em território nacional. O contrabando de cigarros tornou-se, assim, atividade que passou a requerer grande organização e planejamento desde a compra, travessia e logística de distribuição como se fosse uma empresa de distribuição legal. Neste sentido, foram sendo incorporados à rede novos atores, trabalhadores com funções específicas.

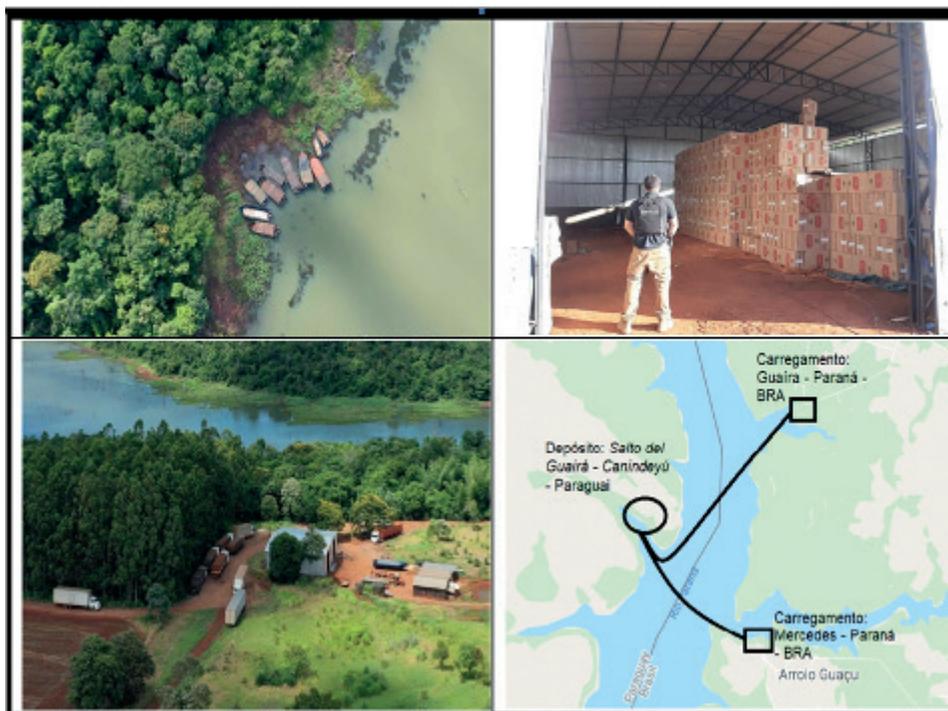
Isso posto, a trama reticular desenvolvida ao longo do tempo foi integrando diversos atores, dentre os quais, agricultores brasileiros que fornecem o fumo ilegalmente às indústrias paraguaias, comerciantes paraguaios que proveem ilicitamente insumos aos agricultores brasileiros, indústrias que manufaturam e fornecem o produto às organizações (distribuidores), que, no corrente caso, é a do Arroio Guaçu – Mercedes-PR (Brasil), núcleo de distribuição. É relevante sinalizar que o centro logístico da organização do Arroio Guaçu está localizado em área rural, às margens do lago de Itaipu, em Salto del Guairá-Canindeyú (Paraguai) como revela a **Figura 4** onde se constatam, em parte, a infraestrutura e os meios técnicos utilizados no armazenamento e transporte do cigarro do Paraguai para o Brasil.

Nesse contexto, importa salientar que as organizações voltadas às atividades de contrabando na fronteira Brasil-Paraguai evoluíram muito e que, hoje, contam com serviços especializados de navegação, transporte e vigilância. Com essa profissionalização, a rede do contrabando tornou-se extremamente eficiente. Por exemplo, após o cigarro ser introduzido ilegalmente no Brasil, o produto é levado para fora da região de fronteira a diversas escalas regionais do país, como ocorre com o cigarro que entra no país ilegalmente pelo Distrito do Arroio Guaçu de onde as cargas são enviadas notadamente aos estados do Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, conforme se pode observar na **Figura 5**.

Em relação ao arranjo espacial da rede do contrabando de cigarros demonstrado na Figura 5, pode-se verificar que há diversos “nós” (pontos) (indústria, armazém, portos clandestinos, centros distributivos e varejo) conectados por “elos” (carreteras, autopistas e caminhos rurais no Paraguai, navegação internacional do lago de Itaipu, estradas rurais e rodovias no Brasil), que são articulados com a utilização de automóveis, caminhões, embarcações e ônibus, dentre outros meios utilizados, normalmente, pelos atores responsáveis pela operação para darem fluidez à trama reticular no entorno do contrabando de cigarro (Corrêa, 2014). Ademais, verifica-se a existência de ampla gama e intrincada rede (social, técnica, política, de corrupção e lavagem de dinheiro) (Machado, 2011). No entanto, nem sempre essas redes são visíveis, ou seja, são de difícil identificação e, portanto, difíceis de serem mensuradas. Além disso, por vezes, redes políticas e de corrupção estão

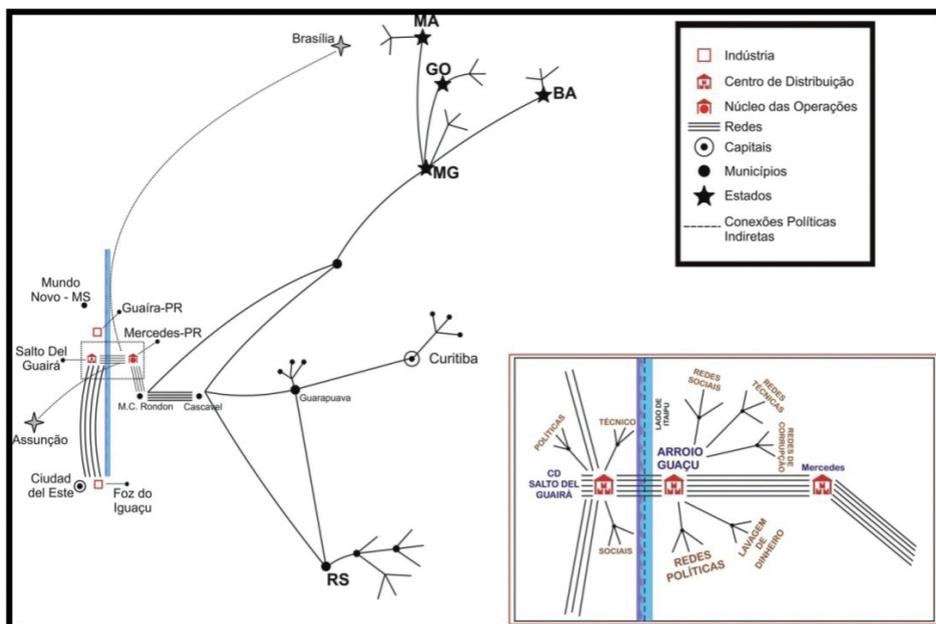
intrinsecamente conectadas ou vinculadas. Pode-se pensar que, na escala local, a *expertise*, a facilidade operacional e de contratação de mão de obra, a fragilidade da fiscalização, as redes sociais, as técnicas de corrupção, a lavagem de dinheiro e a discrepância tributária são alguns dos fatores que determinam o sucesso do contrabando de cigarro e, com ele, a lucratividade ilegal.

Figura 4 – Esquema de internação e ocultação do cigarro paraguaio em Salto Del Guairá e Distrito de Arroio Guaçu, 2020



Fonte: Autores, 2020

Figura 5 – Arranjo espacial da rede do contrabando de cigarros articulada entre Paraguai e Brasil pela organização criminosa do Arroio Guaçu – Mercedes, 2020



Fonte: Autores, 2020

O conjunto de elementos indicados, aliado à oferta e à demanda, oportuniza a continuidade da rede ilegal. Outro fator determinante para o sucesso desse tipo de rede ilegal é a satisfação de uma demanda mercadológica, pois há quem produza o cigarro no Paraguai, há consumidores dispostos a adquirir esse tipo de produto no Brasil e há quem faça a distribuição, como ocorre a partir do Arroio Guaçu. Entretanto, importa esclarecer que existem inúmeras organizações, inclusive concorrentes à rede de contrabando aqui analisada. Por outro lado, por se tratar de atividades ilegais reprimidas/pressionadas por organismos de segurança e fiscalização, tais organizações, por vezes, sofrem abalos. Exemplo disso é o que ocorreu em 2015, quando o ator principal da rede de contrabando de cigarros do Distrito de Arroio Guaçu foi preso⁵. Ainda assim, ao contrário do que se poderia imaginar, o contrabando de cigarros não cessou.

Segundo informações obtidas a partir da pesquisa de campo, um ano após a prisão do ator principal, ocorrida em 2016, a organização do Arroio Guaçu continuou atuante. Estima-se que tal organização tenha fechado seu balanço anual com um movimento total de 465 cargas de cigarros naquele ano, o que teria gerado um lucro estimado de

⁵ Informações obtidas durante a pesquisa de campo junto à Polícia Federal brasileira e BPFron.

116.250.000,00 (cento e dezesseis milhões duzentos e cinquenta mil reais). Apesar de todos os esforços dos organismos de segurança e de maior rigor na fiscalização (França, 2009), pode-se dizer que a continuidade de atividades ilegais, como o contrabando de cigarros, se explica pela grande lucratividade da atividade, o que proporciona, inclusive, influência (poder) e até dependência econômica em cidades fronteiriças. Muitos jovens, em idade escolar, são atores integrantes de redes de contrabando de cigarros. Além destes, desempregados e pais de famílias também integram a rede em busca de uma renda ou de complemento da renda familiar; são atores que executam trabalhos para organizações ilegais e que não concebem tal atividade como ilegal.

Diante do exposto, é possível ponderar que o contrabando de cigarros subsiste devido à grande diferença de preço do produto. Além disso, destina-se, sobretudo, às camadas mais pobres da sociedade por ser mais acessível (barato). A política de preço do produto praticada no Paraguai em relação ao Brasil justifica-se pela discrepância cambial e tributária. A discrepância tributária deve-se ao fato de que o Brasil é signatário de um acordo internacional que visa à diminuição do consumo de cigarros, sendo uma das medidas adotadas a sobretaxação do produto. Entretanto, esse método tem sido considerado ineficaz por se tratar de uma demanda inelástica, ou seja, ocorre uma inexpressiva variação na demanda caso seja alterado o preço do produto, uma vez que seu consumo está relacionado ao vício.

Não obstante, o custo de produção no Paraguai é muito inferior em relação ao preço praticado no Brasil devido à menor carga tributária, que influencia toda a cadeia produtiva, assim como energia elétrica mais barata, regras trabalhistas e securitárias dos trabalhadores mais brandas e maior jornada de trabalho, além de possuir um número substancial de indivíduos atuando no informalismo, ou seja, sem vínculo empregatício nem garantia de direitos sociais. Isso tudo faz com que o Paraguai tenha um dos menores custos de produção na América do Sul, fator extremamente relevante para as empresas que desejam obter maiores lucros, como é o caso das *tabacaleras* (Almeida, 2017).

Outro fator importante a ser dirimido refere-se à dinâmica operativa da trama reticular do contrabando de cigarros desenvolvida no Arroio Guaçu, que envolve diversas técnicas e inúmeros atores sociais dispostos em diferentes níveis estratégicos. Para a articulação da rede utilizam-se veículos em nome de “laranjas”, embarcações sem registro, empresas formais utilizadas para legalizar o dinheiro, meios de comunicação para suavizar ou distorcer informações e autoridades políticas para darem vazão aos interesses da organização em nível municipal, estadual, federal e internacional.

Os atores sociais constituem o conjunto de trabalhadores informais como é o caso dos “olheiros”, dispostos em diferentes locais, com diversos propósitos, dentre os quais monitorar a circulação de viaturas policiais. Tratam-se dos “batedores de caixa”, que realizam o transbordo das cargas, pilotos das “naves” (embarcações), motoristas dos veículos

que realizam o transporte dos cigarros, os “batedores”, que vão adiante da carga verificando se há alguma equipe policial no caminho que a carga irá percorrer, e os “pagadores”, que são os indivíduos que realizam os “acertos” com algumas autoridades corruptas. Esse conjunto de fatores faz com que o contrabando de cigarros conte com uma ampla gama de defensores, pois acaba por aquecer a economia local com a drenagem de capital dos centros urbanos para a fronteira (periferia).

Na atualidade, os atores que participam da rede do contrabando de cigarros do Arroio Guaçu operam com um código de ética, segundo o qual não são aceitos indivíduos “trabalhadores” que tenham cometido crimes e/ou que contraíam dívidas que não possam honrar. Além disso, não são utilizados veículos nem embarcações roubadas ou furtadas, o que é bastante comum em outras organizações que articulam redes ilegais transfronteiriças. Essa postura faz com que os elementos que constituem a rede sejam respeitados na escala local perante a sociedade, e é um fator que fomenta o interesse de novos atores a comporem a rede, substituindo até mesmo o trabalho formal.

Ademais, para a organização do Arroio Guaçu, o fato de evitar a incidência de crimes confere à fronteira um “ar de tranquilidade”, afastando eventuais ações policiais e até mesmo o patrulhamento regular contínuo, pois, devido à limitação de efetivos, equipes policiais geralmente são situadas em locais com maior incidência de ocorrências⁶. Acerca dos elementos mencionados, pôde-se verificar, ao longo do trabalho, a existência de inúmeras técnicas, metodologias e muitos métodos utilizados pelos contrabandistas do Arroio Guaçu, fatores que têm garantido a manutenção dessa atividade em rede ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar os fatores que contribuíram/contribuem para que o contrabando de cigarros continue prosperando ao longo das últimas décadas, e como se organiza tal atividade transfronteiriça. A análise revelou que um dos fatores preponderantes para o ingresso ilegal do contrabando de cigarros no país é de ordem econômica e que, nesta lógica, são os impostos que explicam a continuidade e o aumento gradativo do contrabando na últimas décadas pela região de fronteira Brasil-Paraguai. Como demonstrado ao longo do trabalho, enquanto no Paraguai a tributação é de aproximadamente 16% sobre o tabaco, no Brasil, por exemplo, a tributação chega a 80%. Tal diferença se reflete no valor final do produto consumido, estimulando o contrabando de cigarros e sua continuidade no tempo.

⁶ Consideram-se locais com maior incidência de ocorrências aqueles lugares que possuem atendimento policial, registro ou reiteradas situações de ilicitude formalmente reconhecidas pelas autoridades policiais.

Outra questão que o trabalho buscou responder diz respeito à organização de tal atividade na fronteira. Neste sentido, demonstramos que o contrabando de cigarros se realiza, mormente, por meio de organização reticular. Isso nos leva a reforçar/considerar que rede é instrumento analítico e metodológico que auxilia na análise do contrabando de cigarros, revelando-se como conceito e método apropriados para entender atividades ilegais transfronteiriças. O contrabando de cigarros conecta pessoas, empresas e lugares; portanto, é uma atividade que desenha redes transfronteiriças e extraescalar. Deste modo, o contrabando de cigarros consegue formar um conjunto de relações que mobiliza vínculos sociais, faz conexões entre cidades e cria fluxos de circulação transfronteiriços, bem como nacionais e regionais. Destarte, reafirma-se aqui o que já explicitamos, ou seja, que “rede” serve tanto como instrumento teórico de pesquisa quanto como método analítico para explicar atividades econômicas ilegais transfronteiriças. (Raffestin, 1993; Machado, 2000; Haesbaert, 2014; Dias, 2005).

Longe de esgotarmos o assunto, salientamos que, ao longo do trabalho, não buscamos denunciar ou criminalizar as ações da organização, tampouco intencionamos atenuá-las; todavia, nosso intuito foi trazer à luz alguns elementos que comprovam que as redes transfronteiriças, mesmo que ilegais, envolvem atores dispostos em diversos níveis sociais, inclusive envolvidos na política nos mais elevados escalões dos governos brasileiro e paraguaio. Há também empresas, bancos e indústrias que realizam o “branqueamento” do dinheiro. As conexões, a multicapilaridade, a *expertise*, a lucratividade e a lealdade são alguns dos elementos que tornam a rede praticamente inatingível do ponto de vista da coerção. Ainda que sofra prejuízos, devido a operações de repressão, a rede se modifica, se adapta, faz e desfaz conexões, estabelecendo uma permanente tensão com o Estado. Por outro lado, as consequências no plano econômico nacional e no tecido social são inúmeras e geram gastos ao Estado nacional, além de grande perda de receita.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. N. et al. **Subsistemas fronteiriços do Brasil: mercados ilegais e violência** [livro eletrônico] Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- CORRÊA, R. L. Corporação e espaço: uma nota. *In*: CORRÊA, R. L, **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In*: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- FERRARI, M. Redes da migração brasileira no nordeste da Província de Misiones – Argentina (século XX). *In*: VALENTINI, D. J. ; MURARO, V. F. (Orgs.). **Colonização, Conflitos e Convivências nas Fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Chapecó/Porto Alegre: Editora da UFFS e Letra & Vida, 2015.

FERRARI, M. **Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina**: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

FRANÇA, R. F. **Controle de Fronteiras no Brasil**. 1ª Ed, Barueri, SP: Editora Novo Século, 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova dê-s-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PRF pega R\$ 9 milhões em cigarros paraguaios em quatro carretas no Paraná. **Isto É Dinheiro**. Publicado em 7 mar. 20. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/prf-pega-r-9-milhoes-em-cigarros-paraguaios-em-quatro-carretas-no-parana/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n.8, p.7-23, jan./jul., 2000.

MACHADO, L. O. Sistemas, Fronteiras e Território. *In*: **Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Coleção de Textos: UFRJ, 2002.

MACHADO, L. O. Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. *In*: Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **Geopolítica das Drogas**. Textos Acadêmicos. 1ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, v. 1, p. 97-111, 2011b.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. *In*: STROHAECKER, Tania Marques, et. ali. **Fronteiras e espaço Global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

MAGALHÃES, M. **O narcotráfico**. São Paulo: Publifolha, 2000.

MUSSO, P. Genese et critique de la notion de reseau. *In*: PARROCHIA, D. (org.). **Penser les Reseaux**. Seyssel: Champ Vallon, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia de Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVERO, R. R. *et. al.* **La economia del control del tabaco en Paraguay**. Publicado em maio de 2004. Pdf. Disponível em: https://www.who.int/fctc/reporting/Paraguay_annex5_economics_of_tobacco_control. Acesso em: 17 maio. 2021.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, p.77-116, .2017, 2019.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas**: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. 2009. 227 fl. Orientadora: Elizabeth Balbachevsky. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

**Sujeição e estratégias de
existência do campesinato
integrado à sericicultura em
Diamante do Sul/PR**

Vanessa Bueno Arruda
Djoni Roos

INTRODUÇÃO

O processo de expansão do capitalismo no campo tem produzido um conjunto diverso de modificações e relações contraditórias no espaço. No caso do estado do Paraná, isso se apresenta na expulsão do campesinato da terra e ao mesmo tempo na manutenção destes no campo, porém, de forma subordinada ao capital industrial. É esta última condição que se procura problematizar no presente capítulo. Ou seja, compreender o processo de monopolização do território e subordinação da renda da terra camponesa. Para tanto, dedica-se ao estudo¹ das relações visualizadas junto aos sericultores de Diamante do Sul/PR, vinculados à empresa Bratac por meio do sistema de integração. Neste sistema, os camponeses se tornam “parceiros” ideais para a empresa, possibilitando a esta até mesmo a intervenção nas propriedades camponesas. Conforme Oliveira (1996), é em processos dessa natureza que a indústria capitalista subordina a renda da terra, monopolizando o território por meio da circulação da produção camponesa.

A Fiação de Seda Bratac Ltda, surgiu nos anos de 1940, originária de Bastos/SP, época em que apoiava a vinda de imigrantes japoneses a fim de seguir na atividade da sericultura, somente nos anos de 1974 se instala no Paraná. Atualmente a Bratac é a única empresa que se manteve atuante na sericultura, sendo que, grande parte de seus setores localizam-se no Paraná, com a matriz sediada no município de Londrina/PR, e a filial em Bastos/SP.

Em Diamante do Sul, mesorregião Oeste do Paraná, a sericultura é realizada nas propriedades camponesas, as quais possuem entre 02 e 06 hectares de área e produzem aproximadamente 9 lotes² anuais. A produção familiar do bicho-da-seda é majoritariamente manual, não precisando de muitos maquinários. Além disso, todo o processo de trabalho, incluindo antes e depois da chegada dos lotes, ocorre conforme as regras pré-determinadas pela indústria.

Deste modo, aborda-se a complexa relação entre sujeição e construção das condições de existência que os camponeses sericultores estão inseridos. Constatou-se que, embora se tenha o conhecimento da subordinação, os camponeses vislumbram na sericultura uma alternativa de produção nas suas propriedades, diante da inexistência de políticas de Estado voltadas para a agricultura camponesa que possibilite melhor acesso à terra e condições que evitem a sujeição ao capital industrial. Verificou-se também um conjunto de resistências que os camponeses constroem no seu cotidiano, como os cultivos destinados ao autoconsumo familiar. Nesse sentido, compreende-se que a reprodução camponesa está inserida numa complexa e contraditória trama organizacional que tem como objetivo a

¹ Este texto é resultado da dissertação de mestrado, defendida em 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6770>

² Lote corresponde a cada período de criação (chegada e entrega) das lagartas de bicho-da-seda. Estas são distribuídas pela empresa em caixas aos sericultores, sendo que cada caixa possui uma média de 35 a 40 mil lagartas, pesando cerca de 10 a 20 gramas. A quantidade de caixas entregue por lote aos sericultores dependerá do tamanho do barracão.

garantia da reprodução do grupo familiar.

A metodologia da pesquisa privilegiou a coleta de dados e informações junto a órgãos públicos e privados, o estudo de obras referenciais e, sobretudo, a pesquisa de campo, a qual possibilitou a realização de entrevistas com nove (09) famílias, totalizando doze (12) camponeses que atuam na sericicultura. As entrevistas foram fundamentais para captarmos a realidade que os camponeses estão inseridos e confrontá-la com os dados obtidos e com o referencial teórico produzido sobre a temática. As entrevistas foram gravadas e autorizadas pelos camponeses, e, posteriormente, transcritas. Nas citações das falas dos camponeses/camponesas, optou-se metodologicamente por não identificar os/as entrevistados/as, apresentando os trechos das entrevistas da seguinte forma: “Camponês/Camponesas A, B, C, D ...”. Além disso, inseriu-se também a localização com o nome da sua comunidade, mês e ano da entrevista. Desse modo, procura-se relacionar os apontamentos teóricos à realidade dos camponeses, tendo como elemento central a análise das entrevistas realizadas.

A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA NO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO NA SERICICULTURA

A sericicultura em Diamante do Sul está atrelada a vínculos contratuais entre a indústria Bratac e as famílias camponesas. No respectivo município encontram-se nesta situação, 142 famílias (com 143 barracões), totalizando uma área de influência de 223 hectares (Bratac, 2019). Na produção sericícola no município em análise, parte significativa da área das propriedades é destinada para o cultivo das amoreiras e instalação dos barracões.

Essa relação de integração com os camponeses é extremamente vantajosa para a indústria, permitindo maior acúmulo de riqueza do que se a atividade fosse realizada por meio do trabalho assalariado, o que significaria aumento dos gastos com horas extras, adicional noturno, férias, entre outros direitos trabalhistas, acarretando a elevação do preço da matéria-prima (Paulino, 2012). Portanto, através desse sistema, a Bratac consegue se apropriar dos resultados do trabalho dos camponeses, conseqüentemente, da renda da terra, por meio do controle do processo de circulação da produção, visto que, o contrato de integração prevê a comercialização integral da produção com a respectiva indústria. Ou seja, há momentos que o capital não expropria os camponeses, mas subordina a produção destes à indústria (Roos, 2015), como no caso em análise, em que a terra continua sendo dos camponeses, mas há um processo de subordinação da renda produzida.

No caso investigado, as famílias camponesas são as responsáveis por todas as etapas de produção e cuidados constantes em torno do ciclo das lagartas, acrescenta-se que, a maior parte do trabalho é realizada de forma manual. As lagartas do bicho-da-seda são

destinadas às propriedades camponesas a partir da terceira idade (**Figura 1**) precede a isso um conjunto de trabalhos prévios que envolvem a limpeza do barracão, o cultivo das amoreiras (**Figura 2**), os quais se ampliam com a chegada dos lotes e a manutenção da lagarta em todos os ciclos de vida posteriores (**Figuras 3 e 4**).

Imagem 1: Cultivo do Bicho-da-seda e amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/ PR



Figura 1: Bicho-da-seda na terceira idade, após limpeza do barracão. Figura 2: Cultivo de amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/PR. Fonte: Trabalho de campo. Fotos: Arruda, 2022.

Imagem 2: Fases finais do Bicho-da-seda - Diamante do Sul/ PR



Figura 3: Quarta idade do bicho-da-seda. Figura 4: Quinta idade do bicho-da-seda e início do processo de subida aos bosques. Fonte: Trabalho de campo. Fotos: Arruda, 2022.

As folhas das amoreiras são o alimento das lagartas do bicho-da-seda e o cultivo das plantas deve prever a quantidade necessária para os 9 lotes anuais que são possíveis. As lagartas possuem um ciclo de 28 dias, totalizando no período de um ano, aproximadamente 9 meses de trabalho diretamente envolvido na criação do bicho-da-seda. Desse

modo, no ano, durante três meses não se produz necessariamente o bicho-da-seda, período correspondente a estação do inverno, pois as baixas temperaturas, impactam negativamente o desenvolvimento das amoreiras e, conseqüentemente, no alimento das lagartas. É neste período que os camponeses fazem a manutenção das amoreiras, tais como poda, limpeza e adubação. Essa relação contribui para o entendimento de que a organização dos lotes se dá a partir da dinâmica da natureza, ou seja, suspende o trabalho com o bicho-da-seda, pois sua evolução não será favorável por conta do processo natural das amoreiras no inverno. No entanto, a subordinação camponesa não se interrompe, pois há todo um trabalho intenso nesse período, precisamente com as amoreiras, para que estejam prontas para o próximo lote, logo após o período de frio mais intenso.

Além disso, há de se destacar que, na ocasião do inverno por não haver lotes, os camponeses não recebem renda. Embora não haja o processo de trabalho direto com o bicho-da-seda, os camponeses não ficam ociosos, pelo contrário, há o trabalho diretamente nas amoreiras, porém sem proventos monetários durante este período. Em todas as falas foi possível perceber a dificuldade que a família enfrenta neste período. Um dos nossos interlocutores enfatiza que:

A dificuldade nossa... é que... chega no inverno, assim, que nem agora esse ano vamo tirar nove lote né? Daí no causo nós fica três... três mês ali é... sem... sem ganho né? E... trabalhar, tem que trabalhar né? Tem que adubar as amoreira, que nós aduba sempre no inverno, daí tem que compra os adubo né? Comprá o adubo orgânico e... podá, e limpá, tem que manter as amora né? E fazer os reparo que tem no inverno. Então serviço sempre tem, mas não temo ganho daí no causo. A nossa dificuldade é essa né? Inverno... para o ganho... Então que nem abelha, né? trabalha no verão pra comer no inverno, né? Se tivesse um qualquer outro ganho no inverno, já muda a coisa. (Camponês A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Na passagem anterior observa-se a existência concreta da subordinação da renda da terra, mas também está explícita a insatisfação, pois como apontado o trabalho ocorre o ano todo e o ganho é interrompido durante o inverno. Diante disso, os camponeses que já não possuem nenhum incentivo do Estado, nos períodos de inverno, se deparam também com a inexistência de contrapartidas financeiras da empresa, levando-os a se sujeitarem a outras atividades, tais como, serviços fora da produção (pedreiro, carpinteiro etc.), trabalhos como meeiros, empreitas, trabalhos rurais braçais entre outros, a fim de obtenção de rendimentos para manutenção das necessidades básicas familiares.

Assim, o uso do termo “parceria” pelo sistema integrado não passa de mera narrativa que busca esconder as condições desiguais existentes entre a empresa capitalista e a família camponesa. Tal processo esconde que quem irá se apropriar do fruto do trabalho da família camponesa é a indústria integradora, por meio da monopolização do território.

Embora a empresa capitalista dita regras na propriedade camponesa, não há um

controle total, visto que, a terra continua sob domínio dos camponeses. Nesse sentido, ocorre o processo de monopolização do território (Oliveira, 1996), principalmente a circulação da mercadoria, sendo uma forma de monopolizar a renda da terra, fruto do trabalho coletivo da família camponesa. “Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (Oliveira, 2012, p. 23).

Vale ressaltar que o fio da seda é um produto voltado ao mercado exportador. Nesse sentido, Oliveira (2012) destaca sobre os monopólios mundiais em que, as empresas mundiais surgem tanto de empresas estrangeiras como nacionais e se articulam através da territorialização dos monopólios e da monopolização dos territórios (Oliveira, 2012).

O sistema de integração utilizado pelas indústrias capitalistas se insere no contexto da monopolização do território e a consequente drenagem da renda da terra camponesa. Ou seja, parte considerável da mundialização da agricultura brasileira se sustenta através da produção camponesa, sendo a sericicultura exemplo deste processo.

No momento da entrega da produção de seda pelos camponeses, a indústria realiza uma classificação de qualidade. Tal processo é realizado exclusivamente pela empresa, ou seja, os camponeses não participam dessa fase. Como já advertido por Paulino (2003), os camponeses não possuem controle algum no valor que será pago pela produção, em vista de todos os critérios que são feitos pela própria empresa integradora.

Por ocasião da classificação dos lotes entregues na indústria, a qual definirá os preços a serem pagos, os maus resultados, como produção baixa ou fora do padrão, são atribuídos a dois fatores: Qualidade das instalações e métodos inadequados de manejo. Embora construída pelos integrados por conta e risco, a estrutura de produção mais parece uma extensão da indústria. Além das instalações se prestarem exclusivamente para esse fim, os criadores estão permanentemente sob pressão para readequá-las conforme os patamares de produtividade, continuamente redimensionados. Assim, ao estabelecerem os critérios de preços da matéria-prima, as integradoras têm como trunfo o argumento de que a baixa rentabilidade resulta da inobservância das orientações quanto às instalações e ao manejo (Paulino, 2003, p. 118).

Portanto, a classificação dos casulos e os valores finais pagos, evidenciam a subordinação da renda camponesa pela empresa capitalista, pois há o controle total da Bratac em relação ao valor pago.

Em todo ciclo do bicho-da-seda há um cuidado minucioso da família camponesa e, mesmo com todos os cuidados, há a classificação dos casulos imposta pela integradora. De tal modo, o casulo limpo, com a crisálida viva, significa que é de primeira qualidade. Se o casulo for irregular, malformado, com manchas ou a casca for mais grossa, significa perda da qualidade, implicando no teor da seda e conseqüentemente no valor pago aos camponeses. Ou seja, a classificação ocorre a partir de critérios da empresa, garantindo

estratégias de subordinação da renda da terra camponesa. Embora haja o trabalho penoso dos criadores durante o ciclo, e na manutenção minuciosa das amoreiras, a integradora argumenta que os maus resultados se devem ao cuidado indevido dos camponeses. O resultado é o controle total do valor pago pelos casulos pela indústria capitalista.

Outro apontamento que se faz necessário neste processo são os insumos vendidos pela indústria no momento do início de cada lote. Os custos destes são descontados no momento da entrega dos casulos. Este momento da “entrega” dos casulos é a materialização da subordinação da renda da terra camponesa, como descrito anteriormente. É no momento da “entrega” da produção que os sericicultores pagam suas dívidas com a empresa, seja estas relativas a financiamentos do barracão ou de insumos adquiridos junto a empresa. Das 9 famílias entrevistadas, 6 fizeram financiamento para a construção do barracão, seja pagando de forma parcelada ao banco ou ainda diretamente com a Bratac. As outras 3 famílias compraram o barracão de forma individual, além de outros materiais utilizado nos lotes.

Neste estudo evidenciamos que os sericicultores sempre procuram formas de escapar dos financiamentos, no entanto, diante da inexistência de políticas públicas concretas voltada a classe camponesa, invariavelmente esta se encontra “amarrada” às empresas capitalistas, no caso específico, com a Bratac. As possibilidades de escape dos camponeses à subordinação presente passam, portanto, pela atuação do Estado na garantia de robustas políticas públicas que atendam especialmente a comercialização da produção, bem como, o acesso aos insumos necessários à produção.

No caso particular em análise, os camponeses compreendem o processo de subordinação da renda em que estão inseridos e, por vezes, manifestam sua insatisfação com o montante pago pela empresa capitalista e com as exíguas políticas públicas voltadas ao campesinato. O relato a seguir é elucidativo:

É, na, na verdade assim, eu acho que a, a dificuldade que o produtor enfrenta tem vários tipos, né! De dificuldade né! As vez tem, eles tem problema sanitário, problema de doença nós já tivemos no barracão né? Aí morre muito, a produção cai né? É... tem de natureza do clima né? Agora houve estiagem nos últimos dois anos né? Diminui. A amoreira não cresce né? Diminui a produção também né? Tem a questão de, de preço, o produto que as vezes, esse produto é vendido pra exportação, é vendido em dólar, mas nem sempre a empresa repassa os ganhos né? Pro produtor né? Que quando o dólar tá, o dólar tá alto, a empresa fatura mais né? Mas nem sempre ela repassa né? E... e a gente tem dificuldade porque não é... por questão de, de falta de investimento, de ter uma, uma tecnologia melhor pra trabalhar né? Ca, na agricultura mesmo né? Que uma coisa que a gente vê assim que não tem é, no, no Brasil pelo menos a gente vê que não há uma, uma política assim voltada pro pequeno, pra desenvolve equipamento, assim de pequeno porte né? ao alcance né do, do pequeno agricultor né? Então esse trabalho aqui a gente faz é mais manual mesmo né? É de forma bem, bem rústica né? Existe máquinas, mas já pra grandes produtores né? Produzi é... já com trator de grande porte, ou médio porte né? Então é.. já é uma coisa que tá fora do alcance né da gente, ter um investimento muito grande pra pequeno né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Desse modo, a insatisfação dos camponeses levou alguns a abandonar a sericicultura: “[...] e então o pessoal começa a... a abandoná, abandonaram e teve gente, tem um compradre meu, aqui vizinho, ele, eles pegaram e abandonaram e foram pra cidade, daí, tão lá os dois empregado, porque daí eles vão ganhá um, um poco mais né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Portanto, a empresa não possui o domínio total sob os camponeses, já que os sericicultores têm a possibilidade da escolha em deixar ou não a integração, embora no sistema capitalista isso não signifique autonomia plena. Para a empresa é desvantagem perder um “parceiro”, sendo que, é a partir da subordinação de sua renda que irá acumular riqueza.

Assim, o capital se apropria da riqueza produzida no território camponês, sendo que, o resultado do fruto do trabalho dos sericicultores beneficiará as grandes grifes internacionais da seda. Porém, este território não é controlado na sua totalidade, porque o camponês tem relativa autonomia sob um conjunto de atividades para além da sericicultura, as quais são desenvolvidas pela família, levando-o a permanecer e resistir na terra. Embora o campesinato esteja inserido no modo de produção capitalista, sua forma de organização se difere da indústria, ou ainda se difere das grandes propriedades do agronegócio, porque seu objetivo é a manutenção do grupo familiar. Ou seja, é na terra de trabalho que o camponês possui sua dinâmica específica de organização nas atividades rotineiras.

Em outras palavras, os camponeses têm o conhecimento que somente da sericicultura, a família não sobreviveria no campo. Conforme Fabrini (2007), apesar de subordinados, os camponeses são conhecedores de seu processo de produção, além de possuírem certa autonomia e controle desse processo produtivo, e por este motivo a alienação não os atinge da mesma forma que um operário de uma fábrica. Desse modo, sua capacidade de organização não está voltada apenas para o sistema integrado, mas se relaciona com outras atividades, exemplo do autoconsumo, o qual será abordado no próximo item.

AUTOCONSUMO E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES

Durante o ciclo do bicho-da-seda, há um cuidado rigoroso por parte da família camponesa para que a produção seja “bem-sucedida”. Aliás, o trabalho familiar vai além dos cuidados com as lagartas, ou seja, envolve também a limpeza do barracão e principalmente no período do inverno, a manutenção das amoreiras, momento em que não recebem renda proveniente da atividade da sericicultura.

Considerando a pouca área de terra disponível para os camponeses em tela, observou-se que mesmo diante das contradições existentes e perante as atividades comerciais que se apresentam aos agricultores, a sericicultura se insere como alternativa que possibilita

melhor ingresso de rendimentos monetários, conforme relato a seguir:

[E por que que na época vocês decidiram começar com o bicho-da-seda?] É a única fonte de renda que dá mais aqui no Diamante pra nós porque é terreno pequeno né? Porque se você põe uma vaca pra 25, 23 igual nós temos aqui 23 litro de terra, pra uma vaca não dá! [Não dá?] Não dá e o bicho-da-seda você tira uma renda que você precisa. Não tem muito custo né? Porque só é uma vez por ano que você aduba e daí se acaso você vai cortá a amora e tem um pedaço mais fraco, cê vai lá e compra um saco de adubo e joga onde tá mais fraco né? E se, igual vaca não, vaca você tem que comprá o pasto né? pra, pra, pra podê mantê né? Um pedaço de terra pequeno, daí é o custo da Bratac é o mesmo, do bicho-da-seda. (Camponesa E, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, maio de 2022).

[E por que vocês decidiram começar com o bicho-da-seda?] Camponês: É pra dá um salarinho né? que nem a pessoa ... Camponesa: É que a lavora não tava dando mais nada né? planta milho aí e... [Antes do bicho-da-seda vocês plantavam milho então?] Camponesa: Sim, nós plantava milho, depois num ano plantemo algodão, depois plantemo mandioca daquelas mandioca que vende pra fora aí...daí depois resorvemo de ponha o barracão aí [Então antes não tava dando mais tanto lucro?] Camponesa: Não, é que assim é mais demorado né? Cê planta mandioca, cê tem um ano pra coiê, cê planta milho tem que espera seis mês, o bichinho em vinte e oito dia se tá entregando né e...

Camponês: Daí.. nós tamo assim... desde o tempo que nós assim meximo com barracão de bicho-da-seda... tinha que ter feito antes esse barracão né? Assim... porque é a única coisa que... que dá um dinherinho, assim um salarinho é o bicho-da-seda. Se não fosse o bicho-da-seda, no Diamante, os pequeno mesmo não...é, é péssimo né? O barracão do bicho-da-seda, com um arquere de terra cê mantém a família né? Ali, em cima de um arquere de terra. (Camponeses F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Conforme as falas dos camponeses, o caminho mais válido nas pequenas propriedades é seguir com a produção do bicho-da-seda, sendo que, não é viável plantar milho, soja ou qualquer outro tipo de produção. Se observa nas entrevistas, que antes da produção de bicho-da-seda alguns trabalhavam em fazendas, outros seguiam com a produção de leite, plantação de algodão, feijão, milho, depois seguiram para a sericicultura.

Contudo, é preciso salientar que são a falta de políticas públicas e, mais do que isso, a falta de uma política de reforma agrária que levam os camponeses a se submeterem à integração e as formas de subordinação. Ou seja, se houvessem políticas de Estado voltadas para os camponeses, a realidade poderia ser outra, com outras possibilidades de produção.

É preciso explicitar que as amoreiras são plantas perenes e nas áreas que elas são cultivadas não é possível a rotação de culturas. Ou seja, nos períodos de inverno, quando se interrompe a produção, os sericultores não conseguem realizar outros cultivos nestas áreas em que estão alocadas as amoreiras. Nesse sentido, durante as entrevistas ficou evidente que, especialmente nos períodos de inverno, como forma de complementar a renda para manutenção familiar, os camponeses precisam executar trabalhos fora das suas propriedades, tais como: serviços na construção civil, atividades de meeiro, arrendatário, funcionário público entre outros. Diante da inexistência de políticas públicas, cabe aos camponeses um conjunto de cálculos, não apenas na esfera econômica, que ora apontam

para a sericicultura como possibilidade de manutenção no campo.

Apesar das formas de subordinação impostas pela indústria, há resistências (algumas contraditórias, outras do universo camponês) que se relacionam nesse processo. Nos camponeses sericultores de Diamante do Sul, encontra-se de forma muito efetiva a troca de dias de serviço e práticas de ajuda mútua com vizinhos. A organização do trabalho de forma familiar é outra atividade constante nos sítios camponeses. Por fim, destaca-se a presença marcante do autoconsumo enquanto práxis rotineira em torno da qual se organiza a dinâmica laboral.

Paulino e Almeida (2010), sustentam que o “modo de vida” camponês não é organizado pelas necessidades do mercado, evidenciando o mito da homogeneização do território pelo capital ao tempo que demonstram que o território do campesinato possui um conjunto de especificidades que o distinguem do capitalista. Essa leitura contribui para a compreensão de que a existência do campesinato envolto na sericicultura não é determinada pelo sistema integrado. Embora isso faça parte, há um conjunto amplo de relações que sustentam o objetivo central da construção das condições para a manutenção do grupo familiar na terra.

Os camponeses combinam a integração na sericicultura outras atividades rotineiras, como o autoconsumo, tendo em vista que os camponeses não possuem dedicação exclusiva com o bicho-da-seda. Há diversidade nas atividades do autoconsumo da família camponesa, as quais envolvem a criação de porcos, galinhas, cultivos como arroz, feijão, batata, milho, mandioca, hortaliças em geral e diversos pomares de frutas espalhados pelas propriedades (**Fotografias 5, 6 e 7**).

Imagem 3: O autoconsumo nas propriedades camponesas em Diamante do Sul



Figura 5: Criação de galinhas para autoconsumo em propriedade camponesa. Figura 6: Cultivo de mandioca para autoconsumo em propriedade camponesa. Figura 7: Hortaliças direcionadas para autoconsumo em propriedade camponesa. Fonte: Trabalho de campo. Fotos: Arruda, 2022.

Todavia, essas situações também indicam que a empresa capitalista se apropria da renda derivada desta diversificação, pois possibilitam maior retenção da riqueza produzida

na atividade da sericultura, já que os camponeses conseguem a manutenção das condições de vida de outras formas. Ou seja, a resistência do campesinato está rodeada de contradições, já que as formas para garantia da existência camponesa se somam com o sistema integrado da sericultura, o qual subordina sua renda. Em outras palavras, o autoconsumo se configura como forma de manutenção da família camponesa, simultaneamente, tornam-se “parceiros” ideais para a empresa capitalista.

Dessa forma, os camponeses, ao produzirem para o autoconsumo, não precisarão comprar no mercado, por exemplo. Contraditoriamente isso oportuniza o capital ampliar as formas de extração da renda via outros mecanismos como o sistema de integração. Paulino (2003), aprofunda tal análise:

Prova disso é que as empresas classificam como sericultores ideais aqueles que são proprietários e desenvolvem atividades paralelas, inclusive de autoconsumo. Portanto, para se manter, os camponeses devem ter renda acessória, em geral obtida com a diversificação interna e produção parcial de alimentos, pois o retorno monetário da sericultura não é suficiente para a compra de todos os víveres e satisfação das demais necessidades básicas da família (Paulino 2003, p. 161).

Para a empresa integradora é vantajoso que os camponeses realizem outros cultivos, pois assim terão outras formas de sobrevivência e conseqüentemente a empresa poderá reter parcela maior da renda destes. Além disso, Paulino (2003) ressalta que somente a sericultura não é suficiente para as necessidades da família camponesa, questão que os próprios criadores percebem: “Se você não tivé uma estrutura fora, só daqui, só você, pra você comê e tudo num... num dá!” (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Esta fala sinaliza a “peleja” que os camponeses enfrentam no sistema integrado da sericultura, sendo conscientes da sua realidade, por este motivo não seguem passivos diante da exploração do capital, encontrando num conjunto amplo de atividades, formas de garantia de sua existência. Nesse sentido se reitera que as atividades do autoconsumo estão fundamentadas nas necessidades básicas para manutenção da família camponesa, se constituindo enquanto resistência para permanecer na terra.

É preciso assinalar que em todas as 12 entrevistas realizadas identificou-se o autoconsumo como atividade conjunta com a sericultura. Ou seja, o autoconsumo faz parte da realidade dos sericultores, sendo um conjunto diverso de cultivos que são destinados para a manutenção da família. Vejamos um exemplo na fala dos camponeses:

No causo nós... nós tem **tudo pro gasto né?** Tem tudo crioulo né? Daí...daí **diminui no mercado** né? [...] Nós engorda um porco, tem a galinha, tem o ovo, o porco tem a banha né? E... daí o resto dos mantimento nós planta de tudo né? Pra ter pro gasto... [O que vocês plantam?] Camponês: É... o milho, feijão... arroz nós plantemo ali mas é... com esses problema de seca não dá mais, daí paremo. Camponesa: Verdura, mandioca... Camponês: É, nós temo a horta, sempre tem... É, meio de tudo pro gasto né? Tem, daí... desde arvoredo nós temo né? Nossas

verdura, produz meio de tudo... café... nós temos café crioulo. (Camponeses A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

Aí a gente não vende né? A gente, é... cria um porco ali pra comer a carne, umas galinhas também né? E... e a gente planta feijão né? **Mas só pro consumo também né?** [Só pro consumo?] É... mandioca, batata, essas coisa aí né? Uma horta também, mas é só pro consumo. **Se tivé alguma sobra lá uma vez ou outra**, se sobrá né? Entende né? [...] Já aconteceu de nós colhê mais feijão do que, do que o previsto e aí a, **a sobra a gente, a gente vende né?** (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022, grifo nosso).

[Além do bicho-da-seda né? Tem algum outro tipo de produção menor? E criação de galinha ou outros animais?] Camponês: Não, nós temos só o bicho-da-seda, galinha **só pro gasto**, num vendemo né? Só pro gasto, mas é...mas é só pro gasto mesmo. Camponesa: Mas tem galinha, tem porco, tem vaca, cavalo, mas pra venda não. [Vocês têm alguma horta também?] Camponês: Horta também. Camponesa: É, hortinha nós planta as coisa **só pro gasto né? Não pra vende**. Camponês: Vendemo memo só o casulo. (Camponeses F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

As diversas plantações e criações de animais são representadas nas falas dos camponeses como algo corriqueiro e destinadas “só para o gasto”, sendo a comercialização destas somente “quando sobra”, ou seja, quando excedem as necessidades do grupo familiar. Portanto, a diversificação está interligada especialmente ao autoconsumo, sendo de grande importância para a recriação camponesa, representando o alimento que a própria família produz.

A diversidade de cultivos representadas no autoconsumo, não apresenta mediação com o mercado, pois o camponês não vende esta produção para obter renda, para em seguida comprar outro produto. Essa relação do autoconsumo é exclusiva para a manutenção do grupo familiar, representando sua autonomia diante das amarras do sistema capitalista no campo. Embora o autoconsumo apareça como algo “só para o gasto” da sua rotina, é essa diversidade de produção que garante seu sustento e também sua permanência no campo.

Assim, conforme visto nas falas dos entrevistados, os sericicultores de Diamante do Sul se articulam, sobretudo, tendo no autoconsumo uma estratégia para a produção da sua existência e assim permanecer no campo. A autonomia que os confere, mesmo diante das contradições inseridas no sistema de integração, é um aspecto da vida camponesa, o qual cotidianamente, busca-se escapar das amarras do capital. Deste modo:

O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia. Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo (Fabrini, 2007, p. 25).

As famílias sericultoras de Diamante do Sul, as quais estão inseridas nessa cadeia da indústria da seda, articulada com mercados internacionais, não tem a mesma lógica mercadológica do capital. Ao contrário, estes sujeitos procuram se esquivar da pressão que lhes é imposta no momento da produção da matéria-prima utilizada pelas grandes grifes internacionais. Dito de outro modo, os camponeses da sericultura objetivam recriar-se a partir de uma diversidade de atividades que realizam em suas pequenas propriedades. É claro que existem muitas contradições postas nesse processo, no entanto, a produção de bicho-da-seda, somada com seu modo de vida, lhes possibilita a manutenção no campo.

Para os camponeses que anseiam pelo acesso à terra, há uma busca pela autonomia, aspecto que a cidade não lhes proporciona. Deste modo, a diversificação é importante para a autonomia campesina e para permanência no campo, mesmo que haja um conjunto de contradições inseridas neste processo. Conforme as falas dos camponeses entrevistados, seu objetivo não é ir para a cidade, porque enxergam nesse caminho as dificuldades e a perda dessa autonomia:

Porque você pensa assim ó! Se, se eu tô errado, cada um barracão desse aqui você, você produz é a produção dele é cê mantém tua família, aqui no sítio. **Que** é muito melhor do que i todo mundo pra cidade, vai pra lá, é água, é aluguel, é luz, é tudo né? E as coisa é muito mais difícil na cidade. Sendo que aqui se você tivé uma horta, você já, a tua vida é muito melhor... né? Você trabalha aqui ó! Você corta a amora cedo, tá fresco. A hora que esquenta você só fica trabaçando na sombra aqui dentro, você fica tratando de, de bicho, você fica montando bosque, você é tudo, serviço aqui dentro né? Não precisa tá lá no solão lá ... e de tarde agora, ó! Já tá quase na hora de nós ir cortá mais amora pra tratá de noite, porque refresco, você já vai cortá amora porque tem que tratá deles a noite [...] (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

A contribuição desta fala mostra a compreensão sobre a complexidade em viver na cidade, não se identificando com a vida urbana, porque difere-se da dinâmica de quem vive no campo, o qual garante um conjunto de cultivos para manutenção da família. Ou seja, esta fala sinaliza a vida no sítio como possibilidade de obter uma relativa autonomia, de modo que, a organização familiar é possível por estar na condição de camponeses. Caso estivessem na condição de trabalhadores assalariados, precisariam cumprir ordens de um patrão e horários inflexíveis. Portanto, os sericultores não desejam perder a condição de serem donos do seu próprio tempo, de modo que a mudança para a cidade significaria mudar sua classe social e por isso a resistência se realiza por intermédio da luta pela manutenção da sua existência.

Não quer dizer que a realidade posta seja o ideal, já que há falta de políticas de Estado para melhoria das condições de vida. Se houvesse outras possibilidades para o campesinato, não precisaria necessariamente sujeitar-se à subordinação da empresa capitalista. Portanto, a realidade dos sericultores reflete uma escala maior, que é a desigualdade

social presente no campo brasileiro.

As relações existentes nos sistemas integrados da sericultura são complexas e relacionam contraditoriamente resistências engendradas pelos camponeses com a subordinação enfrentada por eles. Desse modo, há um conjunto de ações que os fazem permanecer no campo e que vão além da produção do bicho-da-seda. Ao mesmo tempo e contraditoriamente tais práticas são utilizadas pela empresa capitalista para subtração da renda da terra camponesa. Assim, por mais que os camponeses estejam inseridos no processo de integração capitalista, cujo sistema os subordina, a diversidade de atividades encontradas evidencia relativa autonomia.

Portanto, a resposta do campesinato diante da sujeição é seu modo de vida, que embora sofra com a monopolização das condições de reprodução imposta pelo capital industrial, tem como potencial um conjunto de atividades que fundamentam a manutenção do grupo familiar, e por meio destas garante as condições para a existência camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de integração da sericultura subordina a renda da terra camponesa através da monopolização de seu território. No entanto, a subordinação não está desvinculada com as resistências camponesas e, portanto, são dois elementos que se relacionam, tornando um processo contraditório. Nesse sentido, há uma relação contraditória e, embora haja diversas formas de subordinação, não há o domínio completo da integradora, de modo que os camponeses gozam de relativa autonomia e tentam escapar das amarras impostas.

Mesmo diante do controle imposto pela empresa capitalista, o território continua sendo dos sericultores, os quais esquivam-se dessas imposições, ou ainda, por vezes abandonam a produção por entender que não é mais possível, buscando outras formas de se reproduzir enquanto camponês. Todavia, a maior parte dos camponeses entrevistados relataram que continuam na sericultura pelo fato de ser uma produção monetariamente mais rentável do que outras possibilidades. No entanto, mostraram ter conhecimento do processo de subordinação que estão inseridos. Embora os sericultores não estejam envolvidos em um movimento social, sua luta ocorre de forma mais “silenciosa”, o que não retira sua importância, já que possibilita sua permanência na condição de camponeses.

Nesse cenário de contradições do sistema integrado da sericultura, compreende-se que a Bratac não controla o território camponês na sua totalidade, pois os camponeses conseguem organizar sua rotina de trabalho, sendo que tal possibilidade é intrínseca a sua condição de camponeses. Portanto, os camponeses não querem perder a autonomia de serem donos do seu tempo. Nesse sentido, o modo de vida familiar camponês demonstra uma resistência do campesinato, mas que está inserida num processo contraditório, em

que o capital subordina o fruto de seu trabalho.

O modo de vida camponês se assenta, principalmente, nas atividades do autoconsumo, em que a produção está voltada diretamente para manutenção das necessidades básicas da família. Portanto, esse conjunto de atividades, presentes na rotina diária da família camponesa, possibilita não apenas a permanência na terra, mas também a permanência enquanto classe camponesa.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Vanessa Bueno. Resistências contraditórias do campesinato em Diamante do Sul/PR: Uma abordagem da subordinação da renda da terra no sistema integrado da sericultura. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2023. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/6770/5/Vanessa_Arruda_2023.pdf. Acesso em: 09 fev. 2023.

BRATAC. **Estrutura**. Disponível em: <http://www.bratac.com.br/bratac/pt/index.php>. Acesso em: 12 Set. 2023.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Ano 10, n. 11, jul-dez, 2007.

LIMA, Ivanildo Vieira. **Produção de subsistência/ autoconsumo e resistência camponesa no assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo/MS**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais eletrônicos...** Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> Acesso em: 12 Set. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: A Geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015.

VICINI, Jennifer Paola. **A territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná: Sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato.** Dissertação de mestrado em Geografia. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2019. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4434/5/Jennifer_Vicini_2019.pdf Acesso em: 12 de Set. de 2023.

**A importância das áreas
verdes no espaço urbano
contemporâneo**

Rodrigo José de Campos

INTRODUÇÃO

A temática das questões urbanas tem sido objeto de inúmeras abordagens ao longo do tempo, a partir da segunda metade do século XX. A relevância desse interesse está diretamente relacionada ao crescimento dos centros urbanos e às crescentes demandas por infraestrutura, habitação, transporte, trabalho, saúde, educação e lazer (Lima; Amorim, 2006). Nesse contexto, as transformações na paisagem urbana se destacam, comprometendo a qualidade do ambiente físico, resultando em insalubridade e baixa qualidade de vida para os habitantes.

A avaliação da qualidade ambiental nas cidades torna-se cada vez mais evidente e crucial, uma vez que é no ambiente urbano que os problemas ambientais frequentemente se manifestam de forma mais intensa, com concentração de poluentes no ar e na água, degradação do solo e subsolo devido ao uso intensivo do território para atividades urbanas (Lombardo, 1985). Apesar de o conceito de qualidade ambiental urbana ser frequentemente abordado na literatura científica e na legislação (Buccheri-Filho; Tonetti, 2011), na prática, poucas ações são efetivamente implementadas para melhorar as condições ambientais do espaço urbano, sendo a criação de áreas verdes públicas uma das medidas mais significativas.

As áreas verdes públicas, caracterizadas pela presença predominante de vegetação arbórea, proporcionam inúmeros benefícios que contribuem para a qualidade ambiental do ambiente urbano. Esses espaços garantem conforto térmico, estabilização de superfícies através da fixação do solo pelas raízes das plantas, redução da poluição do ar, sonora e visual, além de servirem de abrigo para a fauna (Nucci, 2008). Além disso, as áreas verdes são essenciais na estrutura urbana, atuando como indicadores de qualidade de vida ao promoverem lazer e recreação para a população (Nucci, 2008), além de serem locais de convívio social e expressão da vida comunitária.

Dessa forma, a proposta deste capítulo é promover uma discussão sobre a qualidade de vida urbana, enfatizando o papel das áreas verdes públicas na melhoria do ambiente urbano e no bem-estar da população. Diante desse panorama, torna-se imprescindível a realização de pesquisas que abordem o papel das áreas verdes no ambiente urbano, suas contribuições para a qualidade ambiental das cidades e o impacto na qualidade de vida da população. Além disso, reflexões sobre a importância do planejamento urbano municipal e políticas públicas são essenciais para a construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

ÁREAS VERDES E SUAS TIPOLOGIAS NO MEIO URBANO

Ao longo do tempo histórico, existiu uma variedade de maneiras pelas quais o Homem, organizado em diferentes sociedades, interagiu com a natureza, e todas essas

diferentes formas de interação resultaram em impactos no ambiente. Devido às diferentes formas e taxas de uso da natureza, há uma distribuição desigual dos impactos humanos no ambiente natural em todo o mundo, e a compreensão da relação de uma determinada sociedade com o seu meio natural imediato torna-se fundamental para gerir, e talvez até mesmo eliminar em alguns casos, esses impactos (Costa; Colesanti, 2011).

A compreensão da relação entre sociedade e natureza fornece um conhecimento mais profundo da situação ecológica e pode contribuir para se encontrar caminhos para desenvolver estratégias sustentáveis para proteger o meio ambiente. Essa relação também enfatiza a necessidade de conservar a biodiversidade, adotar um estilo de vida mais sustentável e utilizar os recursos de forma responsável (Scheuer; Neves, 2016).

Segundo Graça e Telles (2020), em 1877, o conceito de espaço aberto urbano foi apresentado pela primeira vez em Londres, Inglaterra. Em 1906, o espaço aberto urbano foi formalmente definido como qualquer terreno fechado ou não fechado, no qual menos de 1/20 do terreno não contenha prédios ou edifícios, e o restante do terreno fosse usado como parques ou entretenimento, ou como áreas de resíduos, ou áreas não utilizadas.

Os espaços urbanos de carácter público são aqueles aos quais as pessoas podem acessar a qualquer momento, sem importar um horário, um registro ou uma autorização para seu livre trânsito e permanência, podendo realizar uma ampla gama de atividades e usos, o que confere uma vitalidade importante à dinâmica do local, pois permite maior interação entre a sociedade. Estes espaços são os que têm maior predominância dentro da cidade distinguindo-se os seguintes tipos: rotatórias, pontes pedonais, pontes veiculares, leira e áreas residuais (Bargos; Matias, 2011).

Ao contrário dos espaços de carácter público, os semipúblicos mantêm um acesso restrito a um horário, registro ou autorização de circulação e permanência neles, apresentando na maioria das vezes um constrangimento físico relativamente à sua envolvente (muros, vedações, portões, etc.) (Scheuer; Neves, 2016).

Os espaços de natureza privada são aqueles que mantêm em todo o momento um acesso restrito, e são de uso exclusivo de proprietários e de quem por eles for designado, sendo delimitados como nos espaços semipúblicos por barreiras físicas, limita a atividades e usos nelas desenvolvidos. Por mais restritos que sejam os acessos, esses espaços são parte importante da percepção que os habitantes têm da cidade. Dentro dos espaços urbanos de carácter privado é possível identificar os seguintes tipos: pátios, terraços e jardins de edifícios privados (Da Silva; Sammarco, 2015).

O espaço urbano, em si, envolve aspectos sinérgicos e estruturais. De uma perspectiva sinérgica, a urbanização é alimentada pelo crescimento populacional e pela expansão institucional. Em um cenário simplista, para que ocorra a urbanização, as pessoas devem se reunir em número suficiente para que se situem em um espaço que as diferencie

visivelmente de agrupamentos humanos menos populosos (Costa; Colesanti, 2011).

A agregação de pessoas dentro de um mesmo espaço urbano serve como uma força social que reúne pessoas com estilos de vida e ética de trabalho diversos. Na maioria dos casos, as pessoas migraram para o mesmo espaço devido a interesses comuns ou expectativas compartilhadas em relação a estilos de vida e ética no trabalho. Curiosamente, o contato social entre pessoas da população que compartilham o mesmo espaço aumenta a diversidade social da população, aumentando a familiaridade com diferentes estilos de vida (Bargos; Matias, 2011).

No planejamento urbano, o termo “espaço verde” refere-se à cobertura vegetal da área espacial de uma cidade. O espaço verde é um espaço urbano que atende a várias estéticas, contribui com a purificação do ar e a conservação da ecologia etc. Os espaços verdes urbanos nas cidades existem como parques e jardins naturais ou seminaturais, complementados por bolsões de vegetação espalhados e associados a estradas e áreas aleatórias. Entende-se que parques e reservas ambientais possuem não somente um papel social, mas também exercem uma dimensão ecológica para o cotidiano (Colchete Filho; Soares Júnior, 2018, p. 7).

O chamado espaço verde pode ser definido como qualquer área ao ar livre que não seja pavimentada. Parques são um tipo de espaço verde muitas vezes considerado o exemplo por excelência. No entanto, eles não configuram o único tipo; canteiros centrais de vias urbanas, praças e até algumas calçadas podem ser consideradas espaços verdes (Scheuer; Neves, 2016).

O espaço verde urbano é uma parte importante dos espaços públicos abertos e serviços comuns prestados por uma cidade e pode servir como um ambiente de promoção da saúde para todos os membros da população urbana e comunidade. É, portanto, necessário garantir que os espaços verdes públicos sejam de fácil acesso para toda a população e distribuídos equitativamente dentro da cidade. O espaço verde urbano, compreendendo parques, bosques e outras áreas seminaturais, é um componente fundamental dos ecossistemas urbanos (Costa; Colesanti, 2011).

Complementando o que os autores Costa e Colesanti, (2011), informam acima, um exemplo de área verde urbana que se enquadra nos critérios descritos é o Parque Ibirapuera localizado na cidade de São Paulo. É um importante parque que recebe milhares de frequentadores, sendo moradores do entorno do município no geral e turistas de outras regiões do Brasil que aproveitam a estadia na grande metrópole para conhecer o parque, ilustrado pela **Figura 1**.

Figura 1 - Parque Ibirapuera, São Paulo/SP.



Fonte: Disponível em: <https://spinfoco.wordpress.com/2013/03/06/conheca-a-historia-do-parque-do-ibirapuera/>. Acesso em: 29 maio 2023.

Graça e Telles (2020, p. 743) apontam que “com a expansão das cidades e a destruição das florestas, aumentou o interesse por jardins e parques, um contrapondo à sociedade industrial, passando a ser parte da vida cotidiana urbana”.

Alguns parâmetros tradicionais e culturais, incluindo saúde, ecológico, social e recreativo, continuam sendo um importante fator determinístico para a ótima usabilidade desses espaços. Os espaços verdes podem ser acessíveis ou inacessíveis dentro das áreas da cidade. A acessibilidade dos espaços verdes é um aspecto importante para avaliar o seu impacto (Bargos; Matias, 2011).

Os espaços verdes urbanos desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável das cidades. As intervenções em espaços verdes alimentam o caráter existente da cidade, melhoram as condições ambientais, promovem espaços recreativos ao ar livre e estilos de vida ativos, conforme mostra a **Figura 2**, e protegem a biodiversidade criando habitats para a vida selvagem, segundo Mazzei, Colesanti e dos Santos (2007, p. 36).

Figura 2 - Parque Barigui Curitiba/PR



Fonte: Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/saude-e-bem-estar/sete-parques-de-curitiba-para-fazer-exercicios-e-sete-dicas-para-melhorar-sua-saude/>. Acesso em: 29 maio 2023.

Em uma escala maior de extensão, as áreas verdes podem contribuir para a redução dos efeitos da ilha de calor nos grandes centros urbanos e reduzem o escoamento superficial, possibilitando maior infiltração da água proveniente da chuva. Nos últimos anos, também se destaca o seu papel na redução das emissões de carbono e na melhoria da saúde dos cidadãos. Os benefícios dos espaços verdes urbanos são múltiplos e podem ser divididos em três grandes categorias: benefícios ambientais; benefícios econômicos e estéticos e benefícios sociais e psicológicos (Da Silva; Sammarco, 2015). Aliás, esse papel atribuído às áreas verdes e os benefícios apontados representam a motivação do presente estudo para verificar até que ponto o Parque Ecológico Paulo Gorski se enquadra nessas condições para a população da cidade de Cascavel.

Nos últimos anos, muitas cidades reconheceram a importância dos espaços verdes e desenvolveram metas para introduzir esse espaço no setor urbano. Algumas das iniciativas adotadas incluem estratégias para aumentar a natureza urbana, proteger parques existentes e promover telhados verdes (Scheuer; Neves, 2016).

A implementação de espaço verde pressupõe que as cidades tenham um plano global a partir do qual traçam as suas intenções. Este plano de referência, que pode ser chamado de plano “verde”, “paisagístico” ou de “embelezamento”, assume a forma de um estudo prévio que visa coordenar os vários projetos que visam a melhoria do ambiente de vida à

escala de um distrito ou concelho (Costa; Colesanti, 2011).

Um Plano Verde define uma estratégia global de desenvolvimento a médio prazo, capaz de orientar a condução de cada operação para um projeto urbano coerente. O carácter pré-operacional do Plano Verde faz dele o instrumento de gestão permanente do município: hierarquiza as intervenções estabelecendo prioridades, permite ao município aproveitar as oportunidades que se apresentam (Scheuer; Neves, 2016).

Este plano induz pontos de passagem obrigatórios: estabelecimento de um diagnóstico partilhado, cenários possíveis de desenvolvimento, programa de ação dotado de meios, manutenção de balanço e acompanhamento das realizações concretizadas (Da Silva; Sammarco, 2015).

Em geral, o espaço verde urbano possui afabilidade e condição de infraestrutura pública superior aos subúrbios, formando assim uma força centrípeta. A força centrípeta aumenta com o crescimento da área verde urbana; no entanto, como o espaço verde urbano não é exclusivo e competitivo como um bem público, a força centrípeta do espaço verde diminui com o crescimento populacional da “área central”, como uma área com altas densidades populacionais (Costa; Colesanti, 2011).

Conforme Scheuer e Neves (2016), os principais tipos de áreas verdes urbanas são: jardins históricos, áreas verdes de bairro, parques urbanos e espaços verdes públicos e privados. Os jardins históricos geralmente são antigas áreas verdes que testemunharam diferentes períodos históricos e culturalmente relacionados com o desenvolvimento da cidade. Por estas razões, os jardins históricos desempenham um papel único no ambiente urbano. Um dos principais objetivos da gestão destes jardins, é a conservação do seu material genético original e ao mesmo tempo a preservação de um estado degradante.

Os espaços verdes de bairro são utilizados principalmente pelos residentes para fins recreativos, de lazer e de convívio. Considerando a modesta extensão desses espaços verdes, os critérios de projeto devem ser simples: árvores, arbustos e áreas de gramado devem estar localizados de forma a alternar espaços sombreados e ensolarados; também devem ser fornecidas áreas pavimentadas, equipadas para áreas de lazer e estar (Da Silva; Sammarco, 2015).

Os parques urbanos são áreas mais ou menos extensas de espaços verdes abertos que estão presentes em contextos urbanos ou nas periferias e que desempenham importante função recreativa, ambiental e cultural, contribuindo para uma melhor qualidade de vida (Scheuer; Neves, 2016).

METODOLOGIA

Com o intuito de delimitar o escopo a ser investigado, foi adotada uma abordagem

qualitativa, na qual os procedimentos foram organizados em três fases distintas: “abertura ou exploratória” e “coleta de dados”.

No decorrer deste estudo, foi realizado um levantamento de referências que tratam do significado e da importância dos espaços públicos e áreas verdes urbanas. De acordo com Severino (2007), a pesquisa qualitativa se mostra como uma metodologia apropriada para a coleta de dados, uma vez que possibilita uma análise abrangente do objeto em questão, considerando o contexto no qual está inserido e as características da sociedade à qual pertence. Isso permite obter respostas mais precisas em relação aos objetos de estudo. A pesquisa qualitativa é, por natureza, exploratória, buscando compreender os motivos que fundamentam determinados comportamentos e desvendar as percepções e expectativas de um grupo ou sociedade específica (Gil, 2009).

Além disso, ao adotar uma abordagem qualitativa, é possível aprofundar o entendimento sobre os fenômenos sociais e culturais relacionados aos espaços públicos e áreas verdes urbanas, contribuindo para uma análise mais detalhada e embasada. Dessa forma, torna-se viável identificar as nuances e complexidades presentes nesses ambientes, bem como compreender as interações e significados atribuídos pelas pessoas a esses locais.

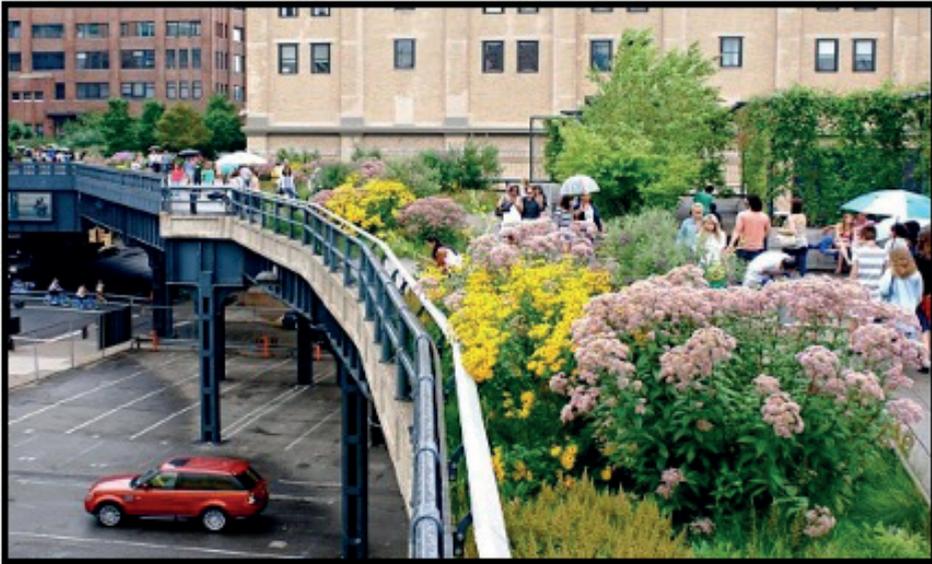
OÁSIS EM CONCRETO: A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES URBANAS

As cidades estão se expandindo, espalhando-se fora de seus limites e aumentando a densidade. Esse aumento da infraestrutura das cidades teve efeitos adversos na quantidade e na qualidade dos espaços urbanos (Maciel; Barbosa, 2015).

Como a vida pública está ficando mais centrada nas rotas de trânsito, estações de metrô, calçadas e passarelas elevadas apresentam protagonismo no cotidiano das cidades modernas que adotam a implementação de áreas verdes com o objetivo de possibilitar aos seus cidadãos uma área de escape ao cimento/pavimentação que marca as cidades.

Na **Figura 3** observamos o parque High Line, trata-se de um parque linear suspenso localizado na cidade de Nova Iorque. Esse parque foi construído em uma antiga linha ferroviária que estava desativada e recuperando assim uma área que estava em desuso.

Figura 3 - High Line Park -cidade de Nova York



Fonte: Disponível em: <https://www.zincobrasil.com.br/high-line-park-nova-iorque/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Os espaços urbanos e sua *design* atual abordam não apenas a agenda de fornecer um local para interação pública e descanso, mas também a necessidade de regeneração urbana, revitalização de comunidades antigas e redefinição da infraestrutura negligenciada existente na cidade. Mazzei, Colesanti e dos Santos (2007, p. 39) acrescentam que

As áreas verdes não são necessariamente voltadas para a recreação e o lazer, objetivos básicos dos espaços livres, porém devem ser dotadas de infraestrutura e equipamentos para oferecer opções de lazer e recreação às diferentes faixas etárias, a pequenas distâncias da moradia (que possam ser percorridas a pé) (Mazzei; Colesanti; Dos Santos, 2007, p. 39).

Um aspecto fundamental a ser abordado é aquele referente à obrigação do Estado – representado pelos aparelhos governamentais – em destinar, equipar e providenciar a manutenção dessas áreas públicas nas cidades. Como bem destacam Mazzei, Colesanti e Dos Santos (2007, p. 39), a recreação não deve ser comprada, pois o governo tem a obrigação de fornecer meios para que toda a população possa ter a oportunidade de escolher livremente como, quando e onde se divertir.

Atualmente, a utilização do espaço urbano para promover uma área verde para fins recreativos e de lazer também leva em conta identificar os seus valores econômicos, culturais, ambientais e sociais, o que aumenta ainda mais a atenção na sua gestão e planejamento

(Alves et al., 2020).

Num mundo cada vez mais urbanizado, onde imperam o betão¹ e o asfalto, os espaços verdes surgem como essenciais na cidade. Perante a complexidade e o rigor do ambiente construído, o espaço verde convida ao descanso e relaxamento. Isso cria barreiras contra ruído e poeira, mas também é uma fonte de frescor, satisfação visual e estimulação intelectual (Matias; Comelli, 2020).

A vegetação cria um contraste favorável com o ambiente construído, ao mesmo tempo em que apoia e valoriza os vários constituintes da paisagem urbana. O espaço verde proporciona assim aos seus utilizadores condições de relaxamento. Da praça ao grande parque urbano, os espaços verdes são centros de recreação, locais de descanso, passeios, jogos e esportes (Barros et al., 2017).

Na atualidade muitas cidades começaram a incorporar a natureza em suas paisagens, servindo para melhorar a vida de seus cidadãos. É evidente que as cidades desenvolvidas enfrentam grandes desafios para encontrar espaço para infraestrutura verde e têm enfrentado esse desafio por meio de soluções inovadoras, integradas e tecnicamente avançadas. As autoridades estão adotando estratégias de infraestrutura para se tornarem cidades verdes, com mais e qualitativamente melhor natureza urbana (Maciel; Barbosa, 2015).

As estratégias municipais para introduzir as áreas verdes nos espaços urbanos são usadas politicamente para marcar esses ambientes urbanos como lugares atraentes para se viver e visitar. Nesse sentido, os projetos de sustentabilidade podem ser entendidos como projetos de *placemaking*: melhorar a qualidade de vida dos moradores por meio de medidas de sustentabilidade (Arrais et al., 2014).

As cidades são formadas pela combinação de massas e vazios. A quantidade e proporção de massas e vazios determinam a estrutura de uma cidade. Muitas massas sem conexão com quaisquer vazios tornariam uma cidade apertada, ilegível e caótica. Assim, as praças públicas urbanas servem como uma força estabilizadora, especialmente nas cidades populosas contemporâneas (Alves et al., 2020).

As praças públicas e parques urbanos proporcionam aos cidadãos locais para diversas atividades de lazer e ao ar livre. As pessoas da cidade podem relaxar, sentar-se, ler um livro, jogar, encontrar amigos nessas áreas públicas. As atividades não são predefinidas ou limitadas nas praças urbanas, esses espaços também podem ser usados para cerimônias, rituais, atividades políticas, eventos musicais, até teatro e pequenas feiras (Arrais et al., 2014).

De acordo com Maranhão (2017), a cidade de Curitiba/PR no decorrer de sua história foi marcada por diversas transformações principalmente no caráter urbano que foram promovidas pelos seus gestores. Entre as principais obras públicas encontram-se a criação

¹ O concreto ou betão é o material mais utilizado na construção civil, sendo composto por uma mistura de água, cimento e agregados.

de novos espaços públicos em especial as áreas verdes urbanas pelas quais a cidade ficou conhecida. Ainda de acordo com o autor foram criados 23 parques e vários bosques em todo o perímetro da cidade a partir do ano de 1972.

Na **Figura 4** vemos a imagem do Parque Barigui, com a integração entre natureza e o meio urbano, no segundo plano vemos os prédios da capital paranaense e o parque que está inserido no desenho urbano.

Figura 4- Parque Barigui - Curitiba/PR



Fonte: Disponível em: <https://www.zincobrasil.com.br/high-line-park-nova-iorque/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Uma das áreas verdes urbanas mais conhecidas do município de Curitiba é o Parque Barigui. Ele possui uma grande relevância dentre todos os parques do município sendo que é o maior dos 23 parques da cidade, totalizando uma área de 1.400.000 m² e o que possui o maior índice de visitação na cidade. Esse parque possui um rico cenário composto por diversas árvores, bromélias, orquídeas e animais (em especial as capivaras) e a sua infraestrutura atende todos os tipos de frequentadores, com pista de caminhada, ciclovias, áreas gramadas e uma bela vista (Maranho, 2017).

O Parque Barigui além ter o papel estético para o embelezamento da cidade, é um grande aliado para conter enchentes do Rio Barigui pois possui um grande lago que tem a função de drenagem urbana, para que a área não sofra com alagamentos (Maranho, 2017).

Nos dias de hoje, praças públicas bem projetadas aumentam o valor visual da

paisagem e contribuem para a estética ambiental. Embora contribuam para a imagem geral da cidade, as paisagens visuais apreciadas pelos indivíduos também têm impactos psicológicos positivos sobre os usuários do local. Outro benefício psicológico que as praças urbanas proporcionam é que elas são onde as pessoas podem relaxar e aproveitar seu tempo livre durante a movimentada vida urbana cotidiana (Maciel; Barbosa, 2015).

As praças públicas e parques urbanos também podem fornecer alguns benefícios econômicos para a comunidade. É um fato bem conhecido que a existência de espaços abertos e verdes aumenta os preços dos imóveis próximos. As praças urbanas também podem ser utilizadas como mercados ou fazer parte de atividades comerciais, como shopping centers (Alves et al., 2020).

Outro aspecto a ser mencionado refere-se à especulação imobiliária dos imóveis que ficam no entorno da área verde criada a partir de investimentos públicos. Em alguns casos, esse processo de especulação pode levar à ‘expulsão’ dos moradores que se encontravam antes de implantação da área verde, mas que são levados (de forma gradual ou rápida) a se deslocarem para outro local da cidade, onde os preços dos imóveis e/ou o aluguel são mais acessíveis (Alves et al., 2020).

De acordo com Alves (2019), a especulação imobiliária, basicamente, é o processo de mudança na valorização dos solos, consistindo na prática de obtenção de lucro privado a partir de investimentos realizados sobre um determinado terreno. Obviamente, não está somente atrelada a implantação das áreas verdes, mas ocorre devido a diversas melhorias no entorno como: uma creche, uma escola, um shopping, dentre outras intervenções feitas no meio urbano.

Como sabemos, um dos efeitos do sistema capitalista sobre o espaço geográfico é a transformação do solo em mercadoria, o que o torna sujeito às variações de mercado e às leis gerais desse sistema, como a livre concorrência e a lei da oferta e da procura (Alves, 2019).

A prática da especulação imobiliária no espaço da cidade é muito comum de duas principais formas: a espera pela valorização ou a realização de investimentos que estimulem essa valorização. No primeiro caso, o investidor apenas adquire um terreno ou um imóvel a fim de que o aumento do seu preço seja muito superior ao da inflação no período corrente, de modo que a sua venda futura gere lucros reais (Alves, 2019).

Além de suas funções físicas e ecológicas, as praças públicas contribuem enormemente para a coesão social e identidade local. Eles agem como catalisadores sociais. A principal função das praças urbanas é reunir os cidadãos por diversos motivos e atividades (Barros et al., 2017).

A importância das cidades aumentou significativamente ao longo dos séculos e atualmente as áreas verdes urbanas começaram a ser altamente valorizadas por sua contribuição

para a qualidade de vida nas cidades. Os parques públicos começaram a se desenvolver, delineando uma visão onde a natureza é considerada um elemento de saúde pública a par do seu forte contributo em termos de funções estético-recreativas para os espaços urbanos (Arrais et al., 2014).

A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES NAS CIDADES PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

O planeamento urbano refere-se à divisão das funções das áreas da cidade pelo departamento de gestão urbana de acordo com as demandas das estratégias de desenvolvimento econômico urbano, é a reintegração e redistribuição dos recursos urbanos. O planeamento urbano surge das necessidades do desenvolvimento econômico urbano, mas também restringe o desenvolvimento econômico urbano em grande medida. Portanto, o planeamento urbano deve levar em conta não apenas os interesses de longo prazo da cidade, mas também o equilíbrio entre população, recursos e meio ambiente (Scheuer; Neves, 2016).

O planeamento urbano tem o potencial de proteger algumas áreas ambientais especiais de uma cidade e de conservar o meio ambiente. O planeamento urbano que considera as mudanças climáticas é planejado, coordenado e apoiado por diversos setores. Inclui a gestão ambiental e a redução do risco de desastres (Reis, 2010).

Dessa forma, considera-se o equilíbrio entre o homem e o ambiente que está inserido, devendo haver sinergia e interação entre eles para atuarem em uma teia de interligação que afeta todo o conjunto (Lima; Lopes; Façanha, 2019).

Com suas pegadas compactas, cidades bem geridas conservam paisagens naturais. Telhados verdes, parques e florestas urbanas podem economizar água, fornecer habitat para plantas e animais, diminuir a temperatura e melhorar a qualidade do ar (Hoffmann; Miguel; Pedroso, 2011).

A qualidade de vida nas áreas urbanas depende muito da qualidade do ambiente local. As cidades são onde a maioria dos recursos são consumidos e onde muitos desafios ambientais são encontrados. Ao mesmo tempo, as cidades oferecem oportunidades para lidar com questões ambientais, com áreas de preservação e setores ecológicos (Lima; Lopes; Façanha, 2019).

Habitats naturais e sua biodiversidade são cada vez mais vistos como componentes vitais de cidades habitáveis. Eles fornecem espaços para recreação e ajudam a restaurar a saúde física e mental. Parques urbanos e florestas também contribuem para a sensação de pertencimento e bem-estar. Segundo Santana et al (2007, p. 234), “a identificação dos aspectos mais relevantes para a utilização dos espaços verdes permite dirigir as intervenções

no sentido de potencializar a sua utilização”.

Desenvolver os espaços verdes urbanos significa também permitir o florescimento da flora e fauna locais através de plantações diversificadas, implantação de prados ou relvados floridos e gestão diferenciada dos espaços. Com efeito, os espaços verdes não requerem todos o mesmo tipo de cuidados ou a mesma intensidade. A gestão diferenciada dos espaços verdes simplifica a manutenção e torna-a eficiente no que diz respeito à biodiversidade (Scheuer; Neves, 2016).

Os espaços verdes urbanos são cada vez mais considerados como habitats de conservação. Os modelos de conservação urbana defendem uma abordagem social e ecológica integrada na criação de espaços verdes para dar conta da combinação de fatores biofísicos, socioeconômicos e culturais que moldam os ecossistemas da cidade. Os projetos de esverdeamento urbano devem antecipar os desafios e planejar trabalhar em colaboração com as partes interessadas para enfrentá-los (Reis, 2010).

À medida que as cidades se expandem, os gestores de parques urbanos e ecologistas geralmente investem muito esforço no aumento do espaço verde urbano por meio de métodos inovadores e na preservação e restauração de habitats remanescentes. As motivações para estas ações partem da percepção de que todos os espaços verdes têm valor para a biodiversidade. Essa percepção parece intuitiva, dadas as fortes associações entre o espaço verde urbano e a ocorrência de vida selvagem (Scheuer; Neves, 2016).

Os parques urbanos também contribuem com benefícios ambientais. Uma rede de parques e espaços abertos que incluam áreas naturais protegidas, reservas ecológicas, pântanos e outras áreas verdes é fundamental para fornecer habitats saudáveis para humanos, animais selvagens e plantas nesses locais densamente construídos. As paisagens naturais são vitais para preservar os ecossistemas regionais em meio às cidades em crescimento (Reis, 2010).

Os parques também ajudam a criar cidades com eficiência energética e humana que podem ajudar a retardar o aquecimento global. Parques lineares e espaços abertos tornam a vida compacta atraente e viável. As redes de trilhas conectam parques individuais, tornando-os mais fáceis de pedalar e caminhar (Lima; Lopes; Façanha, 2019).

A perda de biodiversidade causada pela urbanização é um problema sério que tem despertado preocupação global. Com o desenvolvimento da urbanização, mais e mais terrenos naturais foram substituídos por edifícios altos e estradas pavimentadas. Nesse contexto, parques em áreas urbanas muitas vezes atuam como “ilhas” ou fragmentos de habitat para a vida selvagem. A gestão do habitat da vida selvagem em parques é uma forma eficaz de proteger a biodiversidade em ecossistemas urbanos (Hoffmann; Miguel; Pedroso, 2011).

Linhas ferroviárias antigas podem ser transformadas em vias verdes, e jardins

plantados em telhados maximizam o espaço limitado e reduzem as emissões de gases de efeito estufa. Cada árvore ajuda a combater o aquecimento global, reduzindo a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera e ajudando a resfriar as cidades (Reis, 2010).

Além disso, a adaptação às mudanças climáticas tornou-se e se tornará uma parte cada vez mais importante da agenda de desenvolvimento, especialmente nos países em desenvolvimento com maior risco devido às mudanças climáticas. As áreas protegidas podem complementar outras respostas de adaptação ao manter a integridade do ecossistema, proteger o clima local e reduzir os riscos e impactos de eventos climáticos extremos, como tempestades e secas (Lima; Lopes; Façanha, 2019).

As áreas protegidas conservam os estoques de carbono. Eles permitem a conectividade entre os habitats, permitindo que as espécies se movam em resposta às pressões climáticas (Scheuer; Neves, 2016).

Como também, as áreas protegidas são consideradas uma contribuição significativa para garantir habitats críticos e a conservação da biodiversidade. Quando bem-feitas, as áreas protegidas podem fornecer habitats, alimentos e água para as espécies e permitir padrões de movimento natural (Hoffmann; Miguel; Pedroso, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo foi destacada a relevância das áreas verdes como elementos essenciais para a qualidade de vida nas cidades. Ao longo do texto, foi evidenciado como a presença de espaços verdes públicos contribui não apenas para a melhoria do ambiente urbano, mas também para o bem-estar físico, mental e social dos habitantes urbanos. Neste contexto, é fundamental refletir sobre a importância de políticas públicas e planejamento urbano adequado para promover a preservação e expansão desses espaços.

A transformação do solo em mercadoria, impulsionada pelo sistema capitalista, tem impactos significativos no espaço geográfico das cidades. A especulação imobiliária e a valorização de terrenos muitas vezes resultam na escassez de áreas verdes e na degradação do ambiente urbano. Nesse sentido, é crucial repensar a relação entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental, buscando estratégias que conciliem o crescimento das cidades com a manutenção de espaços verdes de qualidade.

As praças públicas foram destacadas como espaços fundamentais para a coesão social e identidade local. Além de serem locais de encontro e convívio, as praças desempenham um papel essencial na promoção da interação entre os cidadãos e na construção de comunidades mais unidas e participativas. Portanto, investir na revitalização e manutenção desses espaços é crucial para fortalecer o tecido social das cidades.

A importância das áreas verdes urbanas vai além de seus benefícios físicos e

ecológicos. Os parques públicos e espaços verdes contribuem para a saúde pública, oferecendo oportunidades de lazer, recreação e contato com a natureza. Esses espaços desempenham um papel terapêutico, proporcionando alívio do estresse, melhoria da saúde mental e estímulo à prática de atividades físicas, essenciais para a qualidade de vida dos habitantes urbanos.

A implementação de Planos Verdes e estratégias de gestão integrada dos espaços verdes urbanos é fundamental para garantir a sustentabilidade e a preservação desses ambientes. A hierarquização das ações, a manutenção do equilíbrio entre áreas construídas e áreas verdes, e o acompanhamento constante das intervenções são aspectos-chave para o sucesso dessas iniciativas.

É necessário envolver a comunidade, os setores público e privado, e os especialistas em urbanismo e meio ambiente para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis. Em um mundo cada vez mais urbanizado, onde o concreto e o asfalto predominam, as áreas verdes surgem como oásis de frescor, tranquilidade e saúde nas cidades. Promover a expansão e a preservação desses espaços é essencial para garantir um ambiente urbano mais equilibrado, saudável e agradável para as gerações presentes e futuras. Portanto, é fundamental que governos, instituições e a sociedade como um todo reconheçam a importância das áreas verdes e atuem de forma colaborativa para promover cidades mais verdes, sustentáveis e humanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. D. G. Função social da propriedade ou especulação imobiliária? A aplicação dos instrumentos de ordenamento territorial no município de São Paulo entre 2014 e 2019. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. L.], v. 40, p. 13-25, 2020. DOI: 10.11606/rdg.v40i0.163997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/163997>. Acesso em: 17 out. 2023.

ALVES, Karina de Nazaré Lima et al. **Áreas verdes urbanas em Belém do Pará**: histórico e potencialidades do Parque Ambiental Antonio Danúbio Lourenço da Silva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 2020.

ARRAIS, Aíla Maria Alves Cordeiro et al. Preservação das áreas verdes urbanas: um estudo sobre o Parque Ecológico das Timbaúbas. **NAU Social**, v. 5, n. 8, 2014.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. **Áreas verdes urbanas**: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

BARROS, Alexandre Patrício Silva et al. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida: Uma análise comparativa entre os bairros Terra Firme e Cidade Velha–Belém/PA. **Revista Geoaraguaia**, v. 7, n. 2, 2017.

BUCCHERI-FILHO, A. T.; TONETTI, E. L. Qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas. *Revista Geógrafa*. Curitiba: UFPR, v.6, n.1, p.23-54, jun./2011.

COLCHETE FILHO, Antonio Ferreira; SOARES JÚNIOR, Wellington Araújo. Espaços livres urbanos: marcos teóricos e conceituais para o estudo das áreas verdes nas cidades. **Principia**: Caminhos da Iniciação Científica, v. 18, n. 1, p. 9-9, 2018.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 22, 2011.

DA SILVA, Keila Camila; SAMMARCO, Yanina Micaela. Relação ser humano e natureza: um desafio ecológico e filosófico. **Revista Monografias Ambientais**, p. 01-12, 2015. GIL, Lissandra Guimarães. **A construção de Cascavel-PR**: da formação do pouso às ressonâncias das propostas urbanísticas de Jaime Lerner até 1989. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

GRAÇA, Phillipe Knippel do Carmo; TELLES, Flávio Pereira. A importância dos parques urbanos para a manutenção da biodiversidade e benefícios socioambientais: Uma análise realizada no Parque do Flamengo (Rio de Janeiro). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 13, n. 4, 2020.

HOFFMANN, Rosa Cristina; MIGUEL, Renato Abib Dutra; PEDROSO, Daiane Cristina. A importância do planejamento urbano e da gestão ambiental para o crescimento ordenado das cidades. **Revista de engenharia e tecnologia**, v. 3, n. 3, p. Páginas 70-81, 2011.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Revista Formação**, n.13, p. 139 -165. 2006.

LOMBARDO, M.A. **Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985. 244 p.

MANSILLA, S.L. Diferenciación sócio-espacial em San Miguel de Tucumán: El paisaje urbana como indicador de calidad de vida. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE GEÓGRAFOS, 3., **Anais...** CD. Santiago: Universidade de Chili, 2001.

MACIEL, Tatiane Tagliatti; BARBOSA, Bruno Corrêa. **Áreas verdes urbanas**: história, conceitos e importância ecológica. **CES Revista**, v. 29, n. 1, p. 30-42, 2015.

MATIAS, Alexandre Matos Muniz; COMELLI, Ana Beatriz Alarcon. Pequenas áreas verdes urbanas conseguem contribuir com a conservação da fauna regional? **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 3, p. 2322-2331, 2020.

MAZZEI, Kátia; COLESANTI, Marlene T. Muno; DOS SANTOS, Douglas Gomes. **Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer**. **Sociedade & Natureza**, v. 19, n. 1,

p. 33-43, 2007.

NUCCI, T. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicada ao distrito de Santa Cecília (MSP). Curitiba: o autor, 2.ed. 2008. 150 p.

REIS, Almir Francisco. Preservação ambiental no contexto urbano. Cidade e Natureza na Ilha de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 12, n. 1, p. 45-61, 2010.

SANTANA, Paula et al. **Avaliação da qualidade ambiental dos espaços verdes urbanos no bem-estar e na saúde**. Santana, P.: A Cidade ea Saúde, p. 219-246, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n. 05, p. 74-89, 2016.

SEVERINO, A. J. (2007). **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

**Ideologia e monopolização do
território camponês: as disputas
no espaço agrário do
oeste paranaense**

Edson Luiz Zanchetti da Luz
Djoni Roos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho¹ investiga a produção de frangos de corte, que é realizada majoritariamente por camponeses avicultores através do sistema de integração com as cooperativas da mesorregião Oeste do Paraná. Desta relação entre o campesinato e o capital industrial, temos a combinação de tempos distintos em condições desiguais, e através deste exemplo buscamos demonstrar como se dá o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, onde contraditoriamente a reprodução capitalista se assenta sobre relações não-capitalistas de produção.

Compreende-se que o capital, ao se expandir sobre o campo, pode se territorializar ou monopolizar o território (Oliveira, 2001). Parte-se do pressuposto de que esse segundo processo ocorreu de modo significativo em nosso espaço de estudo onde o capital dominou o circuito produtivo, no entanto, sem desterritorializar a totalidade da classe camponesa, mantendo-a subordinada ao capital industrial.

Considerando que a subordinação e a desmobilização da classe camponesa, assim como a tentativa de invisibilização desse sujeito social, são frutos de uma construção política e ideológica que contribuem para o controle e desenvolvimento capitalista sobre o campo, torna-se central para este trabalho compreender quais são os instrumentos de dominação e de controle que buscam ocultar o conflito de classes e as disputas territoriais presentes na mesorregião Oeste do Paraná e que contribuem para a expansão do capitalismo sobre o campo.

Adotou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico, documental e pesquisa de campo. A coleta de dados junto a entidades e organizações, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Água e Terra do Paraná (IAT) que subsidiaram as informações gerais sobre a área de estudo. Outros dados foram obtidos junto às cooperativas Copagrif de Marechal Cândido Rondon, LAR de Medianeira, C-Vale de Palotina, Primato de Toledo e Coopavel de Cascavel todas da mesorregião Oeste do Paraná, não obtendo retorno positivo da cooperativa Copacol de Cafelândia, PR e da empresa BRF de Toledo, PR.

Sendo que a fonte fundamental de informações foram o trabalho de campo e as entrevistas a camponeses vinculados a avicultura. Para tanto concentramos nossa amostra de pesquisa nos avicultores que dispunham de aviários enquadrados pelo IAT como estabelecimentos de porte micro e mínimo. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2021 e 2022, ao todo, entrevistamos onze famílias camponesas, das quais, nove foram realizadas no município de Marechal Cândido Rondon/PR, duas famílias em Matelândia/PR e uma em São Miguel do Iguçu/PR. Optamos por não citar os nomes dos

¹ Este texto é resultado da dissertação de mestrado, defendida em 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6776>.

entrevistados, a fim de lhes evitar sanções.

OS INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO E CONTROLE DO CAPITAL

A integração entre os camponeses com as empresas processadoras de frango foi implementada na esteira da “modernização” da agricultura, modernização anunciada como a resolução para problemas como a fome nas cidades e a baixa produtividade no campo. No entanto, tais problemas não foram resolvidos, ao contrário, no campo se favoreceu a concentração fundiária, o aumento das grandes propriedades empurrou cada vez mais as pessoas para as cidades e a classe camponesa seguiu resistindo mesmo desassistida pelo Estado.

Estes sujeitos foram conduzidos ao sistema de integração avícola diante de uma necessidade material e ações determinantes que causaram alterações nas relações e no espaço. Mas para isso, os atores hegemônicos tiveram de agir também no imaginário social, a partir da produção de um sistema de ideias, apoiadas e apoiando-se em um conjunto de ações materiais, que propagava o discurso da inevitabilidade da agricultura “moderna”, o que colocava o campesinato diante da única escolha que se apresentava: a de buscar se adequar ao modelo da produção agroindustrial.

Discurso este amplamente difundido no senso comum, revela a opção do Estado brasileiro por este modelo de produção agrícola, o que posicionou o país dentro da divisão internacional do trabalho como um produtor de *commodities*, o que é, para além de um projeto econômico, também um projeto político e ideológico. Implantado por meio de ações que se desdobraram no imaginário social, no qual alicerçaram as bases para a conquista do território material.

Conforme aponta Fernandes (2008), o território pode ser caracterizado em duas vertentes: o imaterial e o material. No entanto sempre se apresentam de maneira conjunta, sendo o território imaterial sustentáculo para a conquista e para o controle do material.

Concordando com Fernandes (2008) que a construção e a sustentação do território se dão por meio de uma relação de poder expressa através do conhecimento e de ideologias, é possível entender que a burguesia se mantém hegemônica no controle do território do Oeste paranaense, diante de ações materializadas fisicamente no espaço e sustentadas por um conjunto de ações não palpáveis, ou seja, através da difusão dos valores e da ideologia da classe burguesa.

Como trazido anteriormente os territórios materiais e imateriais são indissociáveis, no entanto podemos compreender que é na dimensão imaterial do espaço que faz morada a ideologia, e uma vez a burguesia tendo a hegemonia desta dimensão passa-se a construção e estabelecimento de práticas e valores alinhados a classe dominante.

É preciso salientar que, apesar de hegemônica, a burguesia não é soberana. O espaço está em constante disputa, no entanto, de modo desigual, em que muitas das ações se dão através de políticas públicas aplicadas pelo Estado, que foi posto a serviço da burguesia. Assim, criam-se instituições, desenvolvem-se mecanismos e se difundem novos valores a partir da utilização de mecanismos materiais e imateriais.

INSTRUMENTOS DE AÇÃO INTERNA

Exemplo destas instituições são os Comitês e Grupos de Cooperados, através dos quais, as cooperativas buscam criar uma identificação comum, demonstrar que possuem os mesmos valores morais que a família camponesa, tentam humanizar a relação empresarial que exercem.

A Associação dos Comitês de Jovens da Copagril (ACJC), sob a coordenação da Assessoria de Cooperativismo, desenvolve diversos cursos e palestras aos jovens associados, entre outras ações de caráter esportivo e cultural, como a Olimpíada da ACJC e a Maratona Cultural.

As demais cooperativas da mesorregião Oeste também contam com projetos semelhantes, como por exemplo, o Comitê de Jovens da Lar Cooperativa e o Núcleo Jovem da C.Vale. Este projeto da C.Vale traz em seu Regimento Interno (2019) uma relação de objetivos que nos indica a real intencionalidade das ações empreendidas. De maneira geral, os objetivos apresentam-se positivos, buscando um bom convívio como: promover maior integração, participação ativa e difundir valores cooperativistas. Contudo, há também outros objetivos direcionados para a manutenção da hegemonia cultural das cooperativas em relação ao seus cooperados, como: promover a divulgação de novas técnicas, incentivar a participação em cursos e palestras promovidos pela C.Vale, estimular a sucessão familiar e zelar por uma integração saudável do sistema cooperativista, ou seja evitar conflitos.

Além dos grupos de jovens integrados, há também projetos voltados às mulheres, como a Associação dos Comitês Femininos da Copagril (ACFC), que atua em todos os municípios da área de abrangência da cooperativa, tendo cerca de 500 mulheres participantes. O produto destaque deste grupo é a realização bianual do concurso culinário em que os melhores pratos de cada categoria passam a fazer parte do livro de receitas lançado pela Copagril.

A Copacol, por sua vez, tem 21 grupos femininos, formados pelas esposas e filhas dos produtores integrados organizados nos diversos municípios da atuação da cooperativa. A C.Vale também dispõe de um núcleo feminino, a participação neste grupo é condicionada a indicação e aprovação da diretoria e em seu regimento interno, e ainda traz a seguinte condição:

Art. 6º – [...] Não criticar o sistema cooperativista, ser considerada de boa índole e gozar de boa imagem perante os associados(as) de sua comunidade. Não macular de forma direta ou indireta a imagem da cooperativa perante os associados ou a sociedade e não ferir o estatuto social (C.VALE - Regimento Interno – Núcleo Feminino, 2015, p. 4-5).

Ou seja, este espaço, assim como os demais anteriormente citados, não busca o desenvolvimento do pensamento crítico, nem mesmo problematizar sobre conflitos e desafios enfrentados diariamente na relação com a cooperativa, sob o risco do desligamento do grupo.

Ser integrante de tal grupo é um símbolo de distinção social na comunidade local, ao mesmo tempo que este espaço também é um modelador de comportamento, visto que a mulher precisa ter “boa imagem” sob o ponto de vista dos demais associados da cooperativa, e o primeiro passo para isso é: “Não criticar o sistema cooperativista”. Temos, dessa maneira, mais um instrumento de controle e formação ideológica que aparece como espaço de desenvolvimento dos valores cooperativistas.

A AÇÃO DENTRO DAS ESCOLAS

Outro programa de fortalecimento dessa ideologia, que é mantido pelas cooperativas estudadas, é o Cooperjovem, articulado nacionalmente pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), sendo desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), que é uma das entidades que integra o sistema “S”².

No caso da Copagrill, o Cooperjovem é aplicado desde 2006 nas escolas municipais de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Guaíra, todas da mesorregião Oeste do Paraná, abrangendo cerca de 6 mil alunos e 420 professores (COPAGRILL, 2019).

Segundo o informativo da empresa, o objetivo do programa é difundir o cooperativismo e, para isso, buscam a realização de diversas atividades, como cursos, palestras, jogos e dinâmicas, além de distribuição de materiais didáticos, camisetas, entre outros (Figura 1). Uma das ações que ocorrem dentro do programa Cooperjovem é o Prêmio de Redação, que é destinado aos estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Esse evento acontece anualmente, e na edição 2019 o tema foi: “Por que o Cooperjovem merece o ‘Oscar’ da educação?”.

O programa foi interrompido em 2020 em virtude da pandemia, mas conforme noticiado no *site* da Prefeitura Municipal de Pato Bragado, o programa agora retorna já alinhado com a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

² Conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Figura 1 - Material didático Cooperjovem/Copagrill



Fonte: Prefeitura Municipal de Pato Bragado-PR (2022).

Conforme noticiado no *site* da Copagrill, antes do início das atividades letivas, os coordenadores pedagógicos das escolas municipais assistem a palestra de “sensibilização da metodologia do Cooperjovem e terão treinamento de como conduzir os trabalhos do Cooperjovem nas escolas” (COPAGRIL, 2016, n. p.). Nota-se que neste processo de formação política e ideológica, além da Copagrill passar a ser a referência de cooperativa, impõem-se aos professores a maneira e o conteúdo que será trabalhado sobre o cooperativismo, e estes profissionais de ensino – mesmo que inconscientemente – tornam-se os propagadores das ideias da classe dominante.

Para termos uma dimensão do alcance dos programas de fortalecimento do cooperativismo, somente no ano de 2018³, a Copagrill realizou 480 reuniões sociais dos Comitês Femininos, Comitês Jovens e Cooperjovem, envolvendo a participação de mais de 14 mil pessoas (COPAGRIL, 2018). E nos atendo somente ao Cooperjovem, se multiplicarmos os aproximadamente 6 mil alunos que anualmente participam do programa, durante os 13 anos de sua aplicação nas escolas municipais, veremos que mais de 70 mil pessoas tiveram, na sua formação básica, conteúdos voltados para o cooperativismo vinculados à Copagrill.

Já por parte da C.Vale, o lançamento do Cooperjovem 2022 foi no centro de eventos de Palotina-PR (**Figura 2**) e contou com a presença de duzentos professores,

³ O programa continua ocorrendo anualmente, e em 2023 mais de 750 crianças das escolas municipais foram levadas até Associação Atlética Cultural Copagrill (AACC) para o encerramento das atividades desenvolvidas no ano. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/marechal-candido-rondon/mais-de-750-alunos-do-programa-cooperjovem-participam-de-evento-de-encerramento/>.

coordenadores e diretores das escolas de oito municípios da região. Como informado no *site* da Cooperativa: “O evento serviu para a apresentação da nova metodologia e do material didático que serão utilizados com os 1.600 estudantes de quartos anos que estarão envolvidos com o programa a partir do mês de abril” (C.Vale, 2022).

Figura 2 – Lançamento programa Cooperjovem na C.Vale



Fonte: O Presente/C.Vale (2022).

Um importante ponto a ser observado quanto ao Cooperjovem, promovido pela C.Vale, além da informação de que o programa já envolveu mais de 36 mil estudantes em suas 23 edições, é o fato de a edição atual contar com o patrocínio da empresa Adama, que integra o Grupo Syngenta. Essa empresa responde judicialmente a uma ação civil pública pelos danos provocados pela utilização do agrotóxico 2.4-D (MPRS, 2021).

A manchete da reportagem da Figura 2 nos mostra que o programa desenvolvido pela cooperativa visa orientar os alunos sobre sustentabilidade, o que nos faz pensar sobre que tipo de sustentabilidade uma empresa fabricante de agrotóxico, comprovadamente danoso para a vida, busca desenvolver. Possivelmente visa garantir, em primeiro lugar, o modelo destrutivo desenvolvido pelo agronegócio, mas sob a roupagem do “novo”.

De modo semelhante com o que ocorre nas demais cooperativas, a **Figura 3** a seguir,

nos mostra uma ação promovida pelo programa Cooperjovem, da cooperativa LAR, no município de Missal/PR, também buscando o envolvimento dos alunos, as famílias e comunidade. Para tanto, promovem palestras e treinamentos para o corpo docente e para a comunidade escolar.

Figura 3 – Crianças participando do “Show de cooperação” promovido pela LAR



Fonte: LAR (2018).

Pode-se observar que os projetos educacionais desenvolvidos pelas cooperativas dentro das escolas municipais (com início ainda na infância e continuados por meio dos comitês e projetos de fortalecimento do cooperativismo) introduzem os jovens do campo a ideologias voltadas ao (agro)negócio que são ditadas pela lógica do mercado, visando, em primeiro lugar, o negócio através da exploração do agro, que além de impossibilitar uma educação integral e libertadora, também oferece uma gradativa perda dos saberes geracionais em detrimento ao conhecimento técnico, que intensifica a subordinação e a dependência destes sujeitos ao capital.

No desenvolvimento desses programas, oculta-se o essencial, que é o processo de formação ideológica que ocorre, ou seja, transformar as ideias da classe dominante para a sociedade como um todo, fazendo com que a aparência social tome lugar da realidade vivida. “Para que isto ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação,

da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis” (Chauí, 2008, p. 46).

Ainda conforme Chauí (2008), para essa formação ideológica ser efetiva, é preciso que os membros da sociedade percebam que as características comuns a todos sejam mais relevantes do que as diferenças sociais existentes, deixando, dessa forma, de considerar o conflito de classes existente.

É preciso ressaltar que este projeto de formação ideológica que atua na multidimensionalidade do espaço não visa apenas a realização de lucros a curto prazo, nem somente a difusão e expansão do nome das cooperativas. Tais programas operados pelas cooperativas expressam os valores da classe dominante e objetivam alcançar a subjetividade dos sujeitos presentes neste espaço. Uma vez tendo atingida esta dimensão do espaço, passam a difundir o novo-velho modo de pensar e agir. Tal modo que é caracterizado por uma fachada moderna que esconde um pensamento conservador, de incentivo ao individualismo e à intolerância, que coíbe a organização social.

Evidência de cooptação da subjetividade e alinhamento com o pensamento conservador pode ser verificada em nossa área de estudo, com a votação obtida pelo então presidente da república Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018 e 2022. Ainda que tal fato não se explique somente pela escala local, a expressiva votação é vista como uma obediente resposta aos chamamentos realizados pelas cooperativas.

A diversos mostras desses chamamentos realizados, entrevistas concedidas nas rádios locais, *outdoors* patrocinados pelos Sindicatos Rurais Patronais da região, reuniões internas, exemplo mais evidente disto é a Carta Aberta⁴ escrita pelo presidente da Cooperativa Lar e publicada pelos jornais locais em que, abertamente, pede votos para a reeleição de Jair Bolsonaro. Tais exemplos não foram exclusivos à nossa área de estudo, mas tiveram aqui grande aceitação do projeto defendido, diante da identificação que fora construída ao longo dos anos com ajuda dos programas de formação desenvolvidos.

A realização dessa formação continuada, por parte das cooperativas, não ocorre de maneira isolada, e muito menos é uma ação pioneira deste empreendimento. Há uma série de outros exemplos de iniciativas “educacionais” por parte de empresas privadas que, utilizando-se das ferramentas estatais, contribuem para perpetuação de não somente um modelo hegemônico de agricultura, mas também um modelo de sociedade.

A nível estadual, podemos citar o Agrinho, iniciativa da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que desde os anos 1995 é desenvolvido dentro das escolas do Paraná⁵, tendo atingido

⁴ A Carta motivou uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Foz do Iguaçu – PR em 2022 e resultou além de uma retratação pública também uma multa de R\$ 500 mil por assédio eleitoral. Disponível em <https://abrir.link/pgzoS>.

⁵ Em novembro de 2023 durante a 20ª Jornada de Agroecologia foi publicizada uma nota de repúdio à cooperação entre a Superintendência do Ministério do Trabalho no Paraná e a FAEP para execução do Programa Agrinho.

mais de 1,5 milhões de alunos. Na atual conjuntura de crise sanitária e social intensificada pela pandemia do Covid-19, momento da história em que o tecido social se torna fino e transparente, deixando à mostra as desigualdades presentes na sociedade, estes programas tornam-se ainda mais vitais para os donos poder.

E ao voltarmos nossos olhos para a edição de 2022 do “Concurso Redação Paraná Nota 10”, é evidente a ênfase no prêmio a ser ofertado, Agrinho premiará estudantes com *smartphones* (2022), diz a manchete publicada na página da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná e replicada por vários jornais do estado. Tal ênfase não é por acaso, diante dos números que a pesquisa realizada em 2020 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), observa-se que a falta de dispositivos, como por exemplo computadores e celulares, e acesso à internet nos domicílios dos alunos, foram dificuldades relatadas por 88%⁶ dos entrevistados nas escolas do Sul do Brasil.

Longe de resolver essa abissal desigualdade quanto ao uso e acesso às tecnologias de informação, tal “recompensa” pela participação neste concurso reforça as amarras do tecido social fragilizado, pois usa-se desta necessidade real dos estudantes, os *smartphones*, objetos de desejo e ferramenta de afirmação social, para seduzir estudantes e professores a participarem do concurso “Redação Paraná Nota 10 – Agrinho 2022”.

Não é surpresa o tema da redação tratar da “Sustentabilidade Ambiental”, assunto frequente nos discursos empresariais e governamentais da atualidade, que, no entanto, se trata de uma falácia, pois a sustentabilidade em questão é do modo de produção capitalista, e não do ambiente.

Tanto o prêmio ofertado como o tema escolhido mudam conforme a tendência do momento, há uma questão mais profunda e sólida a nos atermos, que é a parceria entre o Sistema FAEP/SENAR-PR e o governo do estado para a efetivação deste programa. Tal parceria entre o estado paranaense e os 173 Sindicatos Rurais Patronais que compõem a FAEP já ocorre há 27 anos, e revela a gravidade desta questão, evidenciando como a classe dominante utiliza-se das ferramentas públicas de ensino para promover e consolidar o modelo de agricultura empresarial.

Alentejano (2021) aponta que parcerias como esta apresentada, fazem parte de um conjunto de ações que compõem a ofensiva do agronegócio sobre a educação, tal ofensiva é expressa para além do grande número de programas e projetos como o Agrinho e pelo quantitativo de fechamento de escolas no campo.

Estes exemplos trazidos retratam a atuação das empresas e entidades patronais na educação básica, mas há exemplos destas “parcerias” em que as cooperativas empresariais

⁶ Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/dificuldade-dos-pais-para-apoiar-alunos-e-falta-de-acesso-a-internet-foram-desafios-para-ensino-remoto-aponta-pesquisa-tic-educacao/>. Acesso em janeiro 2023.

também atuam no ensino superior, tendo como objetivo a formação de profissionais que atuem em prol do “desenvolvimento e inovação no setor do cooperativismo agroindustrial” (Fundação Araucária, 2020). Este edital⁷ que discorre sobre o Programa de Pesquisa e Inovação Fundação Araucária & LAR Cooperativa, esclarece que os recursos financeiros serão de duzentos mil reais, sendo metade deste valor custeado pela Cooperativa LAR, e a outra metade pela Fundação Araucária.

O que chama a atenção aqui é novamente o uso de recursos públicos por meio da fundação estadual para desenvolver pesquisas de interesse direto do agronegócio, uma vez que a avaliação de relevância dos projetos será realizada por uma comissão instituída por diretores da LAR Cooperativa.

Chã (2018) enumera outros programas que ocorrem a nível nacional, como o Agronegócio na Escola (Associação Brasileira de Agronegócio), o Projeto AGORA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), a Comunidade Educativa da BUNGE, o SYNGENTA Escola no campo, o DuPont na Escola e o Escola Germinare do Grupo JBS. Além destes programas, há também o recente movimento “mães do agro” que se propõe a fiscalizar o conteúdo dos materiais didáticos e a atuação dos professores que criticam o agronegócio.

Estes são alguns dos principais projetos desenvolvidos dentro das escolas que contribuem para a difusão do paradigma empresarial na sociedade brasileira. São instrumentos de formação política e ideológica da classe dominante transvestidos de ferramentas educacionais. Tais mecanismos constroem, no território imaterial, no imaginário social, um campo harmônico e homogêneo, escamoteando os conflitos socioambientais e contribuindo para a manutenção do controle do território.

A AÇÃO REGIONAL POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Outro mecanismo de formação ideológica e controle territorial em nossa área de estudo se dá através de programas de rádio. Este indicativo torna-se relevante pois vai além de uma publicidade comum, são comunicações com horários predefinidos que ocupam lugar na grade de programação de algumas emissoras da região. Os programas e emissoras e horários identificados estão listados na Tabela 1.

⁷ Disponível em <https://www.faprr.pr.gov.br/Noticia/Araucaria-e-Lar-Cooperativa-Agroindustrial-lancam-chamada-publica-com-o-recurso-de-R200-mil>. Acesso em 20 ago 2022.

Tabela 1 - Programas de rádio das empresas e cooperativas do Oeste paranaense

Rádio	Canal	Empresa/ Cooperativa	Município	Horário
Rádio Educadora	Am 630	Copagril	M. C. Rondon	13:00
Rádio Difusora	Am 970	Copagril	M. C. Rondon	12:00
Rádio Tropical	Fm 106,3	Copagril	Quatro Pontes	11:50
Rádio Cristalina	Fm 103,7	Coamo	Nova S. Rosa	12:00
Rádio União	Am 900	Coamo	Toledo	12:00
Rádio Vale Verde	Fm 96,5	Coamo/Copacol	Jesuítas	11:45
Rádio Crystal	Fm 100,1	Copacol	Cafelândia	11:50
Rádio Vale Verde	Fm 96,5	Copacol	Assis C.	11:45
Rádio Amiga	Fm 101,3	Copacol	Formosa do O.	11:50
Rádio Pioneira	Fm 98,9	Copacol	Formosa do O.	11:50
Rádio Club	Am 1570	Copacol	Nova Aurora	11:50
Rádio Pitiguara	Fm 92,1	C. Vale	Assis C.	11:50
Rádio Palotina	Fm 87,9	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Clube	Fm 99,3	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Continental	Am 570	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Cultura	Am 1520	C. Vale	Palotina	11:50
Rádio Terra Brasil	Fm 102,5	C. Vale	Terra Roxa	11:50
Rádio Grande Lago	Am 580	LAR	Santa Helena	12:00
Rádio Terra das Águas	Fm 93,3	LAR	Santa Helena	
Rádio Independência	Fm 92,7	LAR	Medianeira	12:00
Rádio Matelândia	Am 1240	LAR	Matelândia	12:00
Rádio Massa	Fm 97,9	LAR	Céu Azul	12:00
Rádio Jornal	Am 1400	LAR	São M. Iguaçu	12:00
Rádio Costa Oeste	Fm 106,5	LAR	São M. Iguaçu	
Rádio Guaíra	Fm 89,7	LAR	Guaíra	*
Rádio Guaçu	Am 810	*	Toledo	Sáb -11:45
Rádio Integração	Am 1380	Prímato	Toledo	*

*Tem patrocínio, mas não tem informativo na grade de programação

Fonte: Site das empresas e rádios da mesorregião oeste; Anatel – Cadastro de Frequência Modulada, Ondas Curtas. Médias e Tropicais. Org. LUZ; E. L. Z. (2022).

Neste processo de verificação da programação, dois pontos chamaram a atenção, o primeiro é de que das rádios pesquisadas, mesmo aquelas que não contam na sua programação com um informativo direcionado a alguma empresa ou cooperativa do Oeste

paranaense, tem em sua grade algum programa que faz menção à agricultura ou ao “homem do campo”.

O segundo ponto observado é que em algumas estações, como na Rádio Cristalina, do município de Nova Santa Rosa, também fixam em sua programação o programa “O Homem e a Terra”, produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e, conforme aponta o *site* do IDR, é veiculado de segunda à sexta-feira por mais de 114 emissoras do estado do Paraná, estando no ar há mais de 45 anos, desde 10 de maio de 1976.

Nessa consulta pode-se perceber que algumas cooperativas como a Lar, Copagrill e C.Vale, disponibilizam em seus *sites* a programação e os horários que seus informativos são veiculados e em qual emissora a transmissão é feita. No caso da Cooperativa LAR, como vemos na **Figura 4**, é informado ainda, um detalhamento por temas que serão abordados durante toda a semana, além disso, o arquivo do informativo em áudio é disponibilizado no *site* da empresa.

Figura 4 – Programação e tema dos informativos LAR



RÁDIO LAR

Informações e serviços para família associada. De segunda a sábado, um programa novo para você, sintonize



Programação:

- 2ª Feira** – Comentário sobre o Mercado Agrícola;
- 3ª Feira** – Orientações técnicas sobre a agricultura e Balcão de Negócios;
- 4ª Feira** – Entrevista com o Diretor-Presidente Irineo da Costa Rodrigues;
- 5ª Feira** – Orientações técnicas e entrevistas sobre a pecuária;
- 6ª Feira** – Entrevistas e Notícias sobre os fatos da semana;
- Sábado** – Participação da Liderança do Comitê Educativo Central, Coordenação do Comitê Feminino e Comitê de Jovens.

Emissora	Canal	Horário
Rádio Grande Lago	580 AM	12:00
Rádio Independência	92,7 FM	12:00
Rádio Matelândia	1240 AM	12:00
Rádio Massa FM	97,9 FM	12:00
Rádio Jornal	1400 AM	12:00

Fonte: LAR (2022).

Como vemos na figura apresentada, que traz o tema dos programas produzidos pela LAR e transmitidos durante a semana, o conteúdo trata de assuntos técnicos e informativos. De maneira direta não aparece uma propaganda da empresa, e sim informações

úteis para os associados à Cooperativa, de modo similar, é o que também acontece com os informativos produzidos pelas outras cooperativas da mesorregião Oeste.

O papel que o rádio exerceu enquanto instrumento de formação ideológica na mesorregião Oeste do Paraná, sobretudo em Marechal Cândido Rondon, é trabalhado de maneira mais aprofundada por Schlosser (2001; 2005) que trata da temática da modernização agrícola no Oeste paranaense e faz a análise do discurso produzido pela Rádio Difusora. Esses trabalhos nos mostram a fundamental importância que o rádio teve para o processo de modernização da agricultura, também evidenciam a maneira como a Cooperativa Copagril torna-se agente local da transformação agrícola, tendo a Rádio Difusora como um instrumento deste processo. Ainda que os estudos elencados aqui limitem-se a relacionar a atuação da Rádio Difusora e a cooperativa Copagril, cabe ressaltar que isso não ocorreu de forma inédita ou isolada.

O rádio consagrou-se como um dos veículos de comunicação mais populares, sobretudo no meio rural, e desde a década de 1950 os empresários já reconheciam o importante papel deste meio de comunicação diante da grande capilaridade com que atingia os mais diversos espaços, fato que motivou a compra da Rádio Rural de Concórdia/SC, em 1956, pelo Grupo Sadia, passando fazer uso deste veículo para comunicar-se com os integrados à empresa (Amador, 2010).

No caso da empresa Sadia, antes da aquisição da rádio, ela utilizava outros meios para comunicar-se com os integrados, como jornais e boletins informativos, mas de acordo com Atílio Fontana, os efeitos não eram satisfatórios, porque os agricultores pouco liam e tinham dificuldades de interpretar e assimilar os ensinamentos ali divulgados (Fontana, 1980). Neste exemplo, diante da atuação enquanto parlamentar e empresário, fica evidente que os efeitos esperados iam além das instruções técnicas ou operacionais.

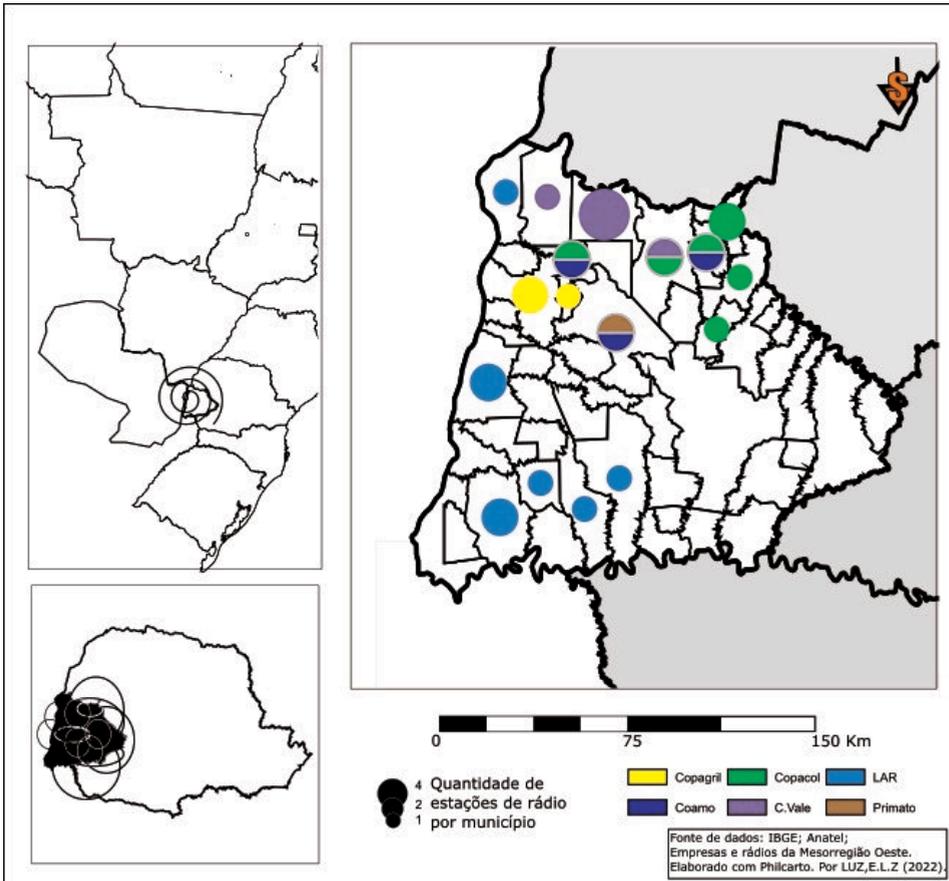
Analisando o momento presente e o contexto local, é perceptível que os interesses corporativos que justificam a veiculação diária de informativos nas respectivas rádios também vão além de informações técnicas, instruções e práticas de manejo direcionadas aos seus associados e integrados, ou seja, o público interno.

Como vimos por meio da Tabela 1, este modelo de negócio e estratégia de comunicação é, ainda hoje, utilizado pelas cooperativas da mesorregião Oeste paranaense, e por meio dos dados obtidos, elaboramos o Mapa 1, que possibilita uma análise espacial da maneira como o rádio serve de instrumento de dominação e controle do território.

O Mapa 1 evidencia a localização das estações das rádios, de onde ocorrem as transmissões dos informativos das cooperativas estudadas, mas, como sabemos, as ondas de rádio não se atêm a limites municipais, divisas estaduais ou mesmo as fronteiras nacionais. Deste modo, na parte esquerda deste mapa buscamos representar a área de estudo no contexto estadual e nacional, sendo possível, assim, observar que a propagação dos

informativos das cooperativas vai além de suas áreas de abrangência, ampliando a territorialidade destes empreendimentos e reforçando o controle territorial exercido em suas áreas de atuação.

Mapa 1 – Localização das estações de rádio com programas informativos das cooperativas da mesorregião Oeste do Paraná



Fonte: Site das cooperativas e rádios; Anatel (2022); Org. Luz; E. L. Z. (2022).

Ao compararmos o Mapa 1, que nos mostra a localização das estações de rádio, com a área de abrangência das cooperativas avicultoras da mesorregião Oeste, é possível constatar a correspondência estabelecida entre a localização das cooperativas e a localização das estações de rádio. Colocando de maneira mais clara, temos, por exemplo, no município de Palotina, que corresponde a área de atuação predominante da C.Vale, rádios que veiculam os informativos referentes à cooperativa local.

Mesmo que não façamos uma detalhada análise do discurso presente nos informativos

replicados pelas rádios, é possível constatar que estas inserções diárias atingem não somente aos camponeses integrados às cooperativas, e sim toda a comunidade, e diante do serviço de utilidade prestado (previsão do tempo, cotação da moeda, valor da saca etc.), contribuem para que estes empreendimentos se tornem parte do cotidiano das pessoas presentes na área de alcance das rádios.

Por meio das inserções diárias as cooperativas desenvolvem uma certa onipresença no espaço, onde cada uma delas trata de assuntos peculiares a suas áreas de atuação e conjuntamente estabelecem um oligopólio das informações prestadas. Os assuntos pautados carregam normas e informações sobre as tecnologias disponíveis, qual maquinário é melhor, que tipo de manejo deve ser realizado, os insumos que devem utilizar. Trazem sobretudo informações orientando como as pessoas presentes neste território dominado pelas cooperativas devem servir.

Ao mesmo tempo que os programas comunicam e orientam aos camponeses enquanto cooperados, os nega enquanto sujeitos políticos, enfatizam o “novo” ocultando-lhes a sua própria história. Difundem uma visão de mundo míope para as injustiças, desigualdades e a luta pela terra. Buscam formar colaboradores, que não se reconheçam como classe camponesa, mas como empresários do campo, parte integrante das cooperativas.

Os informativos diariamente trazem mensagens fracionárias de aparente utilidade pública, mas que ao juntar-se contribuem para a perpetuação do controle do território pelo capital, muitas das vezes tais mensagens são percebidas pelas lacunas deixadas e os silêncios presentes. No entanto em determinados períodos aparecem de maneira direta, deixando evidente a utilização dos programas de rádio como mecanismos de controle.

Exemplo disto foi o programa Rádio Lar Cooperativa, transmitido em 5 de outubro de 2022 em que o diretor Sr. Irineo da Costa Rodrigues pede votos ao candidato Jair Bolsonaro e afirma que a cooperativa corria risco caso Lula vencesse as eleições. Tal episódio tornou-se prova material do inquérito (n.º 000244.2022.09.006/7)⁸ instaurado pela Procuradoria do Trabalho no Município em Foz do Iguaçu comprovando a existência de pressão e coação configurando o assédio eleitoral.

Os programas de rádio que analisamos, juntamente aos demais projetos vistos, os grupos e comitês de cooperados que coíbem o pensamento crítico, como o Cooperjovem aplicado dentro das escolas municipais da mesorregião, configuram-se enquanto instrumentos de controle do território pelo capital. Promovem ações que desenvolvem o sentimento de pertencimento dos camponeses integrados para com as cooperativas em sua área de atuação, ao passo que incutem nestes sujeitos um paradigma empresarial ditado pelo mercado global e reproduzido localmente.

⁸ Disponível em https://www.prt9.mpt.mp.br/images/arquivos/materias/2022/10.24_Cooperativa_Lar.pdf. Acesso em 25 jan. 2023.

Vimos ao longo do trabalho como o avanço do capital sobre o campo recria e subordina relações não-capitalistas para sua reprodução, apresentamos vários mecanismos utilizados pelas empresas e cooperativas regionais visando a conquista e o controle hegemônico do espaço. Diante de tal cenário apresentado, cresce a importância de ressaltarmos a capacidade de resistência dos camponeses presentes em nossa área de estudo.

As famílias camponesas que visitamos e entrevistamos não realizam enfrentamentos através de movimentos ou sindicatos, ainda assim foram observadas diversas práticas inerentes a classe camponesa que revelam a resistência desses sujeitos, que mesmo sob o jugo do capital, recusam-se a ver a terra somente como mercadoria.

Ao realizarmos uma entrevista com um camponês do município de Matelândia/PR (área de abrangência da LAR), foi possível identificar diversos elementos comuns entre este e outro camponês de Marechal Cândido Rondon/PR. Ambos já com quase sessenta anos e ao menos trinta anos trabalhando com a avicultura, proprietários de estabelecimentos menores que 30 hectares, e os dois, mesmo não tendo concluído os estudos no Ensino Médio, possibilitaram aos filhos a formação superior.

Nota-se nesta breve comparação, que as características gerais destes camponeses avicultores são muito parecidas, o que muda então é o município de residência e a visão sobre a cooperativa LAR, enquanto o avicultor de Marechal Cândido Rondon compreende a LAR como uma “enorme”, “empresa grande”, para o avicultor de Matelândia, a LAR é uma “cooperativa local, a que melhor paga e valoriza os integrados” (S. G., Matelândia, 2022).

Este julgamento subjetivo é fruto das vivências do cotidiano, intensificado pelas ações de fortalecimento empreendidos pelas cooperativas, diante da presença diária através de programas de rádio, por meio dos grupos de cooperados ou ações dentro das escolas municipais, que fortalecem os laços e criam uma grande identificação um sentimento de pertencimento que se relaciona intimamente com o lugar e com os agentes de transformação locais.

Tal comparação torna-se pertinente, pois, no final de 2020, houve um processo de intercooperação entre a LAR (Medianeira-Pr) e a Copagrill (Marechal Cândido Rondon-Pr), que em suma consistiu na aquisição, por parte da LAR, de todo setor avícola da Copagrill. Em breve, é muito provável que a visão dos camponeses entrevistados (ex-integrados da Copagrill), em relação à LAR, também seja alterada. Diante das ações empreendidas pela cooperativa nesta nova área de atuação.

Uma segunda questão ainda em relação à entrevista do senhor E. H. de Marechal Cândido Rondon, é a comparação da empresa LAR com o comunismo, e que na visão dele seria algo ruim, “você tem só um número, tem que fazer o que eles mandam”. Isso corrobora com o entendimento de que acima dos processos de formação ideológica encabeçados pelas cooperativas a níveis locais e regionais, estes camponeses estão submetidos a um amplo

processo de formação ideológica que muito se liga aos interesses políticos e econômicos dos empresários que possuem o controle hegemônico da indústria agropecuária.

Podemos compreender isso ao vermos como era o pensamento e atuação do político e empresário Atílio Fontana, um dos fundadores da empresa Sadia. Amador (2010) revela que a gestão do então vereador Atílio como presidente da câmara municipal de Concórdia/SC em 1948, ficou marcada pela cassação dos parlamentares eleitos pelo partido comunista, e já em 1964, enquanto senador, dizia temer a implantação do comunismo por João Goulart, e deu graças a Deus pela “revolução” de 1964 ter impedido isso.

Este exemplo nos dá uma amostra de como o pensamento de um dos empresários que contribuíram para a definição da política econômica brasileira é reproduzido pelos sujeitos que produziram a riqueza acumulada por estes empresários. Ou seja, os mecanismos que os vincula economicamente também conta com um aparato ideológico.

Para além do pensamento hegemonizado ou falta de consciência política nestes camponeses avicultores, isto nos leva a uma outra questão, que é a ambiguidade da condição camponesa em que ao mesmo tempo que é trabalhadora, também é proprietária dos meios de produção. Sobre isso, Paulino e Almeida (2010) afirmam que:

[...] nosso entendimento desta situação de ambiguidade que marca a trajetória camponesa: por um lado, luta por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terra; por outro, luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos do seu trabalho e contra a ameaça de expropriação (Paulino; Almeida, 2010, p. 27).

Ainda conforme as autoras, a classe camponesa tem uma existência social marcada pela radicalidade e pelo conservadorismo. Indicações desses valores conservadores podem ser percebidos diante da participação destes camponeses avicultores no Sindicato Rural Patronal, e mostras desta consciência trabalhadora são dadas em posicionamentos que protestam contra o modo que as cooperativas estão organizadas.

Como evidenciado na fala do camponês entrevistado: “antes tinha um cooperativismo, hoje é tipo empresa, só que pra eles, as integradoras, não interessa se o cara tá com uma dívida de um milhão ou dois, interessa que o cara está produzindo frangos pra eles” (G. L., Marechal C. Rondon, 2021).

Outro exemplo é quando questionados sobre a participação nas assembleias promovidas pela cooperativa Copagrill, a resposta nos sugere que estes sujeitos estão atentos aos diferentes interesses que coexistem nestas instituições.

As cooperativas aquilo hoje é uma coisa bem dirigida, bem vamos dizer assim... Não é uma coisa discutida, é uma coisa que a diretoria planeja lá e daí fala pros associados. Fala, fala, fala... Pergunta você tem muito pouco pra fazer, depende das perguntas que você faz nem gostam, você acaba meio sendo marcado. Então eu já nem vou, se é pra ir lá escutar o blá, blá, blá dos

dirigentes eu nem vou (E. H., Marechal C. Rondon, 2021).

Vejamos que essa condição ambígua, em certos momentos, os situa ao lado do empresariado, reproduzindo o discurso da elite agrária e agindo de modo conservador, defendendo a propriedade privada, mas é também esta condição ambígua que os permite resistir enquanto classe social, buscando alternativas para a sua reprodução social e resistindo através do trabalho familiar.

Esta condição ambígua que em certos momentos revela-se contestadora e, em outros, de posicionamentos conservadores, também é possível ser verificada nas instituições representativas de classe, como por exemplo a Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aaviopar). Essa entidade, fundada em 2007 em Toledo-PR, e que desde o início de sua formação mantém fortes ligações com os setores patronais (Heck, 2017). Ainda que Aaviopar tenha sido gestada dentro do Sindicato Patronal Rural de Toledo, ela apresentou reivindicações junto a empresa BRF, que do ponto de vista dos camponeses contribuíram para os pequenos avicultores. Tal pleito, lembrado na entrevista de E. F., era de que para a empresa integradora intermediar o financiamento dos aviários junto aos bancos, haveria de comprovar a residência na propriedade e já trabalharem com avicultura.

Aquela vez ficou inviável né, então o pessoal falou: pera lá! Vamos fazer o seguinte: vamos dar chance aos pequenininho, vocês esqueceram que quem começou lá a 30 anos atrás foram os pequeninhos, né? Tanto é que está no nome do meu irmão isso ali, né? [Isso foi a associação que reivindicou?] Sim, a Aaviopar. Falaram assim: vamos dar preferência pra quem já tenha. Mas aí quando fizemos eu ficava mais na lavoura e aí falei pro meu irmão faz lá, já está na cidade fica mais fácil pra correr atrás das coisas. Fizemos, mas aí o pai teve que fazer uma cartinha dizendo que nós trabalhávamos junto na propriedade, se não o banco... não dava certo. Esse nosso aqui é a BRF é avalista, é o último modal que era um projeto deles, nós demos terra igual de garantia, mas a BRF intermediou (E. F., Marechal C. Rondon, 2021).

Tal reivindicação relatada pelo entrevistado indica ser uma pauta da Aaviopar. No dia 2 de outubro de 2021 em entrevista realizada pela Rádio Integração de Toledo-PR, o presidente desta associação demonstrou preocupações com as grandes expansões que trazem os modelos modais (vários aviários em uma mesma propriedade), de acordo com ele “[...] esses modelos de grandes produções, de volumes, eles acabam muitas vezes não oportunizando pro pequeno produtor, são investidores, grandes investidores que estão na atividade” (Copini, n.p. 2021).

Para além disso, Copini (2021), assim como já feito pelos nossos entrevistados, retratou a atual conjuntura da atividade avícola através do exemplo a seguir:

Nós temos modais, onde você conhece no Norte do Paraná, onde o dono sequer conhece a granja dele. Ele está lá em São Paulo, né? [Comentário do radialista: é a realidade do Agro hoje] Exatamente, então lá tem vinte, trinta, quarenta aviários e o cara gerencia pelo computador lá

em São Paulo, né? E a gente fala assim, quantas propriedades poderiam estar inseridas nesse contexto, né? Então, nós como associação, nós como produtores, nós como apaixonados pela atividade, nós queremos... A avicultura nasceu da pequena e média propriedade e aí evoluiu para grandes propriedades e grandes investidores, então isso nos preocupa. Somente quem pode resgatar isso são as cooperativas (Copini, 2021, n.p. grifo nosso).

Este panorama trazido demonstra a diversidade de sujeitos presentes na avicultura, pequenos produtores com trabalho familiar que vislumbram na atividade uma maneira de permanecer na terra, tendo que competir com grandes investidores que visam apenas o lucro da atividade. No trecho em destaque, temos o questionamento sobre a quantidade de camponeses que perdem a oportunidade de trabalho devido à implantação de modais como o citado. Isso sinaliza uma atenção quanto a parte social da atividade avícola, mas também é uma fala complexa, sobretudo se analisarmos o contexto em que foi dita. Na ocasião, o presidente da Aaviopar estava acompanhado de um responsável técnico da Cooperativa Primato, justamente para divulgar que esta Cooperativa irá iniciar as atividades com frango integrado. Ao final da fala, Copini afirma que somente as cooperativas podem resgatar essa essência da atividade avícola que oportuniza a participação de pequenos produtores. Ou seja, apesar de em primeiro momento o presidente da Aaviopar sinalizar a defesa dos pequenos avicultores, no fundo ele estava divulgando os interesses da Cooperativa Primato que, assim como as demais tratadas anteriormente, também se trata de uma cooperativa empresarial.

O intrigante dessa entrevista é que na continuidade da conversa o responsável técnico da Primato comenta que em muitos casos o manejo, a presença do produtor e a dedicação superam a tecnologia defasada. Um discurso que pode ser compreendido como anti-mercado, que em primeiro lugar visa defender os interesses dos sujeitos que não teriam condições de arcar com altos investimentos. No entanto, quem faz a fala é um representante de uma das Cooperativas empresariais do oeste do Paraná e, ainda que possuam uma relação mais próxima com os avicultores integrados, ela também visa extrair a renda camponesa. E neste caso o que pode ler nas entrelinhas é que o “manejo, presença e dedicação”, que sempre fizeram parte do trabalho familiar camponês, continuam presentes, no entanto o que muda é apropriação dos resultados deste trabalho que passa ser feita pelo capital.

Disto conseguimos exemplificar de que maneira o capitalismo se alicerça na subtração da renda camponesa. Verificando mais uma vez como a essência do capitalismo no Brasil está nas relações não-capitalistas e neste interstício é que se dá a permanência e recriação camponesa no território através da avicultura integrada, pois uma vez as empresas e cooperativas tendo o controle do espaço, inclusive com os sindicatos e associações de classe sob o seu jugo, passam a ser alternativa que resta ao campesinato e convém ao capital que é a exploração do trabalho familiar e extração da renda camponesa. Deste modo

se encontra a classe camponesa vinculada a avicultura na mesorregião oeste paranaense, numa condição de subordinação, mas também de resistência.

Uma resistência silenciosa, expressa em pequenos atos do cotidiano baseados em relações de amizade, parentesco, vizinhança, revelando que embora dominados e subordinados ao capital industrial, ainda preservam práticas camponesas não mediados pelo capital. Práticas também do interesse das cooperativas, pois assim é possível maximizar os lucros. Mas acima de tudo são ações que revelam certo poder de decisão, uma relativa autonomia presente nesses sujeitos, que afronta não acatar as novas práticas de manejo impostas, que ultraje pensar e decidir encerrar as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa, nos aproximou dos sujeitos que sustentam a produção agropecuária da mesorregião Oeste do Paraná, sendo possível deste modo compreender como se dá a relação entre o campesinato e as indústrias avícolas, entendendo de que maneira a subordinação ao capital pode também se tornar estratégico para a classe camponesa.

O camponês avicultor que estudamos neste trabalho exemplifica uma das formas de resistência contraditória, pois apesar de ser uma relação não tipicamente capitalista, ela é recriada pelo capital, fruto das contradições deste modo de produção que se reproduz ante a exploração de relações não-capitalistas.

Os resultados do trabalho ajudam a compreender de que maneira o avanço do capital sobre a terra determina os movimentos do camponês no espaço. Sendo a disputa e controle deste espaço a questão central do trabalho, assim investigamos alguns dos mecanismos utilizados pelas cooperativas da mesorregião Oeste paranaense para a manutenção deste domínio territorial. Enquanto instrumentos de controle e formação ideológica aparecem os grupos e comitês organizados pelas cooperativas que sob o escopo de desenvolver os valores cooperativistas, enraízam normas de conduta e padrões de comportamento em seus cooperados. Outro mecanismo de formação ideológica que se soma a este, ocorre por meio do rádio que através de informativos diários veiculados, indo além da publicidade comum, contribuem para o desenvolvimento da identificação com a cooperativa, estimulam um sentimento de pertencimento das cooperativas com seus respectivos espaços de atuação.

Agindo de modo conjunto a estes instrumentos de controle, analisamos os projetos educacionais desenvolvidos pelas cooperativas que levam para dentro das escolas municipais materiais “pedagógicos” que vão na contramão de uma educação libertadora, introduzem nas crianças ideologias voltadas ao agronegócio, ditadas pela lógica do mercado e que busca invisibilizar os sujeitos, as lutas e a desigualdade estrutural presente no

espaço agrário.

Se a construção e a sustentação do território se dão por uma relação de poder, os projetos como o Cooperjovem desenvolvido pelas cooperativas são a expressão deste poder-conhecimento, citamos no trabalho outros exemplos como o Agrinho, sendo ações que transcendem a escala local articulam-se nacionalmente e compõem a ofensiva do agronegócio sobre a educação. No conjunto destas ações é que se estabelece a monopolização e o controle do território pelo capital, por meio do processo de formação ideológica que ocorre em que a realidade vivida passa a ser vista sob a ótica da classe dominante, fortalecendo uma aparência social que mascara o conflito de classes existente, dissemina a lógica mercadológica, esconde a precarização do trabalho, as desigualdades sociais e a mercantilização da natureza.

A monopolização do território pelo capital extrapola as esferas da produção, atinge não somente espaços vinculados a infraestrutura, mas também na produção das ideias, nos espaços de socialização, nos assuntos do cotidiano através dos mecanismos de controle ideológico.

REFERÊNCIAS

ANATEL. **Consulta Estações por Localidade**. – Sistemas Interativos. Disponível em <https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E&SISQSmodu=16587>. Acesso em: 03 maio 2022.

AMADOR, M. C. P. **A colonização da pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

ALENTEJANO, P.; *et al.* **A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica**. - Terra Livre, São Paulo, V. 1, nº 57, 2021. p. 433-470.

BRF. **Relatório Integrado 2020**. Toledo – PR. MagentaLab, 2021, 195p.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – São Paulo, 2013.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, 119p.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COPACOL. **Relatório do conselho de administração 2020**. Cafelândia - PR, 2021, 70p.

COPINI, E, C. [Entrevista 2 out 2021]. Entrevistador: Paulo Gaspar. *In*: Facebook.

Vídeo (ca. 37min) Entrevista concedida ao Programa Rádio Integração. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3358433104281793. Acesso em: 4 dez. 2021.

COPAGRIL. **Copagril e prefeitura reafirmam parceria do Programa Cooperjovem.** [S. l. s. d.]. Disponível em: <https://www.copagril.com.br/noticia/1420>. Acesso em: 2 set. 2021.

COPAGRIL. **Comitês de Jovens são premiados no concurso de Projetos Agrícolas.** [S. l. s. d.]. Disponível em: <https://copagril.com.br/noticia/1557/comites-de-jovens-sao-premiados-no-concurso-de-projetos-agricolas>. Acesso em: 2 set. 2021.

COPAGRIL. **Relatório Anual 2020.** Marechal Cândido Rondon - PR. Grafnorte SA, 2021, 36p.

COOPAVEL. **Relatório Anual 2020.** Cascavel - PR, 2021, 23p.

C-VALE. **Relatório Anual 2020.** Palotina - PR. Gráfica Tuicial, 2021, 78p.

C-VALE. **Regimento Interno.** Palotina – PR, 2015, 11p.

FABRINI, J. E. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Revista Geografia** (Londrina) v. 13, n. 2, 2004.

FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In*: FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Org). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FONTANA, A. **História da Minha Vida.** Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 1980, 278 p.

IAP - Instituto Ambiental do Paraná. **SGA - Consulta de Processo de Licenciamento.** Disponível em: <http://www.sga.pr.gov.br/sga-iap/consultarProcessoLicenciamento.do?action=iniciar>. Acesso em: 2 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 8 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2020.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2020>. Acesso em: 10 set. 2021.

LAR. **Relatório e Balanço 2020.** Medianeira - PR. Gráfica Midiograf, 2021, 60p.

LEITE, V. J. **Ofensiva do Programa Político e Educacional do Agronegócio na Educação Pública.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2023. Disponível em: <https://acess.oneTeseOfensivaProgramaPoliticoEducacionalAgronegocio>.

LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

MPT – Ministério Público do Trabalho no Paraná. **Liminar obtida pelo MPT-PR obriga Cooperativa Agroindustrial Lar a publicar carta de esclarecimento e respeitar exigências para coibir assédio eleitoral**. Disponível em <https://www.prt9.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-pr/48-noticias-ptm-foz-do-iguacu/1867-ministerio-publico-do-trabalho-em-foz-do-iguacu-propoe-acao-contra-a-cooperativa-agroindustrial-lar-por-assedio-eleitoral>. Acesso em 25 jan 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e no agrogócio no Brasil**. Terra Livre, São Paulo, V. 2, nº 21, 2003. p. 113-156.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo De Produção Capitalista, Agricultura E Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

PAULINO, E. P. Alimentos e mercados: uma questão geopolítica e de classes. **Revista Formação**, n. 14, v.1. 2007. p. 167-185

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In: La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires, CLACSO, 2002. p. 217-256.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense: territorialidades do agrogócio, subordinação e resistências**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – São Paulo, 2015.

SANTOS, T. A. **Marxismo e Campesinato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”**. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 24, p. 46-69, 2016.

SHANIN, T. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1990-1923)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

**Fé na fronteira: o caso dos
municípios fronteiriços
no Estado do Paraná**

Evandro Del Negro da Silva
Tarcísio Vanderlinde

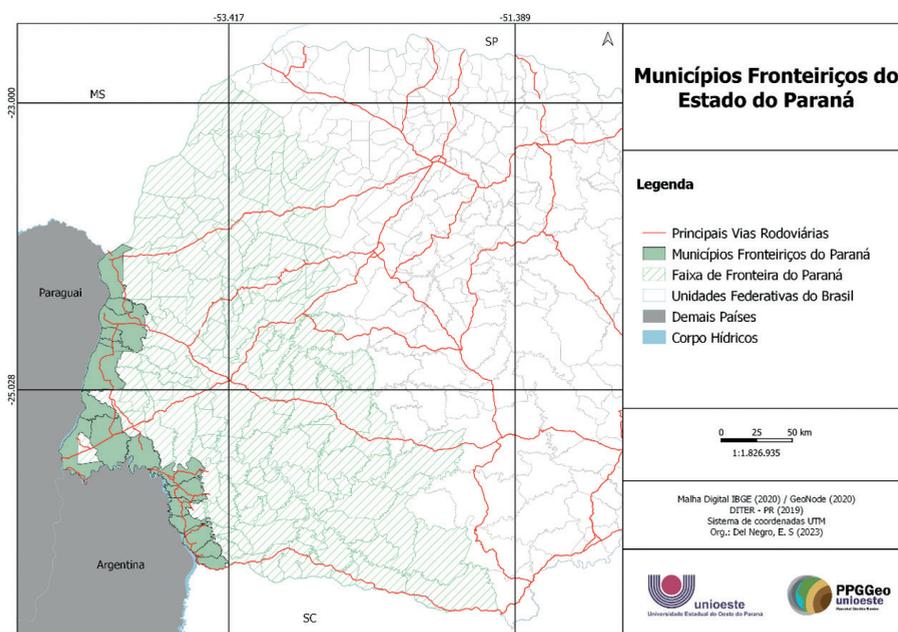
INTRODUÇÃO

O fenômeno religioso é um assunto importante para compreendermos a sociedade em que vivemos, principalmente na formação étnico-cultural, costumes, organização socioterritorial, dentre outros fatores que sofrem influência da religião.

O objetivo da pesquisa é analisar a formação religiosa dos municípios fronteiriços do Estado do Paraná, evidenciando a diversidade nas territorialidades religiosas presentes nas regiões Oeste e Sudoeste Paranaense.

O recorte espacial delimitado para a pesquisa são os municípios fronteiriços (Figura 1), sendo uma conjuntura extensão, que perpassa por duas Mesorregiões, quatro Microrregiões e fazendo fronteira com a Argentina e o Paraguai. A área de estudo tem uma população estimada de 540 mil habitantes, segundo o censo 2010, (IBGE, 2021).

Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Malha Digital IBGE (2020) / GeoNode (2020).

O presente estudo evidencia contexto socioespacial dentre de uma faixa de fronteira, isso uma região que possui influências de diferentes agentes, contendo uma tensão no viés locacional e com diferentes características de diversos grupos étnicos, culturais e principalmente religioso.

Os municípios fronteiriços (área de estudo), apresentam características de ocupação pelo poder estadual tardiamente, ou seja, em uma história recente, marcada por migrações

e imigrações de diferentes grupos, seja de gaúchos e catarinenses de origem alemão, seja por imigrantes árabes-mulçumanos, italianos e orientais.

Assim a área de estudo é composta por 17 municípios, deste dois serão apresentados com maior ênfase, que são o caso de Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon (MCR).

Quadro 1: Características dos municípios fronteiriços do Estado do Paraná, com base no Censo 2022

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	MICROR-REGIÃO	MESOR-REGIÃO	PAÍS FRONTEIRIÇO
Barracão	9.759 pessoas	Francisco Beltrão	Sudoeste	Argentina
Bom Jesus do Sul	3.980 pessoas	Francisco Beltrão	Sudoeste	Argentina
Capanema	20.481 pessoas	Capanema	Sudoeste	Argentina
Entre Rios do Oeste	4.575 pessoas	Toledo	Oeste	Paraguai
Foz do Iguaçu	285.415 pessoas	Foz do Iguaçu	Oeste	Argentina / Paraguai
Guaíra	32.097 pessoas	Toledo	Oeste	Paraguai
Itaipulândia	11.485 pessoas	Foz do Iguaçu	Oeste	Paraguai
Marechal Cândido Rondon	55.836 pessoas	Toledo	Oeste	Paraguai
Mercedes	5.931 pessoas	Toledo	Oeste	Paraguai
Pato Bragado	5.733 pessoas	Toledo	Oeste	Paraguai
Pérola d'Oeste	6.221 pessoas	Capanema	Sudoeste	Argentina
Planalto	14.374 pessoas	Capanema	Sudoeste	Argentina
Pranchita	5.737 pessoas	Capanema	Sudoeste	Argentina
Santa Helena	25.492 pessoas	Toledo	Oeste	Paraguai
Santo Antônio do Sudoeste	23.673 pessoas	Francisco Beltrão	Sudoeste	Argentina
São Miguel do Iguaçu	29.122 pessoas	Foz do Iguaçu	Oeste	Argentina
Serranópolis do Iguaçu	5.007 pessoas	Foz do Iguaçu	Oeste	Argentina

Fonte: IBGE - Censo 2022 (2023).

Realizando um levantamento epistemológico, identificando as características que formaram a região, os principais grupos que migraram para o território. Analisando o histórico da formação regional, para assim compreender quais foram as intervenções para a realização da organização religiosa nos municípios.

O trabalho foi dividido em três tópicos que evidenciam as características do recorte espacial e da temática analisada. I - Territorialidade: uma forma de compreender os aspectos simbólicos no espaço. II - A formação do oeste e sudoeste paranaense. III - Algumas características dos municípios fronteiriços do Paraná.

Deste modo, a pesquisa visa evidenciar a importância da análise da Geografia no fenômeno religioso, destacando que se trata de uma pesquisa interdisciplinar, pois para fazer a Geografia da Religião é necessário amparar-se em outras ciências humanas, como a História, Sociologia e Ciências Sociais.

TERRITORIALIDADE: UMA FORMA DE COMPREENDER OS ASPECTOS SIMBÓLICOS NO ESPAÇO

A pesquisa amparou-se na classificação geográfica de território e territorialidade, pois auxilia a compreensão no campo da Geografia Cultural por meio do ordenamento e poder sobre o território, também no âmbito da Geografia da Religião, pelas diversas territorialidades de diferentes instituições e culturas no espaço.

A terminologia *territorium* é originária do latim clássico, tendo seu uso conceitual relacionado à geografia tradicional, que tem como característica atrelar a delimitação do território ao viés político, em que o território passa do meio visível para um perímetro controlado por alguma representatividade social.

Para Bonnemaison (2002, p. 99) “a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território”. Esta relação é no sentido de vivenciar o cotidiano e de identificação com o lugar e/ou algum lugar.

Já para Rosendahl (2002, p.59) territorialidade “significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos, no sentido de controlar um dado território”. Assim, a autora relaciona em seus escritos uma compreensão do catolicismo. Para Raffestin,

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vívido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (Raffestin, 1993, p. 158-159).

Destacando, que a relação de poder é uma relação de um grupo com outro, conforme Raffestin (1993, p. 159) “o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade. O outro

sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou os grupos que aí se inserem”. Ainda nos dizeres de Raffestin,

[...] a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (Raffestin, 1993, p. 161).

O conceito de territorialidade, para Sack (1986) está atrelada a uma ordem política do território, pelo fato de controlar coisas/relações e delimitar uma área com limite/fronreira. Assim, para o autor territorialidade é “a tentativa, por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (Sack, 1986, p.19).

A territorialidade para o autor, está relacionada ao conceito de poder que pode manter o controle sobre sujeitos e fenômenos. Para Sack (1986, p. 219) “a territorialidade como um componente de poder, não só significa criar e manter a ordem, mas é um mecanismo para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nos experimentamos o mundo e damos sentido a ele”.

Já para Haesbaert (2004) a análise do território e territorialidade são realizadas de forma conjunta, [...] no caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (Haesbaert, 2004, p. 341).

Para o autor a conceituação de “múltiplas territorialidades” ou multiplicidade são variadas:

a. Territorializações mais fechadas, quase ‘uniterritoriais’, ligadas ao fenômeno aqui denominado de territorialismo, que não admitem pluralidade de poderes e identidades, como ocorre em algumas sociedades indígenas e como ocorria entre os talibãs afgãos e, em parte, nas propostas de resolução para os conflitos bósnio e palestino. b. Territorializações ‘tradicionais’, ainda pautadas numa lógica (relativa) de exclusividade, que não admitem sobreposições de jurisdições e defendem uma maior homogeneidade interna, como a lógica clássica do poder e controle territorial dos Estados nações, tanto daqueles moldados sobre a uniformidade cultural quanto os Estados pluriétnicos, mas que buscam diluir essa pluralidade pela invenção de uma identidade nacional comum. c. Territorializações mais flexíveis, que admitem ora a sobreposição (e/ou multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios – como é o caso dos territórios diversos e sucessivos nas áreas centrais das grandes cidades, organizadas em torno de usos temporários, entre o dia e a noite [...] ou entre os dias de trabalho e os fins de semana. d. Territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição e/ou da combinação particular de controles, funções e simbolizações, como nos territórios pessoais de alguns indivíduos ou grupos mais globalizados que se permitem usufruir do cosmopolitismo multiterritorial das grandes metrópoles. (Haesbaert, 2004, p. 342).

Assim, é possível observar que a territorialidade múltipla, pode apresentar um

conhecimento de diferentes grupos e culturas no território. Entende-se por territorialidade, a identificação de um determinado grupo ou indivíduos com afetividade. No próximo tópico serão apresentadas as conjunturas de “formação” histórica das regiões Oeste e Sudeste Paranaense.

A FORMAÇÃO DO OESTE E SUDOESTE PARANAENSE

Inicialmente, será apresentada a ocupação econômica e política da região Oeste do Estado, que ocorreu por volta dos anos de 1930 e 1940. Tendo como base a perspectiva do desenvolvimento e progresso, se amparando a ideia da “Marcha para o Oeste” no governo de Getúlio Vargas. Nessa movimentação “estava embutido o desejo de fazer as pessoas circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo” (Wachowicz, 1988, p. 15). Para não se ter vazios dentro do território.

O momento teve duas frentes de colonização na região Oeste: a frente pública, onde o Estado realizava a delimitação dos lotes; e a frente privada, com as empresas de colonização. Em comparação entre as frentes colonizadoras, a iniciativa privada teve um melhor êxito, dado pela experiência e busca de lucro sobre o projeto em relação a iniciativa pública.

As empresas que atuaram no processo de “desenvolvimento” da região foram as companhias: Colonizadora Criciúma; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Norte do Paraná; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; e Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda.

A Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá) se fixou sobre a região de Toledo, fazendo uma repartição da área para a formação de diversas colônias de agricultores. A companhia repartiu as propriedades com base no curso d’água.

A seleção para escolher os proprietários das terras era realizada de forma rígida. As vendas desses lotes eram efetuadas especialmente para colonos gaúchos e catarinenses, tendo como origem a descendência alemã ou italiana, que chegaram na região em meados de 1950.

O que contribuiu para o desenvolvimento da região foi a elaboração de uma fronteira agrícola consolidada com o passar dos anos, a Segunda Guerra Mundial (1930-1945), que evidenciou a necessidade de ampliação da industrialização na região.

Já o processo de ocupação econômica e política da região Sudoeste do Estado, foi anterior, iniciando-se por volta de 1890, tendo como meio econômico a criação de suínos, mais essa frente pioneira, não foi suficiente para manter o controle sobre o território, para a defesa do Estado brasileiro, as características econômicas e culturais do indígena e caboclo, não cumpriram o papel geopolítico de contenção de um possível avanço argentino

no Sudoeste do Paraná.

Essa preocupação com as áreas de fronteiras nacionais fica mais evidente no período do governo Vargas, onde visava a centralidade do Brasil com domínio total do território. Em relação à presença cabocla no Sudoeste do Paraná, de acordo com Corrêa:

O Sudoeste tinha aproximadamente 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Já em 1940 havia dois habitantes por quilômetro quadrado. Essa população fundamentalmente era constituída por um grupo social denominado de caboclos: “esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela ocupação de colonos que mais tarde ocupou a região”. (Corrêa, 1970, p. 88).

Boneti afirma que os caboclos,

pelo seu caráter nômade, mantinham num sistema de propriedade rudimentar... Esse aspecto fazia com que os caboclos fossem denominados, pelos migrantes, como “fazedores de posses”. Isso porque, segundo os migrantes, eles definiam a posse apenas instituindo limites de propriedade, construíam uma infra-estrutura mínima e precária, depois a vendiam e continuava a caminhada mais para dentro da mata [...]. A chegada das relações mercantilistas de produção sempre representou um fator de expulsão dos caboclos de sua região (Boneti, 1998, p. 99).

O caboclo poderia não ter a mesma compreensão para o viés econômico, que o migrante sulista. Mas de acordo com Lazier eles comercializavam “charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos” (Lazier, 1998, p. 30).

O espaço foi “entendido” por muitos como sendo um imenso vazio demográfico, que na verdade era ocupado pelos índios Kaingang. A ocupação desta etnia indígena não se restringia apenas a delimitação política atual, mas aos hoje Estado do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do sul.

De acordo com Ribeiro:

esses índios que viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos com Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingang. Alguns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí, e Palmas até o Rio Grande do Sul (Ribeiro, 1982, p. 10).

Assim, Vargas assume o poder em 1930, vários espaços não estavam sendo devidamente “ocupado” para integração nacional, principalmente a fronteira, o Sudoeste do Paraná era um exemplo desta realidade, portanto os processos geopolíticos ocorridos na época tinham-se influência direta de Ratzel (determinismo), como também a criação da CANGO por Vargas e o incentivo do fluxo migratório para a região. Pois,

A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de

Segurança Nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que considerarmos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis à invasão em caso de conflito internacional (Zatta, 2009, p. 30).

Decreto-lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO (Lazier, 1998, p. 34). Surge com o objetivo de fixar como proprietários “cidadãos” aptos ao trabalho agrícola.

O projeto de colonização do governo federal de Getúlio Vargas para ocupar a área de fronteira ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”. Com agricultores provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Presidente Getúlio Vargas, que era gaúcho, tinha como anseio solucionar alguns problemas, dentre os quais se enquadrava a tentativa de amenizar o conflito agrário gaúcho neste período, além de ocupar uma área de fronteira que se apresentava suscetível a uma invasão estrangeira.

De acordo com Carneiro

A “Marcha para Oeste” constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão (Carneiro, 1981, p. 6-7).

Na concepção de Carneiro, para a política de ocupação do Sudoeste do Paraná, conhecida como “Marcha para Oeste”, torna-se conveniente a utilização do termo “Marcha Civilizacional”. Pois, é a mesmo pensamento dos representantes políticos de meados do século XIX.

A Argentina e o Brasil travaram uma disputa diplomática durante anos pelas possessões de uma região territorial na qual estava inserido o Sudoeste do Paraná. De acordo com Vannini, a CANGO foi projetada para assentar famílias nas terras que há muito tempo foi pretendida pela nação vizinha Argentina (Vannini, 2007, p. 25).

O historiador Vannini aponta a importância estratégica com a criação da CANGO na área de fronteira com a Argentina

A colônia Agrícola (CANGO) projetada para assentar os colonos foi a grande responsável pelo empreendimento colonizador, representou a ação da política nacional de ocupação das fronteiras e forneceu a infra-estrutura básica para o assentamento dos colonizadores. (Vannini, 2007, p. 26).

Já Martins, no que se refere à ocupação do Sudoeste do Paraná, promovida pelo

governo federal ressalta que:

Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal (Martins, 1986, p. 26).

Deste modo, é notório que o estado teve ações em ambos os processos de “ocupação” de uma região que já era habitada, por grupos e sujeitos com outras visões de mundo que não foram respeitadas em prol do “desenvolvimento”. Vale ressaltar, que o processo do Oeste e continuação do que já tinha sido iniciado no Sudoeste, no século XIX, só que na perspectiva do Oeste o século XX, as concepções de mundo, os acontecimentos que ocorreram no mesmo período e os governos de cunho militar, foram o que forjaram a região. Deste modo, no próximo tópico serão evidenciadas as características religiosas dos municípios fronteiriços, em especial Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS DO PARANÁ

Para compreender as características religiosas dos municípios fronteiriços do Paraná é necessário visualizar uma ramificação quantitativa e distributiva (Quadro 2):

Quadro 2: Número de habitantes adeptos nos nove segmentos religiosos, nos municípios fronteiriços, com base no Censo 2010.

MUNICÍPIOS	BUDISMO	CATÓLICISMO	ESPIRITISMO	EVANGÉLICA	ISLAMISMO	JUDAÍSMO	MATRIZES AFROBRASILEIRA	SEM RELIGIÃO	TRADIÇÕES INDÍGENAS
Barracão	-	7.072 pessoas	-	2.344 pessoas	-	-	-	283 pessoas	-
Bom Jesus do Sul	-	3.286 pessoas	10 pessoas	490 pessoas	-	-	-	4 pessoas	-
Capitânia	-	14.235 pessoas	5 pessoas	4.085 pessoas	-	-	-	159 pessoas	-
Entre Rios do Oeste	-	2.906 pessoas	-	991 pessoas	-	-	-	26 pessoas	-
Foz do Iguaçu	1.067 pessoas	149.959 pessoas	3.604 pessoas	70.420 pessoas	5.599 pessoas	42 pessoas	211 pessoas	18.111 pessoas	-
Guaira	27 pessoas	18.274 pessoas	146 pessoas	8.551 pessoas	33 pessoas	-	-	2.684 pessoas	85 pessoas
Itaipulândia	10 pessoas	6.838 pessoas	8 pessoas	1.881 pessoas	-	7 pessoas	-	226 pessoas	-
Marechal Cândido Rondon	23 pessoas	26.451 pessoas	168 pessoas	18.709 pessoas	-	-	-	1.014 pessoas	-
Mercedes	-	2.897 pessoas	-	2.007 pessoas	-	-	-	48 pessoas	-
Pato Branco	-	3.308 pessoas	-	1.418 pessoas	-	-	-	73 pessoas	-
Pérola do Oeste	-	5.633 pessoas	-	1.113 pessoas	-	-	-	13 pessoas	-
Planalto	-	10.793 pessoas	10 pessoas	2.721 pessoas	-	-	-	75 pessoas	-
Pranchita	-	4.760 pessoas	14 pessoas	719 pessoas	-	-	26 pessoas	109 pessoas	-
Santa Helena	-	18.658 pessoas	106 pessoas	4.324 pessoas	-	-	-	262 pessoas	-
Santo Antônio do Sudoeste	-	14.459 pessoas	5 pessoas	3.848 pessoas	5 pessoas	-	-	413 pessoas	-

MUNICÍPIOS	BUDISMO	CATÓLICISMO	ESPÍRITISMO	EVANGÉLICA	ISLAMISMO	JUDAÍSMO	MATRIZES AFROBRASILEIRA	SEM RELIGIÃO	TRADIÇÕES INDÍGENAS
São Miguel do Iguçu	-	20.821 pessoas	90 pesso-as	3.220 pessoas	-	-	-	722 pessoas	767 pessoas
Serranópolis do Iguçu	-	3.989 pessoas	-	559 pessoas	-	-	-	20 pessoas	-

Fonte: IBGE - Censo 2010 (2022a).
 Elab.: Del Negro (2023).

RELIGIOSIDADE IGUAÇUENSE

O processo emancipatório da região ocorreu por volta de 1910, quando a Colônia Militar passou a ser ‘Vila Iguassu’, ou seja, um distrito do município de Guarapuava. Em 14 de março de 1914, pela Lei 1.383, foi criado o município de Vila Iguçu. (Prefeitura Municipal De Foz Do Iguçu, 2023).

O termo Espaço de Representação, auxilia no entendimento da comunidade árabe-muçulmana de Foz do Iguçu, um dos principais grupos religiosos e da característica local. Observa-se que a comunidade árabe-muçulmana está ligada diretamente com o desenvolvimento do sagrado e com a cultura árabe. A percepção do sagrado é fundamental para a construção social, no qual faz parte do *ethos*, do símbolo, da identidade exercida na comunidade (Carloto, 2013).

Assim existem três territorialidades dos árabe-muçulmanos, em Foz do Iguçu, segundo os disseres de Carloto (2013):

- I - Uma é quanto à existência de uma territorialidade própria, concreta e viva na realidade da cidade de Foz do Iguçu-PR, sendo construída com base em outras duas.
- II - Uma segunda territorialidade está relacionada à cidade de Meca e Medina, devido ao nascimento e migração do profeta Muhammad,
- III - E uma terceira territorialidade que é o Líbano, local de nascimento da maioria dos árabes residentes em Foz do Iguçu-PR.

Ou seja, a maior influência no viés afetivo para os árabe-muçulmana é o Líbano, local de partida dos inúmeros migrantes que residem atualmente em Foz, e que até hoje mantém vínculos afetivos e comerciais com o país.

Sendo assim, para compreender o **Espaço de Representação** da comunidade árabe-muçulmana em Foz do Iguçu faz-se necessário compreender o ser árabe-muçulmano nesta cidade e que há relação direta com uma historicidade, uma socialidade e uma(s) territorialidade(s), que constroem e registram marcas nessa cidade (Carloto, 2013).

Segundo Carloto (2013) o árabe-muçulmano na cidade de Foz do Iguçu, está ligado a duas historicidades, uma relacionada a sua origem étnica, neste caso o árabe de etnia libanesa, e uma segunda que está diretamente relacionada ao sagrado que é a própria

história do profeta Muhammad e o Islã.

Ainda, segundo o autor, a cidade de Foz do Iguaçu faz parte da tríplice fronteira, com Ciudad Del Este, no Paraguai e Puerto Iguassu, na Argentina. Sendo classificada como uma cidade média, Foz do Iguaçu conta com cerca de 301.409 habitantes, apresenta uma diversidade étnica semelhante a cidades de grande porte e cosmopolita, e salienta a cidade como São Paulo, a maior cidade do país e da América Latina. Isso porque, atualmente, essa cidade conta com 57 das 192 nacionalidades existentes no mundo. Outro é o processo de tecnificação da cidade de Foz do Iguaçu.

Em 1960, o município contava com apenas 28.080 habitantes. Em 1970, com 33.970 e passou a ter, em 1980, 136.320 habitantes, registrando um crescimento populacional de 385%. Pode-se observar um significativo aumento da população após a década de 1980 impulsionado, sobretudo, pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. A obra para a construção da usina inicia-se na década de 1975 e é inaugurada em novembro de 1982, essa obra colossal é quem impulsiona o grande crescimento da cidade. O primeiro imigrante árabe-muçulmano chega em Foz do Iguaçu-PR na década de 1950, portanto, antes da construção da usina hidrelétrica, conforme relato do entrevistado M.B. Porém é no período de 1950 e 1960 que a comunidade árabe-muçulmana é inicialmente formada neste município que contava com uma população de aproximadamente 30.000 habitantes, mas já era uma cidade com relações comerciais internacionais bastante favoráveis, pois, é nesse período que foi construída a Ponte da Amizade, em 1965, e conseqüentemente o nascimento da cidade de Puerto Stroessner, atualmente *Ciudad Del Este* no Paraguai (Prefeitura Municipal De Foz Do Iguaçu, 2023).

Os primeiros imigrantes árabe-muçulmanos que chegaram e se instalaram na cidade de Foz do Iguaçu, não sabiam que a usina poderia transformar a cidade em um pólo econômico e turístico, porém afirma-se que vislumbravam uma cidade com potencial de comércio internacional. Pois foi a construção da Ponte da Amizade que pode ter proporcionado a fixação desses imigrantes nesta cidade (Carloto, 2013).

Segundo Carloto, (2013) Foz do Iguaçu possui uma das maiores comunidades árabe-muçulmanas do Brasil sendo constituída de aproximadamente 12.000 pessoas. Além disto, a cidade também é sede da maior Mesquita da América Latina, chamada "*Omar Ibn Khatab*". Os seguidores do Islamismo em Foz do Iguaçu podem ser considerados como a segunda maior representatividade no Brasil, perdendo apenas para São Paulo e região metropolitana.

Ressalta-se que a população de Foz do Iguaçu-PR é de aproximadamente de 301.409 habitantes, enquanto que na cidade de São Paulo esse número é de 10.927.985 habitantes. [...] Proporcionalmente a comunidade islâmica de Foz do Iguaçu-PR pode ser considerada a maior do país. Ressalta-se também que em Foz do Iguaçu-PR a comunidade é formada somente por descendentes de árabes como seguidores do Islã, principalmente de libaneses, diferentemente de São Paulo que houve grande número de recém convertidos que não são descendentes de árabes. Esta realidade não é possível ser comparada com a comunidade árabe-muçulmana de Foz do Iguaçu-PR (Carloto, 2013, p. 15).

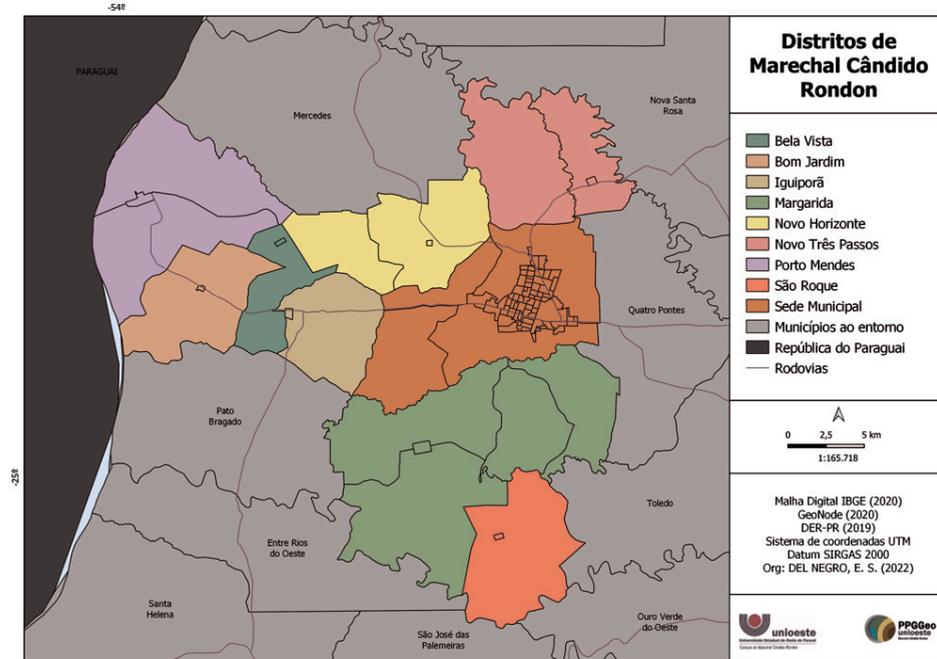
Para o autor verificar-se que a cultura árabe é bastante representativa na vida dos muçulmanos, ao menos em Foz do Iguaçu, pois ser comerciante faz parte da história de vida dessa cultura. Na cidade de Foz do Iguaçu, deve-se demonstrar que a comunidade está localizada em uma região onde o comércio, inclusive internacional, é uma das atividades mais praticadas.

Assim, é possível observar a característica um grupo religioso influente, que edificou uma das maiores conjuntura que conhecemos, quando lembramos de fronteira, a cidade de Foz do Iguaçu.

RELIGIOSIDADE RONDONENSE

O nome do município é uma homenagem ao desbravador Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que passou pela região em 1924 (Pawelke, 1970, p.24).

Figura 2 - Mapa dos distritos de Marechal Cândido Rondon (PR).



Fonte: Malha Digital IBGE (2020) / GeoNode (2020) / DER - PR (2019).

No ano de 1953, foi fundada a vila General Rondon, sendo um distrito de Toledo, que na data de 25 de julho de 1960, através de uma lei sancionada pelo governador da época Moisés Lupion passou à condição de município, recebendo o nome de Marechal

Cândido Rondon.

Entre 1951 e 1954 foram fundadas inúmeras colônias dentro do município de Toledo. Atualmente existem oito distritos em Marechal (Figura 2), sendo eles: Bela Vista, Bom Jardim, Iguaporã, Margarida, Novo Três Passos, Novo Horizonte, Porto Mendes, São Roque. Já Entre Rios, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes eram distritos de Marechal que se tornaram municípios.

Os pioneiros trazidos pela Companhia em 1950, para o então distrito de General Rondon, foram: Erich Ritscher, Antônio Rockenbach, Osvaldo Heinrich e Beno Weirich. Outros pontos importantes relacionados a cultura dos pioneiros é a religião, onde uma grande parte das famílias são de origem luterana (Tabela 1), a arquitetura tipicamente germânica nas construções enxaimel, preservando assim os traços do povo e a cultura europeia.

Outra característica importante de Marechal são a dicotomia entre a descendência (alemã/italiana) de origem religiosa (protestante/católica). A composição étnica e religiosa dos acionistas da Companhia e os imigrantes contribuiu para esse fenômeno (Wachowicz, 1987, p. 174).

Segundo Wachowicz (1987, p. 178) que destaca Willy Barth, em sua análise elegendo Marechal para rivalizar e concorrer com Toledo. Assim, o município de Marechal deveria se tornar um grande centro urbano, de origem alemã com predominância da religião evangélica.

De acordo com Wachowicz (1987, 188):

o percentual da população do município de Marechal Cândido Rondon por estado de nascimento 1930-1975, tem o seguinte quadro: 8,5% do Paraná, 27% de Santa Catarina, 57,7% do Rio Grande do Sul, 1,3% de São Paulo, 2,9% Minas Gerais, 0,7% do Espírito Santo, 0,7% outros.

A Tabela 1 evidencia com dados nacionais e locais a formação religiosa. Com isso, os luteranos no Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estavam em uma composição baixa em escala nacional, já na escala local, ocupavam a segunda colocação em número de fiéis.

Tabela 1 - Religiões no Brasil e Marechal Cândido Rondon, com base no Censo 2010

IBGE 2010 - BRASIL	IBGE 2010 - MCR
Católicos 64,83 %	Católicos 56,21%
Evangélicos, 22,26%	Evangélicos 38,85%
Evangélicos luteranos 0,52%	Evangélicos luteranos. 25,11%

IBGE 2010 - BRASIL	IBGE 2010 - MCR
Sem religião 8,039%	Sem religião 2,06%
Não det. ou mult. pert. 0,337%	Não det. ou mult. pert. 0,221%

Fonte: IBGE - Censo 2010 (2022a).

Deste modo, de cada cinco municípes, um é luterano. Essa proporção tem relação direta com a as famílias que colonizaram o município, sendo formada em sua base por teuto-gaúcha, tendo como religião o luteranismo.

Segundo Antoniazzi (2004, p. 27) *apud* (Mendonça, 1989, p. 54):

[e]ntre os protestantes que chegaram ao Brasil, depois de pequenos grupos de anglicanos (ou episcopais), ligados à presença inglesa após 1810, os imigrantes mais numerosos foram luteranos de origem alemã. As duas primeiras comunidades da hoje Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) foram constituídas em Nova Friburgo (RJ) e São Leopoldo (RS), em 1824. “A IECLB tem sido considerada igreja de etnia, igreja de alemães e seus descendentes”.

Assim os dados do IBGE evidenciam que há mais luteranos e menos católicos no município em comparação com a escala nacional. Destacando também que há uma maior manutenção religiosa em relação ao menor número de pessoas sem religião, conforme destaca a Tabela 2.

Tabela 2 - Comparação entre as religiões, tendo como base os Censo de 1960 (Brasil) e o Censo de 2010 (Brasil e Marechal Cândido Rondon).

IBGE 1960 - BRASIL	IBGE 2010 - BRASIL	IBGE 2010 - MCR
Cat. e Evang. 96,51%	Cat. e Evang. 87,09 %	Cat. e Evan. 95,06%
Sem religião 0,38%	Sem religião 8,039%	Sem religião 2,16%
Sem decl. 0,039%	Não det. ou mult. pert.0,337%	Não det. ou mult. pert.0,221%

Fonte: IBGE - Censo 2010 (2022a), IBGE (2022b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visa salientar as diversas características que edificaram as territorializações religiosas, analisando a formação socioterritorial, identidade, e a questão étnica-cultural que influenciou e diferenciou o fenômeno religioso nos municípios fronteiriços, principalmente Foz do Iguaçu de Marechal Cândido Rondon.

Deste modo, compreendemos a construção de territorialidades, temos que correlacionar diversos agentes e ações presentes no espaço, seja a identidade, o poder, o sujeito, as

ações econômicas, o viés político, os atores sociais como a comunidade luterana (MCR), comunidade árabe-muçulmana (Foz do Iguaçu).

A comunidade árabe-muçulmana em Foz do Iguaçu são delimitadas pelo exercício do poder, tendo relação com a sua religiosidade. A principal territorialidade dos árabe-muçulmanos na cidade de Foz do Iguaçu é a Mesquita e o Centro Cultural Beneficente Islâmico

Outro ponto relevante para a comunidade é o comércio que é uma territorialidade mais ligada com a cultura árabe, sendo presente nos comércios de gastronomia, tendo como proprietários muçulmanos, onde se tem a presença das leis religiosas nos estabelecimentos. Desta maneira não há sequer a comercialização de carne de suínos e nem de bebidas alcoólicas.

No caso das Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IEBL), presentes em MCR, se dá pela questão da imigração de gaúchos descendentes de alemães, mantendo essa característica da população. Também tem um grande número de católicos (imigrantes italianos), não tendo a centralidade na organização socioterritorial, como a IECLB e IEBL. Outro fato é a questão de ser uma população muito religiosa, voltada ao cristianismo, tanto nas tradições, como também no conservadorismo.

Ao analisar a conjuntura de Marechal, é perceptível que o fenômeno religioso influenciou a formação e organização socioterritorial do município. Pois as fragmentações e desmembramentos de antigos distritos do município, para se tornarem municípios, tem ligação com a cultura, identidade e religião, pois todos os novos municípios têm um percentual de luterano abaixo do município sede.

Deste modo, a pesquisa busca salientar algumas características da formação regional e local, como a identidade étnico-cultural e religiosa. Sendo base para outras análises posteriormente.

AGRADECIMENTOS

Gratulo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento, incentivo e bolsa, relativa ao Edital nº 08/2021 - PPGG/UNIOESTE.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 1998.

ANTONIAZI, Alberto. Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto? **Revista Horizonte**, Belo Horizonte (MG), v. 3, n. 5, p. 13-39, 2004.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio**. 2ª ed. Rio

de Janeiro: Garamond, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org). **Os caminhos da Exclusão Social**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998. p. 81-119.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro, UERJ, 2002, p.83-132.

CARLOTO, Denis Ricardo. **O espaço de representação da comunidade Árabe-Muçulmana de Foz do Iguaçu - PR e Londrina - PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFPR, Curitiba, 2013.

CARNEIRO, Maria Esperança. **A Revolta Camponesa de Formos e Trombas**. Goiânia: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação FORD, 1981.

CORRÊA, Lobato Roberto. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 32, n.01, 1970.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2022a) **Marechal Cândido Rondon**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candido-rondon/pesquisa/23/22107?detalhes=true&localidade1=0>. Acesso em: 05 jul.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2022b). **Censo Demográfico de 1960**. Paraná. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2023). **Cidade e Estado: Paraná - Censo 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>. Acesso em: 05 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Foz do Iguaçu**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/historico>. Acesso em: 14 nov.2023.

KRUGER, Nivaldo. **Guarapuava as fases históricas ciclos econômicos. Das missões jesuíticas do século XVI á modernidade do século XXI**. Guarapuava: Reproset Indústria Gráfica Ltda, 2010.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. 3ª. Ed. Francisco Beltrão: Grafitec, 1998.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre Jagunços e posseiros**. 1ª ed. Curitiba: GMP., 1986.

MICHAELE, Faris Antonio. Presença Indígena no Paraná. *In*: El KHATIB, Faissal. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terra no oeste paranaense (1961-1966). 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

PASSOS, Aruanã Antônio. **“História de sangue e dor”**. Crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). Curitiba, 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PAWELKE, Pastor Jochen. **Ficando rico no Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Igreja Martin, 1970.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Histórico**. Disponível em: <https://marechalcandidorondon.atende.net/cidadao/pagina/um-pouco-da-historia>. Acesso em: 05 jul.2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Histórico**. Disponível em: <https://www5.pmf.pr.gov.br/cidade/#next>. Acesso em: 14 nov.2023.

PRIORI, Angelo., et al. A história do Oeste Paranaense. *In*: PRIORI, Angelo., et al (Orgs). **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 75-89.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SACK, Robert David. **Human territoriality**. Its theory and history. London : Cambridge University Press, 1986.

SEIDE, Márcia Sipavicius. A identidade religiosa na antropônimo de Marechal Cândido Rondon. **UFMG: Revista de Estudos da Linguagem - RELIN**, v. 24, n. 1, 2016.

VANNINI, Ismael Antônio. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. *In*: BONAMIGO, Carlos, A. SCHNEIDER, Claídes. (Orgs). **Revisitando a história**: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. 1ª Ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 11-34.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, mensus e colonos**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

ZATTA, Ronaldo. **Sentinelas do Sudoeste**: o Exército brasileiro na fronteira paranaense. Passo Fundo, 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

**Histórico do litígio
territorial entre os municípios
de Chopinzinho e São João,
Sudoeste do Paraná:
o caso de Alto Mirim**

Roseli Teresinha Lorenzett Faria
Tarcísio Vanderlinde

INTRODUÇÃO

A questão dos conflitos territoriais sempre esteve e continua presente na história do mundo e do Brasil. Foi por meio de disputas e conflitos que o Brasil forjou o território atual. No Paraná não foi diferente: diversos conflitos entre estados, países vizinhos e mesmo entre seus municípios ocorreram durante a consolidação do seu território. No sudoeste do Paraná, na região fronteira, ocorreram diversos embates especialmente pela definição de fronteiras e pela posse de terras. Apesar desses conflitos não serem o objeto de estudo deste trabalho, não é plausível ignorar esse passado de lutas violentas da região em questão, que contribuíram para a consolidação das fronteiras atuais. A Questão de Palmas (1890-1895) (Wachowicz, 2002), a Guerra do Contestado (1912-1916) (Carvalho, 2009), a criação do Estado Federal do Iguçu (1943-1946) (Lopes, 2004) e a Revolta dos Posseiros (1957) (Wachowicz, 2002) estão entre os conflitos mais importantes do sudoeste do Paraná.

É nesse contexto de instabilidade territorial no Estado do Paraná que se insere este estudo¹. Concomitante a criação dos novos municípios no sudoeste paranaense, emergiram os litígios territoriais pelo descontentamento da população sobre os novos limites estabelecidos. Na emancipação do município de São João, que foi desmembrado de Chopinzinho, teve início o litígio territorial que trata este capítulo, que tem como objetivo apresentar uma sistematização dos fatos referentes ao litígio territorial entre os municípios de Chopinzinho e São João, envolvendo a comunidade de Alto Mirim.

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

O município de Chopinzinho foi criado em 1954 pela Lei Estadual nº 253/54, originando-se do município de Mangueirinha. Está localizado na região Sul do Brasil, na mesorregião sudoeste do Paraná (figura 1). Possui uma população estimada em 2019, segundo o IBGE, de 19.254 habitantes e ocupa uma área de 958,652 quilômetros quadrados. A densidade demográfica é de 20,51 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2020). Limita-se ao oeste com São João, ao sul com Coronel Vivida, ao noroeste com Sulina e Saudades do Iguçu, à leste com Mangueirinha, a nordeste com Candói e ao norte com Rio Bonito do Iguçu.

A economia do município é baseada na agropecuária com destaque para a produção de grãos, aliado a isso possui exploração de alguns tipos de recursos minerais (IPARDES, 2020). Conforme o PNUD (ONU, 2018), no ranking de IDH dos municípios brasileiros de 2010, Chopinzinho estava com o índice de desenvolvimento humano 0,740, numa posição de 764º de 5.570 municípios.

¹ Texto originário: FARIA, R.T.L. **Litígio Territorial entre os municípios de Chopinzinho e São João, Sudoeste do Paraná**. 2022. 138p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – *campus* de Marechal Cândido Rondon, Uniãoeste. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5855>.

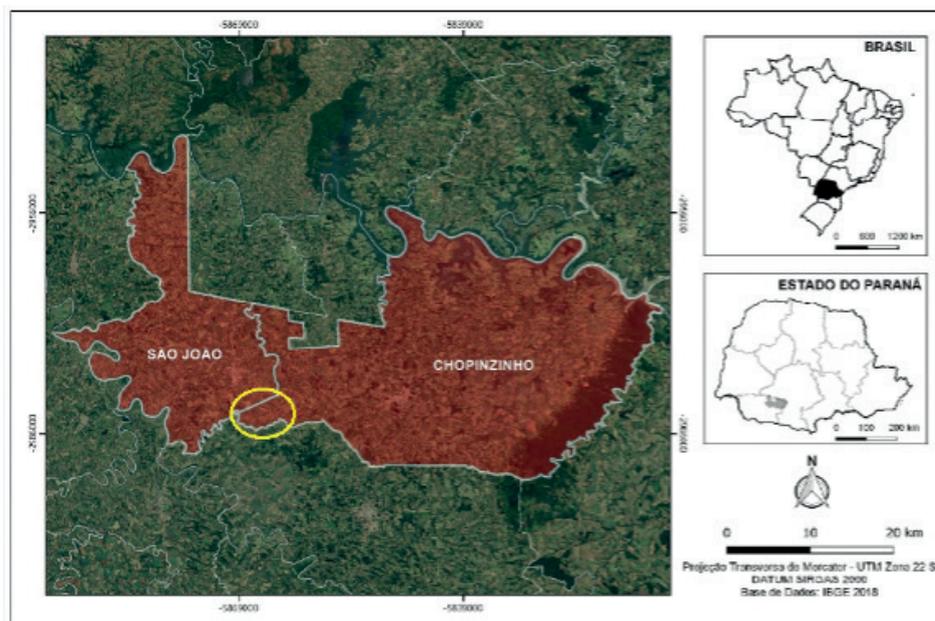
De acordo com o IBGE (2020), o município obteve uma renda per capita anual de R\$ 31.544,26, comparado aos outros municípios paranaenses estava na classificação 132°. Em 2018, o salário médio da população chopinzinhense era de 2,2 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação ao total era de 24,5%. Numa comparação com os outros municípios, Chopinzinho ocupa a posição 98 de 399 municípios.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO

O município de São João está localizado na região sudoeste do Paraná, possui uma área de 388,059 quilômetros quadrados (**Figura 1**). Limita-se ao norte com o município de Quedas do Iguaçu, ao oeste com São Jorge d'Oeste e Verê, a leste com Chopinzinho e Sulina e ao sul com Itapejara d'Oeste e Coronel Vivida. A população estimada para 2019 foi de 10.181 habitantes. A densidade demográfica é de 27,31 habitantes por quilômetros quadrados no território do município (IBGE, 2020).

A economia é baseada na agricultura, com destaque na produção de grãos, e prestação de serviços (IPARDES, 2020). Conforme o PNUD (ONU, 2018), no ranking de IDH de municípios brasileiros de 2010 São João, estava com o índice de desenvolvimento humano de 0,727, numa posição de 1107° de 5.570 municípios. De acordo com IBGE (2020), São João teve renda per capita anual de R\$ 63.700,06. Comparando com os outros municípios paranaenses, a posição ocupada por São João era de 13°. Em 2018, o salário médio da população são-joanense era de 1,7 salários-mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação a população total era de 41,8%. Numa comparação com outros municípios paranaenses, a posição ocupada por São João era de 12° de 399 municípios.

Figura 1 – Localização dos municípios de Chopinzinho e São João



Fonte: IBGE, 2018 organizado pela autora

A COMUNIDADE DE ALTO MIRIM

A comunidade é formada por pequenos produtores que desenvolvem a agricultura através do cultivo de grãos, sendo a maioria produtores de soja, milho e trigo. Além da agricultura, alguns moradores se dedicam à produção leiteira. Sua área é de aproximadamente 574 alqueires, e vivem na comunidade em torno de duzentas pessoas. Está distante vinte e cinco quilômetros da sede de Chopinzinho e a quatro quilômetros da sede de São João.

A **Figura 2**, apresenta em destaque a localização da sede da comunidade, onde se observa a Escola Estadual Rural Alto Mirim. Nela os moradores da comunidade por várias gerações estudaram e atualmente se encontra desativada. Na figura constam também a capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde semanalmente há celebrações conduzidas pelas pessoas da comunidade e, uma vez por mês, ocorre a celebração da missa com pároco da matriz de São João, e o Centro Comunitário onde são realizadas todas as festividades. A cada ano, por exemplo, é realizada uma festa na comunidade promovida pelos dirigentes da capela, onde a comunidade recebe as outras comunidades do município. Além disso, o Centro serve para outras atividades de lazer, como festas promovidas pelo clube de mães, pela associação dos produtores, atividades desenvolvidas pelos atletas de futebol, reuniões

com a comunidade, jantares, bailes, etc. Anexa ao Centro Comunitário está a cancha de bochas. É neste espaço que a comunidade se reúne para tomar todas as decisões coletivas, para expressar sua fé, para desfrutar do lazer e por muitos anos para estudar.

Figura 2: Localização da comunidade de Alto Mirim



1-Antiga escola Estadual de Alto Mirim; 2- capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; 3- Centro Comunitário; 4- Cancha de bocha; 5- cemitério; 6- Aviários do senhor Robson Sandi; 7- Estrada vicinal para sede urbana de São João.

Fonte: imagens do Google Earth, julho de 2019.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram:

Revisão bibliográfica – De acordo com Gil (2008), a revisão bibliográfica permite ao pesquisador fazer uso dos estudos já realizados sobre seu tema de pesquisa e, aliados a isso, tem-se a possibilidade de prever novas relações. Diante disso, buscou-se compreender também o processo de formação do Estado do Paraná, a criação dos municípios, e

os conflitos territoriais ocorridos no Brasil e no Paraná. Para isso, foram feitas leituras e análise de livros, teses, dissertações e artigos, a fim de buscar um aprofundamento teórico-conceitual do objeto de estudo.

Coleta de dados – no que refere a análise documental e coleta de dados, o estudo foi realizado em documentos oficiais da Prefeitura Municipal de São João e Chopinzinho. Foram analisadas Atas de reuniões do Legislativo Municipal de São João e Chopinzinho, Ata de reunião do executivo municipal de São João com a comunidade de Alto Mirim, processo judicial movido pelo município de São João pela anexação da comunidade de Alto Mirim. A coleta de dados sobre a população, a economia, a localização de Chopinzinho e São João, foi obtida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (censos demográficos e agropecuários), e no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social (IPARDES). No que se refere aos batizados, os dados foram obtidos com a igreja Matriz São João Batista de São João.

Depoimentos - Assim como Gil (2008), entendeu-se que os depoimentos são importantes técnicas de coleta de dados, na investigação em profundidade dos fenômenos sociais, principalmente quanto ao comportamento humano, enriquecendo o trabalho acadêmico através de depoimentos, relatando suas vivências e experiências na construção de suas identidades no espaço geográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O município de São João conquistou sua emancipação em 1960, desmembrando-se de município de Chopinzinho, e durante a década de 1960, esteve envolvido em quatro situações de litígio territorial, em que foi proposto o uso do plebiscito para redefinição de seus limites: o caso do distrito de Sede Sulina (1962), da Linha Salmoura, de São Jorge do Oeste (1963), e de Alto Mirim (1968), que foi objeto deste estudo.

Com a criação do município, a comunidade de Alto Mirim, que fica na divisa dos municípios (ver Figura 1), ficou politicamente pertencente ao município de Chopinzinho. Considerando que a distância entre Alto Mirim e a sede de Chopinzinho é de aproximadamente 25 quilômetros, e a distância até a sede de São João, é de aproximadamente 4 quilômetros, e que não havia uma ligação (estrada), unindo os dois municípios, as dificuldades começaram a se apresentar.

Era início da década de 1960, quando poucas pessoas possuíam automóveis, não havia linha de ônibus na zona rural, e nem telefones. As atividades como: fazer compras, buscar assistência médica, frequentar a escola, recolher os tributos municipais, entre outros, tornaram-se grandes empecilhos para a comunidade.

Diante disso, os moradores da comunidade de Alto Mirim se mobilizaram,

juntamente com seus líderes políticos locais, manifestando o desejo de pertencer ao município de São João, considerando a proximidade, os laços criados e a identidade que estes desenvolveram enquanto São João era distrito.

Para isso, a comunidade fez chegar ao chefe do executivo municipal de São João, Irineu Sperotto, um abaixo-assinado, com o pedido de realização de um plebiscito para que a comunidade passasse a pertencer a este município.

Na sessão ordinária de 09 de dezembro de 1962, na Câmara de Vereadores de São João, [...] “foi lido o ofício nº 82/62, enviado pelo Sr. Prefeito, no qual informou ao legislativo o desejo do povo da localidade de Mirim, município de Chopinzinho, de por meio de plebiscito passar a pertencer a este município” (São João, 1962). Conforme o documento, a ideia foi bem recebida pelos legisladores, que aprovaram seu encaminhamento para a Assembleia Legislativa do Estado.

Na sessão ordinária da Câmara Municipal, de 15 de abril de 1966, foi apresentado o requerimento 4/66, do vereador José Momoli, que constava

Requerimento de cunho popular, partindo dos moradores da localidade de Mirim, digo Alto Mirim. Gleba nº 1; requerendo a aprovação deste poder Legislativo, para os trâmites legais, de plebiscito de desanexação da referida área pertencente ao município de chopinzinho para o nosso município (São João, 1966).

O requerimento original, acompanhado do respectivo abaixo-assinado, possuía uma proposta de redefinição de limites, no entanto, durante o debate sobre os limites que deveriam ser definidos pelo plebiscito, o vereador José Roni Simão, [...] “fez um amplo relato de todos os pormenores da divisa dêste plebiscito, e o pleiteado por aqueles moradores”, sugerindo uma nova proposta de limites, visto que ele alegava [...] “estar bem a par e inclusive percorreu com o Prefeito Municipal aquela zona” [...] “A sugestão do vereador José Roni Simão, dando outra divisa a pretendida zona plebiscitária, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos” (São João, 1966).

Da mesma forma que foi apresentada ao Legislativo Municipal de São João, a proposta de plebiscito, foi apreciada pelos legisladores chopinzinhenses,

Petição do Suplente de Vereador Sr. Pedro Bitencourt da Silva, solicitando a aprovação de uma nova demarcação na linha divisória deste Município com o Município de São João, na localidade de Alto Mirim, Gleba nº 1 (um) para passarem a pertencer ao Município de São João, conforme abaixo-assinado dos moradores da referida região, em pleno acôrdo com os Prefeitos de ambos os Municípios. Aprovado definitivamente, em primeira discussão, em redação final. (Chopinzinho, 1966).

Durante a reunião de 16 de agosto de 1966, consta que a Câmara Municipal recebeu um comunicado da Assembleia Legislativa do Estado, manifestando o recebimento da

documentação, sobre a realização do plebiscito, para a anexação da comunidade de Alto Mirim para o Município de São João,

Do Deputado Estadual Aníbal Khury, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado, comunicando ter recebido ofício sob n. 21/66 desta Casa, que trata da desanexação da área da Gleba n. 1 – Alto Mirim, do Município de Chopinzinho ao nosso (São João, 1966).

Em 15 de maio de 1967, o Legislativo Municipal sanjoanense, a pedido do vereador Aurino Biberg, enviou comunicado à Assembleia Estadual solicitando informações sobre o processo encaminhado, orientando que “[...] fosse oficiado ao Exmo. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, indagando a respeito da tramitação naquela casa, do expediente que trata da desanexação de uma área do município de Chopinzinho para o nosso” (São João, 1967).

Eis que, em 1º de julho de 1967 o Legislativo Estadual, por meio da resolução número 12/67, autorizou a realização do plebiscito, e a comunidade é chamada a participar da votação, no dia 11 março de 1968, conforme consta no comprovante de votação (Figura 3), de um dos votantes do referido plebiscito.

Figura 3. Comprovante de Adão Godinho da Silva na votação do plebiscito

TÍTULO DE VOTANTE PARA O PLEBISCITO
DE 11-3-1968. N.º 93

Adão Godinho da Silva
(Nome por extenso do votante)

11 - 7 - 1916. Salvador S. José da Silva
(Data de Nascimento) (Filiação)

Maria Joana S. Godinho

Mirim
Município

CHOPINZINHO, 11/3/68. [Assinatura] Juiz de Direito

Fonte: São João, 2020.

A partir dessa data, o sentimento das pessoas da comunidade repassado informalmente, era de que, certamente, depois dos encaminhamentos necessários realizados, era bem provável que a questão fosse resolvida, e com desfecho favorável. Tendo em vista, que não se falou mais neste assunto, acreditando-se que os trâmites burocráticos eram naturalmente morosos. Com o passar do tempo, mesmo sem o resultado oficial da desanexação,

as pessoas da comunidade passaram a realizar todas suas atividades, como se São João fosse o município sede.

[...] é razoável que a normalidade institucional preveja a alteração das divisas posteriormente a realização do plebiscito. Ou seja, era coerente que o Alto Mirim fosse devidamente anexado – sob a legalidade da Constituição Federal e da democracia – às fronteiras sanjoanenses. Porém, não foi isso que aconteceu. O município de Chopinzinho, apesar da derrota nas urnas, continuava a deter, pelo menos institucionalmente, as posses do vilarejo. Somente anos mais tarde é que essa conjuntura seria constatada pela elite sanjoanense (Scholz, 2014, p. 163).

Por parte do executivo sanjoanense, a partir da votação do plebiscito, este passou a atuar como município sede daquela comunidade, oferecendo toda a ordem de serviços e assistências necessárias à população da comunidade. O município de Chopinzinho, por sua vez, nunca se manifestou sobre a regularização desta área, até 2006, quando o prefeito municipal de Chopinzinho Vanderlei José Crestani, que esteve à frente da prefeitura de Chopinzinho em três ocasiões, 1997/2000, 2005/2008 e 2008/2012, em reunião com a comunidade de Alto Mirim, comunica sua intenção de reabrir a questão, sobre a existência da lei de anexação de Alto Mirim para São João.

É importante ressaltar que a referida comunidade nunca deixou de pertencer territorialmente a Chopinzinho. No entanto, o prefeito julgou necessário fazer um comunicado formal, reconhecendo, com isso, que na prática a comunidade nunca mantivera vínculos com Chopinzinho, como declarou o autor,

[...] apesar de a comunidade ainda estar oficialmente (e territorialmente) ligada à Chopinzinho, com a realização da plenária junto aos 167 habitantes do Alto Mirim, o mandatário reconhecia que este pertencia, de fato, para São João. Somente com uma nova anexação os problemas referentes seriam concluídos (Scholz, 2014, p. 166-167).

Diante disso, é importante refletir sobre quais podem ter sido, as motivações do mandatário em “reaver” a comunidade. Inicialmente, pode estar relacionada à participação efetiva da população ao município de Chopinzinho, por meio de pagamentos de impostos, registros de imóveis, participando das eleições, consumo em seu comércio, entre outras atividades. Dessa forma, a população da comunidade de Alto Mirim seria contabilizada para Chopinzinho e isso, certamente, faria diferença (apesar de serem apenas 181 moradores) para fins de arrecadação.

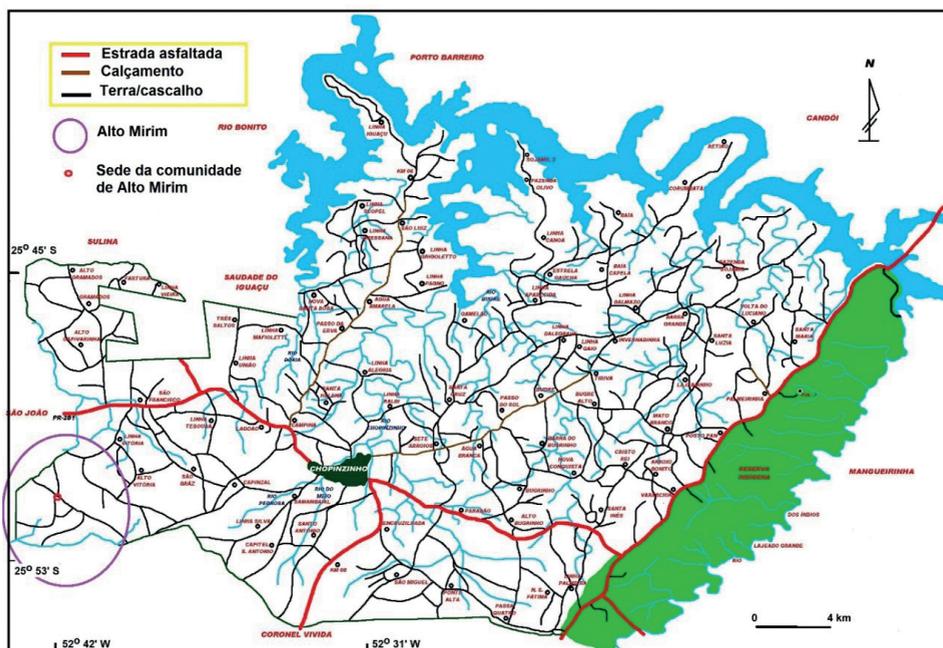
Da realização do plebiscito em 1968 até o ano de 2006, a população da comunidade desenvolveu todas suas atividades tendo São João como município sede. Nesse período, a população recolheu impostos municipais, estaduais e federais, matriculou os filhos nas escolas, fez batizados, casamentos, registrou seus imóveis, emitiu nota fiscal de produtor rural, tornou-se sócio do Sindicato Rural de São João, obteve declaração fornecida pelo Sindicato Rural para fins de aposentadoria do INSS, registrou os filhos em cartório, votou nas eleições na urna da

comunidade, constando nessas documentações Alto Mirim como pertencente a São João.

A data de 2006 é citada por ser o ano que, depois de um longo período quando o município de Chopinzinho permaneceu indiferente à comunidade de Alto Mirim, o prefeito Vanderlei José Crestani, em reunião na comunidade em 17 de junho de 2006, comunica sua intenção de que a comunidade passe a “pertencer de fato” a Chopinzinho, visto que, territorialmente, ela nunca deixou de pertencer. Ele se refere ao fato de que essa comunidade passe a votar, pagar impostos, enfim, ser incorporada em todos os aspectos ao município de Chopinzinho. Essa notícia deixou a população da comunidade muito surpresa e a rivalidade antiga ressurgiu.

Aqui, faz-se necessário enfatizar o descaso alegado pela comunidade pelo município de Chopinzinho, já que, quando se analisa o mapa disponível no site da Prefeitura Municipal, fazendo parte do Plano Diretor do município de 2018, observa-se que todas as comunidades interioranas de Chopinzinho estão marcadas e denominadas. No entanto, observa-se que, na região onde está Alto Mirim, não há nenhuma indicação, permanecendo um vazio cartográfico (**Figura 4**). O detalhe causa estranhamento e induz um pensamento sobre a indiferença do município de Chopinzinho em relação à comunidade.

Figura 4. Localização das Sedes das comunidades do município de Chopinzinho



Nota: O círculo lilás e o ponto vermelho (ver legenda) indicam a área e a sede da comunidade de Alto Mirim. Ambos foram adicionados pela autora.

Fonte: Chopinzinho, 2018.

No entanto, a partir do comunicado sobre a intenção do prefeito chopinzinhense de “reaver” a comunidade de Alto Mirim, esta juntamente com o prefeito de São João à época, Clóvis Cucolotto, que esteve à frente da prefeitura de São João de 2005 a 2012 mobilizou-se na tentativa de manter a situação como estava (continuar pertencendo a São João), ou pelo menos compreender o que teria acontecido, para justificar tantas décadas depois retomar esse assunto.

Para isso, foi criada uma Comissão, com funcionários públicos, pessoas da comunidade e advogados, que foi incumbida de reunir documentos que pudessem comprovar que Alto Mirim, por décadas, manteve fortes vínculos oficiais e afinidade socioeconômica com São João.

Nesse levantamento, foram apresentados diversos documentos, além dos já citados anteriormente: registro da construção da escola municipal e da igreja; registro da seção de votação; entre outros, atestando o longo vínculo de Alto Mirim com São João.

Além do levantamento da documentação entre os moradores e nos órgãos oficiais locais, o prefeito encaminhou ao secretário chefe da Casa Civil do Paraná o Ofício 258/2006 de 17 de julho de 2006, requerendo a documentação existente sobre o plebiscito referente à anexação de Alto Mirim para São João.

Em 02 de agosto de 2006, através do Ofício 1982/06, a Casa Civil responde a indagação “[...] informamos a Vossa Excelência que, segundo a Coordenadoria Técnico-Legislativa desta Casa Civil, não foi encontrado nenhum documento sobre o povoado do Alto Mirim”.

O prefeito sanjoanense encaminha também, por meio do deputado estadual Marcos Valente Isfer, ao Tribunal Regional Eleitoral o Ofício 402/2006, de 07 de agosto de 2006 requerendo deste órgão informações “referente ao plebiscito ocorrido no município de Chopinzinho/ PR”. Em resposta, em 21 de julho de 2006 o referido tribunal esclarece: “Nada foi encontrado na seção de Biblioteca, nos livros de ATAS e de ACÓRDÃOS deste tribunal, anos 1967/1968”.

[...] na seção de Arquivos, nas caixas de documentos deste Tribunal, anos 67/68, não foi encontrado nenhum expediente relativo ao plebiscito. Igualmente no livro de protocolos da época, assim como na relação dos protocolos que se encontram no Arquivo Público. Foi encontrada uma relação de municípios do Paraná, em pasta da Seção de Divulgação de Resultados das Eleições, onde consta a localidade de Mirim, município de São João.

Como se observa, de todas as consultas realizadas até aqui, encontrou-se somente um registro em pastas estaduais, sobre a localidade de Alto Mirim pertencer a São João, o que fragiliza a tese de a comunidade ser anexada à São João, baseada na realização do plebiscito de 13 de março de 1968. Considerando as análises documentais, conclui-se que não houve a formalização e posterior criação da Lei que legitimasse a anexação. Mas,

como a questão está posta, novamente a população, juntamente com seus representantes, movimentam-se em busca de uma definição.

Na data de 22 de julho de 2013, no Centro Comunitário local de Alto Mirim, reuniram-se com os membros da comunidade, o prefeito de São João (Altair Gasparetto), o Vice-prefeito, os vereadores de São João e diversas pessoas da sociedade em geral, [...] “para tratar do assunto de legalização do Território de Alto Mirim para o Município de São João” (São João, 2013).

O Prefeito Municipal Altair José Gasparetto deu início a reunião [...] questionando de pronto quanto ao posicionamento da comunidade quanto ao fato de pertencer ao Município de São João ou Município de Chopinzinho, sendo que a unanimidade dos presentes se manifestou em favor de pertencer ao Município de São João (São João, 2013).

Durante a reunião, em seu discurso o prefeito relata também que “[...] não há interesse de Chopinzinho na solução do problema” e, diante disso, este já contatou um escritório de advocacia da capital e que a [...] “saída para o problema apresentado seria o caminho judicial” (São João, 2013).

Manifestaram-se também, nessa reunião, o vice-prefeito e os vereadores sanjoanenses presentes, colocando-se à disposição e manifestando apoio à comunidade. Como representantes da comunidade, o senhor Edgar Lenz e o presidente da comunidade, o senhor Ademar Fermiano, manifestaram-se em nome da comunidade, alegando que [...] “não há como pertencer ao município de Chopinzinho, pois sequer há estradas de acesso à comunidade, [...] nenhum representante do Município de Chopinzinho esteve na comunidade em época nenhuma” (São João, 2013).

Após a manifestação dos presentes registrada em Ata, decidiu-se entre os presentes pela realização de um abaixo-assinado entre os 140 membros da comunidade. Na ocasião, todos reafirmaram a intenção de pertencer a São João, elencando também, os motivos que justificavam essa decisão. De acordo com os moradores da comunidade, pertencer a São João se justifica, pois

Sempre quem realizou serviços de conservação viária na localidade foi o Município de São João. Os serviços de saúde, educação, assistência social, transporte escolar e agricultura, fornecidos aos moradores da localidade são do município de São João. Somos eleitores no município de São João, inclusive a seção eleitoral 111, instalada na comunidade faz parte do município de São João. Sequer existe ligação por estrada municipal entre sede de Chopinzinho e a localidade. Sempre consideramos pertencer ao Município de São João e não ao Município de Chopinzinho, inclusive pelo fato de que as matrículas dos imóveis constam como pertencentes ao Município de São João. Todos os nascimentos e casamentos de moradores da localidade são registrados como nascidos em São João (São João, 2013).

Ainda na tentativa de encontrar respaldo em algum órgão estadual, que tivesse

registro dessa mudança no território envolvendo Alto Mirim, em 20 de novembro, o Prefeito Municipal, através do Ofício 291/2013, solicita ao Instituto de Terras, Cartografias e Geociências (ITCG), informações sobre as divisas territoriais entre o município de São João e Chopinzinho, citando o plebiscito ocorrido e a possível perda dos documentos, que comprovassem essa anexação. Diante disso (..) “solicitamos seja esclarecido com a maior brevidade possível, se para fins cartográficos deste Instituto, a Localidade de Alto Mirim encontra-se situada dentro da divisa territorial de Chopinzinho ou de São João?”

Em resposta a esta demanda, o ITCG, em Ofício, de 14 abril de 2014, manifesta-se da seguinte forma

Informamos ainda que fizemos uma pesquisa de documentos na AGM referente a realização de plebiscito e publicação de Lei sobre o pertencimento da localidade de Alto Mirim, sem êxito, ou seja, não encontramos nada sobre esse assunto.

A divisa oficial mostrada graficamente na precisão do mapeamento 1:50 000, estabelecido pela Lei nº 4.245, nos indica que a localidade denominada de Alto Mirim está localizada dentro do município de Chopinzinho.

Diante do exposto, mais uma vez se observa que o processo do plebiscito em algum momento se perdeu, apesar do empenho dos vereadores e população para a anexação da comunidade para São João, nos órgãos estaduais, não há registros destes trâmites e da criação da referida Lei de anexação. Em depoimento ao historiador Scholz (2014), o ex-prefeito de São João Aldino Scholz acredita que essa documentação tenha sido destruída por um incêndio que ocorreu na Assembleia Estadual.

Como o Prefeito Altair Gasparetto já havia afirmado em 2013, que não vislumbrava outra alternativa a não ser a via judicial, em 24 de janeiro de 2014 o município de São João moveu uma Ação Declaratória², contra o município de Chopinzinho.

Pretende-se com ação que seja declarado pelo juízo o reconhecimento da Localidade denominada Alto Mirim como pertencente ao domínio territorial do Município de São João, dada a ausência de documentos/registros probantes que se perderam por ocasião de incêndio ocorrido em 1994 na Assembleia Legislativa do Paraná (São João, 2020, p. 3-4, grifo do autor).

A Ação Declaratória movida pelo município de São João, reuniu grande quantidade de documentação, entre elas acredita-se ser relevante apresentar aqui o posicionamento do Legislativo Municipal dos dois municípios envolvidos, que fora solicitado pelo magistrado responsável pela Ação.

Atendendo essa solicitação, em 01 de agosto de 2016, a Câmara Municipal de São

² A ação declaratória (arts. 19 e 20 do CPC) é a apropriada para afastar dúvidas e solucionar divergência sobre a existência, inexistência e o modo de ser da relação jurídica, por isso, muito se assemelha ao recurso de embargos de declaração (art. 994, IV, do CPC), visto que ambos visam afastar dúvidas. A dúvida tem de ser real e concreta, não se admitindo meras conjecturas ou impressão meramente subjetiva do autor.

João, através da sua representante a senhora Denise Colet, discorre, relatando sobre os documentos obtidos que comprovam a existência do plebiscito, e versa também sobre os serviços prestados pelo executivo sanjoanense para a comunidade nesse período. Além disso, adverte sobre a não existência da Lei de anexação.

Parece evidente que se não tivesse existido a referida Lei, o município de São João não estaria há décadas investindo preciosos e escassos recursos públicos nessa localidade. Da mesma forma, se o território de fato tivesse permanecido sob a tutela do município de Chopinzinho, porque este nunca prestou serviços ou reclamou a zona eleitoral para sua comarca? (São João, 2020, p. 748).

Ainda sobre a manifestação do legislativo sanjoanense, a senhora Denise Colet sugere realização de audiência pública para mais uma vez ouvir a comunidade.

Se ainda persistirem resquícios de dúvida, pugna-se pela realização de **audiência pública** para ouvir a população lá residente, a qual será diretamente afetada pelo deslinde judicial, e poderá contribuir com mais evidências (quicá novas provas documentais) (São João, 2020, p. 750, grifo do autor).

Da mesma forma, o legislativo chopinzinhense manifestou-se no referido processo, em 28 de julho de 2016, por meio de sua representante, a senhora Rubia Mara Storti,

Contudo, observa-se nos autos que Alto Mirim está dentro das fronteiras territoriais de Chopinzinho. Bem como, não houve plebiscito para desmembramento da localidade, não sendo substituídas por declarações e abaixo assinados. Ademais, a legislação aplicável ao caso em tela exige a edição de lei estadual para criação e alteração de municípios, o que restou provado nos autos que não ocorreu (São João, 2020, p. 753).

Dando sequência aos fatos e sensível à importância de ouvir a comunidade de Alto Mirim, o juiz responsável pelo processo, Rafael de Carvalho Paes Lemes, define pela realização de audiência pública.

[...] mostra-se necessária a designação de audiência pública neste feito, como já indicado nas decisões anteriores, de maneira a viabilizar a análise não só dos elementos jurídicos, mas também das graves implicações sociais da decisão a ser tomada neste caso (São João, 2020, p. 779).

A referida audiência foi amplamente divulgada, sendo realizada em 06 de agosto de 2017. Mediante inscrição prévia, todos os interessados puderam manifestar-se, expondo seu ponto de vista sobre a anexação da comunidade de Alto Mirim para São João. Representantes da sociedade sanjoanense estavam presentes, entre eles: prefeito municipal, ex-prefeitos, ex-veredores, professores da época do plebiscito, professores atuais de São João, pessoas da comunidade de Alto Mirim, jovens estudantes da comunidade e população em geral. Representando o município de Chopinzinho, participaram e manifestaram-se

o prefeito Álvaro Dênis Ceni Scolaro e o vice-prefeito Vanderlei Verdi, todos puderam expor seus pontos de vista sobre essa situação.

Da mesma forma, considera-se importante registrar, a manifestação do prefeito chopinzinhense durante a referida audiência pública. Este reconhece que a comunidade vive essa indefinição há muito tempo, que é necessário a resolução do problema. Ele afirma que esse é um problema topográfico e cartográfico, que pode ter ocorrido devido à falta de tecnologia existente no passado, o Prefeito afirma ainda, [...] “Não devemos encarar esse processo como sendo que alguém vai ganhar ou alguém vai perder, entre os municípios, nós temos que achar uma solução para a população de Alto Mirim”.

O Prefeito se refere também, sobre as queixas que a população da comunidade possui, em relação ao descaso de Chopinzinho durante esse tempo.

Esse fato é um fato do passado, foi até agora que nós não tínhamos esse conhecimento [...] que o município de Chopinzinho tem essa disponibilidade também no sentido de os moradores de seu território serem atendidos. Temos essa situação do passado que não foi feita, mas que precisa ser respeitada, reconhecida e encontrarmos um equilíbrio nesta situação.

Quando o prefeito afirma que não tinha conhecimento até então desta problemática, complementa que está apenas há seis meses no cargo de prefeito.

Sobre a resolução do problema, o prefeito afirmou que se deve levar em consideração as leis vigentes para uma possível resolução. E ainda relata que a ação foi proposta por São João contra Chopinzinho, e, dessa forma, o município de Chopinzinho não deve ser visto como um vilão. Propõe que haja uma definição para esse problema, e que, ouvindo as pessoas presentes, estas afirmaram que não gostariam que esse problema transcendesse mais uma geração.

No que se refere à Ação Declaratória movida pelo município de São João, em 22 de abril de 2018, ela teve um desfecho em primeira instância, com a manifestação do juiz Márcio Trindade Dantas, que em sua sentença julgou “improcedente o pedido deduzido pela parte autora” (São João, 2020, p. 888). Em 12 de junho de 2018, o município apresentou Recurso de Apelação, no entanto, manteve-se a decisão da primeira instância e, diante disso, essa Ação foi arquivada em 04 de novembro de 2020.

Outro episódio digno de registro nesta saga pela busca da anexação da comunidade, ocorreu em junho de 2019, quando os moradores da comunidade de Alto Mirim juntamente com o prefeito sanjoanense Altair Gasparetto (Foto C), foram até Chopinzinho numa audiência pública previamente agendada pelos vereadores e prefeitos de ambos os municípios. O propósito da realização da audiência era construir um acordo conjuntamente para esse imbróglio. No entanto, a comitiva de São João dirigiu-se ao município de Chopinzinho e não foi recebida pelo prefeito chopinzinhense, causando muita revolta aos

moradores de Alto Mirim. Os moradores (Foto B) foram recebidos pela chefe de gabinete, a senhora Josiane Mosquem, e pelo procurador do município de Chopinzinho, senhor Tiago Santos, que alegaram que o prefeito estava em compromisso oficial na capital do Estado. Os representantes de Chopinzinho afirmaram que existia a necessidade de resolver essa questão, no entanto, era necessário observar os trâmites legais para que houvesse um desmembramento, seja ele por meio de Lei estadual, federal ou plebiscito. Essa situação gerou grande desconforto e indignação para as pessoas da comunidade, que fizeram seu protesto em frente à prefeitura de Chopinzinho exibindo faixas e manifestando sua indignação à imprensa local (Fotos A e D) (Schneider, 2019).

Figura 5. Moradores da comunidade de Alto Mirim em protesto na prefeitura de Chopinzinho



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=oxpX4ppW5rY&t=4s> Acesso em 20 de agosto 2021.

Paralelamente a todos esses fatos o município de Chopinzinho vem ao longo do tempo promovendo ações de retomada da comunidade por meio de ações e transferências de diversas naturezas,

[...] paulatinamente, com arrimo na demarcação originária, anterior ao plebiscito, o município de Chopinzinho vem promovendo medidas para restabelecer o *status quo*. Por exemplo, os Cartórios de Registro Civil e Imóveis do Município de São João, que sempre fizeram todos os registros que lhe cabem relativos aos residentes da comunidade de Alto Mirim, não o fazem mais sob a orientação que a competência é dos Cartórios situados no município de

Chopinzinho. Do mesmo modo a COPEL está promovendo a alteração dos endereços para fazer constar nas contas de luz o registro de que a linha de Alto Mirim está localizada no município de Chopinzinho (São João, 2020).

Diante da falta de conclusão do processo do plebiscito de 1968, para anexação da comunidade, seria plausível, no entanto, como alternativa para a solução do conflito a realização de um novo plebiscito. Porém, houve alterações na legislação e, à luz das novas regras para realização de plebiscito contidas no artigo 18 da Constituição Federal de 1988, que preconiza que em casos de plebiscitos toda a população de ambos os municípios deve ser consultada, diferentemente da constituição de 1967 em que somente a população afetada era consultada. Dessa forma, nesse caso, como a população chopinzinhense é significativamente maior do que a de São João, isso se torna uma solução inviável para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a comunidade de Alto Mirim, desde momento da emancipação de São João, manifestou seu desejo de pertencer ao município recém-criado, e que para isso realizou junto com seus representantes políticos os trâmites necessários para que isso se efetivasse; e que, a partir do plebiscito de 1968, a comunidade desenvolveu todas suas atividades, conforme vasta documentação comprobatória, tendo o município de São João como sede, sedimentando vínculos não só na esfera municipal, bem como, estadual e federal, e que, nos momentos em que foi consultada, seja em reuniões na comunidade ou em audiência pública, se mostrou unânime no desejo de continuar a pertencer para o município de São João, nota-se que o desejo da comunidade ainda não se concretizou.

Diante do descaso do município de Chopinzinho por várias décadas, é razoável afirmar que a comunidade conquistou o direito de pertencer ao município de São João. É preciso ressaltar que não se trata apenas de um desejo de um grupo de pessoas, que gostariam de pertencer a este ou aquele município. Trata-se na verdade de buscar legitimar vínculos existentes desde a década de 1960, em que a comunidade de Alto Mirim acreditou pertencer ao território do município de São João.

Se for analisado pelo viés identitário, independentemente da situação territorial, é claro o sentimento de pertença cristalizado ao município de São João, ao longo das décadas por meio da convivência, no modo de vida, nos costumes, na vida em comunidade, conforme apontado na pesquisa. Mesmo que o processo de anexação a comunidade de Alto Mirim não obtivesse sucesso, defende-se a opinião de que a relação social estabelecida não pode ser negligenciada, não pode ser desconsiderada.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, T. M. de. **Coerção e consenso na Primeira República: A Guerra do Contestado**. Niterói, 2009. 214 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

CHOPINZINHO. Câmara de Vereadores. **Ata de sessão extraordinária**. Chopinzinho, 09 abr. 1966.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Chopinzi-
nho**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/chopinzinho/
panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/chopinzinho/panorama). Acesso em: 5 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São João**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-joao/panorama>. Acesso em: 5 out. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Os vários Paranás - Sudoeste do paranaense: especificidades e diversidades**. Curitiba, 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico município de São João**. 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85560>. Acesso em: 8 out. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico do município de Chopinzinho**. 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85560>. Acesso em: 8 out. 2020.

LOPES, S. Estado do Iguçu: A trajetória de um movimento. **Informe Gepec**. Cascavel, v. 8, n. 2, p. 17, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD)**. 2018. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 5 out. 2020.

SÃO JOÃO (PR). Câmara de Vereadores. **Ata da sessão ordinária**. São João, 09 dez. 1962.

SÃO JOÃO (PR). Câmara de vereadores. **Ata da sessão ordinária**. São João, 16 ago. 1963.

SÃO JOÃO (PR). Câmara de Vereadores. **Ata da sessão ordinária**. São João, 15 abr. 1966a.

SÃO JOÃO (PR). Câmara de Vereadores. **Ata da sessão ordinária**. São João, 16 ago. 1966b.

SÃO JOÃO (PR). Câmara de Vereadores. **Ata da sessão ordinária**. São João, 15 maio 1967.

SÃO JOÃO (PR). Prefeitura Municipal. **Ata do dia 22 de julho**. São João, 22 jul. 2013.

SÃO JOÃO (PR). Vara da Fazenda Pública. **Autos nº. 0000112-93.2014.8.16.0183**. Trata-se de ação declaratória, ajuizada pelo Município de São João, em face do Município de Chopinzinho. Em linhas gerais, o autor busca o reconhecimento, por meio de provimento jurisdicional, de que a localidade denominada Alto Mirim integra a sua circunscrição territorial, e não a do Município requerido. Relator: Juiz Marcio Trindade Dantas, 22 de abril de 2018. Arquivado definitivamente, 4 nov. 2020.

SCHNEIDER, W. Moradores de Alto Mirim protestam na prefeitura de Chopinzinho. **Rádio Chopinzinho**, 05 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oxpX4ppW5rY>. Acesso em: 5 maio 2021.

SCHOLZ, J. M. **Elites locais e experiências plebiscitárias no sudoeste do Paraná, 1960-1968**. 2014. 202 f. Dissertação, (Mestrado em História) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

STECA, L. C.; FLORES, M. D: **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. 2. ed. Londrina: Ed. UEL, 2008.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. 360p.

Sobre as(os) autoras(es)

Ana Paula Azevedo da Rocha

Docente Efetiva da Rede Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul – MS. Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Campus de Campo Mourão. e-mail: anapaula_azevedo31@hotmail.com.

Alan Diogo Schons

Mestre em Geografia pela Unioeste – *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Especialista em Segurança Pública. Graduado em Administração. É Policial Militar do Paraná, atuando no Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) e pesquisador de fronteira e segurança pública. e-mail: alan.schons@hotmail.com.

Bruno Ferreira Campos

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), é Professor Adjunto no Curso Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Atua também como membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo e atualmente coordena do Curso de Graduação em Geografia. Integra o Grupo de Pesquisa Território e Ambiente GTA, o grupo GEOLUTAS - Geografia, Lutas e Conflitos Sociais, ambos certificados pelo CNPq, e participa da Rede Internacional Turismo e Dinâmicas Socio-territoriais. Atua principalmente nos seguintes temas: Relação sociedade e natureza, problemática urbano-ambiental e implicações do mundo da sustentabilidade nas práticas territoriais. E-mail: bruno.campos4@unioeste.br

Djoni Roos

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) e no curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon. Desempenha atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre temáticas que envolvem o espaço agrário. É integrante do Observatório da Questão Agrária no Paraná (OQA/PR) e do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (Geolutas). e-mail: djoni.roos@unioeste.br.

Edson dos Santos Dias

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Geografia pela UNESP- Presidente Prudente (SP). Atualmente é professor Associado nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia na Unioeste. Tem experiência na área de Geografia e formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia e questão ambiental; Educação Ambiental; Formação de professores de Geografia. e-mail: edson.dias@unioeste.br.

Edson Luiz Zanchetti da Luz

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon, onde concluiu seu mestrado em 2023. Anteriormente, em 2020, ele se formou em Licenciatura em Geografia pela mesma instituição. É membro da direção da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na Seção Local de Marechal Cândido Rondon. Atua como pesquisador no Grupo de Estudo e Pesquisa GEOLUTAS (Geografia das Lutas do Campo e da Cidade) e na Rede DATALUTA (Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaço e Territórios). Dentre os temas das pesquisas que desenvolve estão as Lutas camponesas e violência no campo na mesorregião oeste do paraná; Movimentos socioterritoriais e Estrangeriza o do Território; Luta pela Terra e Reforma Agrária. Atualmente   professor efetivo do estado do Mato Grosso do Sul, lotado no município de Bataguassu – MS. e-mail: zanchetti0701@gmail.com.

Evandro Del Negro da Silva

Nasceu em São Paulo (SP), no ano de 1995, natural da periferia da capital paulista, foi criado na Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense. Iniciou sua vida acadêmica cursando Licenciatura em Geografia (2015-2018) pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Bacharelado em Geografia (2019-2020) pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, Especializa o em Ciências da Religião e Ensino Religioso (2020-2021) pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - PPGGeo - Unioeste (2021-2023). Atualmente está cursando o doutorado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro.   pesquisador nos Grupos de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais - DITER; Núcleo de Pesquisa em História das Religiões - NUPEH; e Redes de Poder, Migra es e Dinâmicas Territoriais - GEPES, todos certificados pelo CNPq. Tem experiência na área de Educa o com o ensino de Geografia, tendo atuado em Cursos Preparatórios Pr -Vestibular. Atua no segmento de ensino, pesquisa e extensão, principalmente nos seguintes temas: religiosidades e suas territorialidades, redes de intera o, apropria o do poder, e problemas socioambientais. e-mail: evandronlw@hotmail.com.

Maristela Ferrari

Doutora e Mestre em Geografia pela UFSC com estágio Sanduíche na *Universit  de Pau et des Pays de L'Adour* (França). Professora de Gradua o e Pós-Gradua o em Geografia na Unioeste, *Campus* Marechal Cândido Rondon. Pesquisadora e membro do Grupo de Estudos Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA). e-mail: maristela7ferrari@gmail.com.

Nayra Caroline Steffen

Graduada e mestre em Geografia pela Unioeste – Campus de M.C.Rondon. Professora da disciplina de Geografia no Ensino Básico público ofertado pela Secretaria de Estado da Educa o – PR. e-mail: nayra.caroline.steffen@hotmail.com.

Rodrigo José de Campos

Formado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Assis Gurgacz em 2020, mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná em 2023 e atualmente doutorando em Engenharia e Tecnologia Ambiental pela UFPR-Unioeste. Suas linhas de pesquisa incluem: Bacias Hidrográficas e Planejamento Urbano em Cascavel/PR, Áreas Verdes Urbanas com foco no Parque Paulo Gorski em Cascavel, Fundamentos Arquitetônicos aplicados ao Planejamento Urbano em Bacias Hidrográficas, e Ocupação Desordenada dos Espaços Urbanos e suas Consequências Socioambientais. e-mail: rodrigo.campos4@unioeste.br.

Roseli Teresinha Lorenzett Faria

Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – campus de Francisco Beltrão – 2003. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Internacional de Curitiba – Facinter – 2005. Especialização em Análise Ambiental em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – 2011. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da (PPGGeo) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), na área de concentração: Espaço de fronteira: território e ambiente e na linha de pesquisa: Dinâmica territorial e conflitos sociais em espaço de fronteira – concluído em 2021. Atua como professora da Secretaria Estadual de Educação do Paraná – SEED desde 2005. e-mail: roseli.faria@escola.pr.gov.br.

Tarcísio Vanderlinde

Graduado em Geografia pela Universidade de Passo Fundo - UPF (1980). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2004). Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2011). Atuou como docente nos cursos de História e Geografia da Unioeste desde 1982. Desenvolveu pesquisas sobre a mediação da Igreja Luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil e sobre impactos socioambientais na fronteira oeste do Estado do Paraná – Brasil. Tem experiência em assuntos de agroecologia, migrações, identidades e religiosidades. Atuou em cursos de pós-graduação da Unioeste como docente e orientador. Aposentou-se em 2018 como Docente Associado. Como Docente Sênior contribuiu voluntariamente no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Unioeste – PPGGeo (2019-2023). Dedicou-se atualmente a pesquisar sobre arqueologia, história, correntes do judaísmo, povos, territórios e culturas do Oriente Médio. e-mail: tarcisiovanderlinde@gmail.com.

Vanessa Bueno Arruda

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Unioeste campus de Marechal Cândido Rondon-PR (2023). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon/PR (2016). Integrante do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS). Professora da rede estadual do Paraná. e-mail: vanessa.b.arruda@gmail.com.

Índice remissivo

Áreas verdes: 12, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109.

Campesinato: 12, 73, 75, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 113, 114, 131, 132, 134, 135.

Conflito: 11, 13, 22, 32, 70, 71, 116, 122, 142, 154, 159.

Contrabando: 12, 55, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 145.

Desenvolvimento: 12, 13, 19, 27, 35, 37, 38, 39, 40, 51, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 71, 78, 96, 98, 104, 105, 106, 113, 116, 119, 121, 122, 124, 132, 133, 143, 146, 147, 159, 160, 162, 163, 175.

Espaço urbano: 12, 19, 91, 94, 95, 100.

Fluxos: 11, 16, 17, 22, 23, 27, 28, 57, 60, 62, 64, 70.

Fronteira: 9, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 30, 31, 32, 47, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 125, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 155, 159, 166, 171.

Grandes Projetos: 12, 35, 37, 41, 42, 43, 51, 52, 53.

Ideologia: 12, 111, 114, 116, 119, 132, 133.

Litígio territorial: 13, 157, 159, 163.

Plebiscito: 163, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 174.

Redes ilegais: 12, 55, 57, 59, 62, 69.

Religião: 50, 120, 139, 141, 146, 147, 150, 151, 152, 154.

Sericicultura: 12, 73, 75, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88.

Território: 11, 12, 17, 19, 20, 24, 25, 31, 32, 42, 43, 45, 49, 51, 52, 58, 63, 64, 65, 71, 75, 78, 79, 81, 83, 87, 88, 93, 111, 113, 114, 122, 125, 127, 131, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 153, 159, 160, 169, 170, 171, 172, 174.

Publicação elaborada por
Geografia na(s) Fronteira(s)
<https://www.unioeste.br/portal/pos-ppggeo>

Selo Editorial mantido por
Ipuvaiva - Editora & Laboratório de Textos
www.ipuvaiva.com.br

Revisão técnica, normalização e editoração
Amanda Ferraz da Silveira

Formato 17x24cm
Garamond Premier Pro

